



28

ano 8 | março 2017

@metropolis

Revista
Eletrônica
de Estudos
Urbanos
e Regionais

revista eletrônica *e-metropolis*

ISSN 2177-2312

Vinculada à rede interinstitucional do Observatório das Metrópoles (UFRJ), a revista eletrônica de estudos urbanos e regionais *e-metropolis* é editada por uma equipe de professores e pesquisadores e tem por objetivo principal suscitar o debate e incentivar a divulgação de trabalhos filiados ao planejamento urbano e regional e áreas afins. A *e-metropolis* busca, portanto, se constituir como um meio ágil de acesso democrático ao conhecimento, que parte do ambiente acadêmico e almeja ir além deste, dirigindo-se a todas as pessoas que se interessam pela dinâmica da vida urbana contemporânea em seu caráter multidisciplinar.

Publicadas trimestralmente, as edições da *e-metropolis* mantêm, em geral, uma estrutura que se compõe em duas partes. Na primeira parte da revista encontram-se os artigos estrito senso, que iniciam com um artigo de capa, no qual um especialista convidado aborda um tema relativo ao planejamento urbano e regional e suas interfaces, seguido dos artigos submetidos ao corpo editorial da revista e aprovados por pareceristas, conforme o formato *blind-review*. A segunda parte é composta por uma entrevista, por resenhas de obras recém-lançadas (livros e filmes), pela seção especial - que traz a ideia de um texto mais livre e ensaístico sobre temas que tangenciem as questões urbanas - e, finalmente, pelo ensaio fotográfico, que faz pensar sobre as questões do presente da cidade por meio de imagens fotográficas.

Para submissão de trabalhos, o corpo editorial recebe artigos, ensaios fotográficos, resenhas e textos para a seção especial em fluxo contínuo, assim como sugestões e críticas. Para mais informações, sugerimos consultar o site da revista: www.emetropolis.net.

Observatório das Metrópoles
Prédio da Reitoria, sala 522
Cidade Universitária - Ilha do Fundão
21941-590 Rio de Janeiro RJ

Tel: (21) 2598-1932
Fax: (21) 2598-1950

E-mail:
emetropolis@bservatoriodasmetropoles.net

Website:
www.emetropolis.net

editor-chefe

Prof^o Dr. Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro

coordenadores editoriais

Fernando Pinho

Juciano Martins Rodrigues

editores

Ana Carolina Christovão

Carolina Zuccarelli

Eliana Kuster

Fernanda Figueiredo

Heitor Vianna

Patrícia Ramos Novaes

Pedro Paulo Machado Bastos

Priscilla Rodrigues Fonseca

Renata Brauner Ferreira

Renata Cristina Antão

Samuel Thomas Jaenisch

Tarcyla Fidalgo Ribeiro

Thaís Velasco

conselho editorial

Prof^a Dr^a. Ana Lúcia Rodrigues (DCS/UEM)

Prof Dr. Aristides Moysés (MDPT/PUC-Goiás)

Prof Dr. Carlos de Mattos (IEU/PUC-Chile)

Prof Dr. Carlos Vainer (IPPUR/UFRJ)

Prof^a Dr^a. Claudia Ribeiro Pfeiffer (IPPUR/UFRJ)

Prof Dr. Emilio Pradilla Cobos (UAM do México)

Prof^a Dr^a. Fania Fridman (IPPUR/UFRJ)

Prof Dr. Frederico Araujo (IPPUR/UFRJ)

Prof^a Dr^a. Héléne Rivière d'Arc (IHEAL)

Prof Dr. Henri Acserald (IPPUR/UFRJ)

Prof Dr. Hermes MagalhãesTavares (IPPUR/UFRJ)

Prof^a Dr^a. Inaiá Maria Moreira Carvalho (UFB)

Prof Dr. João Seixas (ICS)

Prof Dr. Jorge Natal (IPPUR/UFRJ)

Prof Dr. Jose Luis Coraggio (UNGS/Argentina)

Prof^a Dr^a. Lúcia Maria Machado Bógus (FAU/USP)

Prof^a Dr^a. Luciana Corrêa do Lago (IPPUR/UFRJ)

Prof^a Dr^a. Luciana Teixeira Andrade (PUC-Minas)

Prof Dr. Luciano Fedozzi (IFCH/UFRGS)

Prof Dr. Luiz Antonio Machado (IUPERJ)

Prof Dr. Manuel Villaverde Cabral (ICS)

Prof Dr. Marcelo Baumann Burgos (PUC-Rio/CEDES)

Prof^a Dr^a. Márcia Leite (PPCIS/UERJ)

Prof^a Dr^a. Maria Julieta Nunes (IPPUR/UFRJ)

Prof^a Dr^a. Maria Ligia de Oliveira Barbosa (IFCS/UFRJ)

Prof Dr. Mauro Kleiman (IPPUR/UFRJ)

Prof Dr. Robert Pechman (IPPUR/UFRJ)

Prof Dr. Robert H. Wilson (University of Texas)

Prof^a Dr^a. Rosa Moura (IPARDES)

Ms. Rosetta Mammarella (NERU/FEE)

Prof Dr. Sergio de Azevedo (LESCE/UENF)

Prof^a Dr^a. Simaia do Socorro Sales das Mercês (NAEA/UFPA)

Prof^a Dr^a Sol Garson (PPED/IE/UFRJ)

Prof^a Dr^a. Suzana Pasternak (FAU/USP)

Editorial

nº 28 ▪ ano 8 | março de 2017

A revista e-metropolis chega finalmente à sua 28ª edição, trazendo como artigo de capa o texto assinado pelo professor Alex Magalhães, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR) da UFRJ, sobre a experiência do II Seminário Nacional sobre Urbanização de Favelas, realizado no Rio de Janeiro no final do ano passado. Com o objetivo de promover um balanço reflexivo de seus resultados e contribuições para as políticas de urbanização de favelas no Brasil, o evento propiciou a junção de profissionais técnicos, acadêmicos e também de moradores em torno de tal debate, trazendo avanços importantes na compreensão dos diversos aspectos que estão enredados na execução de políticas públicas voltadas para as favelas.

Já no artigo “A localização diferenciada dos investimentos e seu impacto na estruturação socioespacial das cidades à luz da teoria da causação circular”, a pesquisadora Priscilla Fonseca discute a estruturação urbana a partir da distribuição dos bens coletivos, apontando que a localização das pessoas e dos bens e serviços no espaço é fator primordial para compreender a organização social do território e suas formas de desigualdade. Em suas considerações, isto reflete diretamente nas condições de vida dos indivíduos e na valorização do solo.

O artigo “Política urbana e meio ambiente na perspectiva dos direitos humanos: reflexões sobre o ‘futuro das cidades’ nos debates das Nações Unidas”, de Ana Paula Marcante Soares trata da produção da ideia de “futuro das cidades” em sua relação entre cida-

de e meio ambiente enquanto direito humano. A análise parte da agenda política da Organização das Nações Unidas e busca refletir criticamente sobre os limites da suposta estabilidade e universalidade da noção de cidades ambientalmente “sustentáveis”.

Em “A Diversidade de ocupações de imóveis ociosos: uma leitura a partir de casos europeus”, Julia Vilela Caminha explora as experiências europeias de *Vall de Can Masdeu* e *Can Vies*, localizados em Barcelona; Christiania, em Copenhague; e *Regenbogenfabrik*, em Berlim, para discutir a relação entre as ocupações de imóveis ociosos e a intensa mercantilização das cidades e o aumento da especulação imobiliária nas últimas décadas.

No ensaio fotográfico desta edição, William Soto, professor associado da Universidade Federal de Pelotas, ilustra o ensaio fotográfico desta edição tematizando através de imagens uma parte dos usos múltiplos e possíveis que se instauram na cidade. Os registros mostram as temporalidades que se cruzam no espaço urbano, incluindo suas contradições, mas também a sua celebração e a sua reinvenção cotidiana. Esperamos que todos tenham uma leitura esclarecedora, produtiva e, especialmente, divertida!

Além disto, na nossa seção especial, Antonella Grieco apresenta a construção de um diálogo hipotético entre Henri Lefebvre, Pierre Bourdieu e David Harvey com o objetivo de discutir as transformações e os conflitos sociais em ocorrência nas cidades do mundo e, especificamente, na cidade do Rio de Janeiro. A escolha por essa cidade se deu, segundo Antonella, pelo fato de o

Rio estar experimentando um modelo de gestão e de crescimento próprio da atual fase do capitalismo global, com seu modelo de tornar a cidade sede de megaeventos e alvo de grandes projetos urbanos.

Na entrevista, mostramos, desta vez, um resultado do esforço de mobilização de alunos, professores e funcionários do IPPUR/UFRJ, que, no segundo semestre de 2016, iniciaram o Mobiliza IPPUR, consistindo num ciclo de atividades, debates e diálogos sobre a atual conjuntura política brasileira. No âmbito das discussões sobre austeridade e crise fiscal, a professora Hipólita Siqueira (IPPUR/UFRJ) e o Mobiliza IPPUR realizaram uma entrevista com o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), no Rio de Janeiro, sobre a trajetória e desenvolvimento do tema do salário-mínimo no Brasil, situando-o na atual conjuntura e seus desdobramentos.

Por fim, o livro “*Seeking Spatial Justice*”, do geógrafo e teórico urbano Edward Soja, ganhou resenha crítica da pesquisadora Gabriela Fauth intitulada “Reflexiones sobre el territorio de la (in)justicia en las ciudades”. Nesta obra, Fauth mostra que o autor se dedica especialmente a analisar o termo “justiça espacial” a partir de uma perspectiva na qual tanto a justiça como a injustiça se constroem socialmente, repercutindo desta maneira no território. Assim, Soja constrói uma dialética socioespacial das cidades, incluindo a acepção de direito à cidade como a busca pela justiça espacial e pelos direitos democráticos, portanto, do espaço urbano. ■

Índice

nº 28 ▪ ano 8 | março de 2017

Capa

- 06** O II Seminário Nacional sobre Urbanização de Favelas: um balanço reflexivo de seus resultados e contribuições para as políticas de urbanização de favelas no Brasil
II National Seminary of Slum's Urbanization: a balance about the results and contributions to the urbanization policies in Brazil
Por Alex Ferreira Magalhães

Artigos

- 16** A localização diferenciada dos investimentos e seu impacto na estruturação socioespacial das cidades à luz da teoria da causalção circular
The differentiated location of investments and its impact on the socio-spatial structuring of cities in the light of circular causation theory
Por Priscilla Rodrigues Fonseca

- 28** Política urbana e meio ambiente na perspectiva dos direitos humanos: reflexões sobre o “futuro das cidades” nos debates das Nações Unidas
Urban policies and environment from the perspective of human rights: reflections on the “future of cities” in the debates held at the United Nations
Por Ana Paula Marcante Soares

- 35** A diversidade de ocupações de imóveis ociosos: uma leitura a partir de casos europeus
The diversity of empty buildings occupations: a perspective from european cases
Por Julia Vilela Caminha

Ensaio

- 45** Usos da Cidade
City uses
Por William Héctor Gómez Soto

Especial

- 50** Na mesa da esperança
On the table of hope
Por Antonella Grieco

Entrevista

- 56** O congelamento de gastos como ameaça à cidadania: impactos do ajuste sobre a política de valorização do salário mínimo no Brasil
The spending cap as a threat to citizenship: impacts of the fiscal adjustment on the valuation of the minimum wage in Brazil
Com Mahatma Ramos dos Santos
Por Hipólita Siqueira

Resenha

- 61** Reflexiones sobre el territorio de la (in)justicia en las ciudades
Reflections about the territory of (in)justice in the cities
Por Gabriela Fauth

ficha técnica

Projeto gráfico
e editoração eletrônica
Paula Sobrino
paulasobrino@gmail.com

A Ilustração de capa foi feita
pelo artista plástico e ilustrador
Renato Pontello.
renatopontello@gmail.com

Revisão
Aline Castilho
alinecastilho1@hotmail.com

capa

Alex Ferreira Magalhães

O II Seminário Nacional sobre Urbanização de Favelas

um balanço
reflexivo de
seus resultados
e contribuições
para as políticas
de urbanização
de favelas no Brasil

**Alex Ferreira
Magalhães**

*é professor do IPPUR/UFRJ
e coordenador geral
do II UrbFavelas.*

alexmagalhaes@ippur.ufrj.br

O II URBFAVELAS: APRESENTAÇÃO E O SEU CARÁTER EXPERIMENTAL¹

O II Seminário Nacional sobre Urbanização de Favelas (ou *II UrbFavelas*) ocorreu entre os dias 23 e 26/11/2016, nas dependências da UERJ e da UFRJ, tendo o IPPUR liderado a sua organização, promovendo um relativamente bem-sucedido chamado às mais diversas organizações cariocas, acadêmicas ou não, envolvidas com a temática das favelas e dos assentamentos de baixa renda. Buscou-se dar sequência ao I Seminário de mesmo título, realizado dois anos antes, em São Bernardo do Campo (SP), no campus da UFABC, que teve como objetivo refletir sobre os resultados do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), em seu componente Urbanização de Assentamentos Precários. Naquela feita, especial atenção recaiu sobre os aspectos de recuperação ambiental e urbana dos assentamentos e do tratamento e eliminação de situações de risco. Buscou contribuir com a elevação da qualidade das intervenções em favelas e ampliar sua escala, num cenário de crescimento dos investimentos na área habitacional.

No *II UrbFavelas*, mantém-se a preocupação com o permanente aprimoramento das intervenções, buscando-se pensar a nova conjuntura em que elas passam a estar colocadas, o que se reflete no conjunto de questões propostas a figurar como eixos de reflexão, que vão desde a concepção dos planos e projetos de urbanização, até as preocupações relacionadas ao momento pós-urbanização, passando pelos fundamentais aspectos relacionados à regularização fundiária dos assentamentos e às novas questões emergentes em sua gestão, tais como aquelas relacionadas ao chamado “trabalho social”, aos processos participativos, à geração de emprego e renda e às articulações entre a urbanização e questões como cultura, juventude, empreendedorismo e segurança pública. Nessa 2ª edição do Seminário, buscou-se avançar na direção de uma concepção “integral” ou “plena” de urbanização, abrangendo todo o ciclo de desenvolvimento territorial e social dos assentamentos contemplados por intervenções dessa natureza.

Participaram do *II UrbFavelas* em torno de 700 pessoas, provenientes de 17 estados brasileiros e, em pequeno número, do exterior, com concentração nos estados do sudeste brasileiro, em função da maior fa-

cilidade de acesso e menores custos de deslocamento. Atingiu, em sua maioria, estudantes de graduação e pós-graduação, além de professores e pesquisadores, público que costuma hegemonizar esse tipo de evento. Alcançou em menor proporção os gestores públicos, ONGs e movimentos sociais, muito embora seja difícil precisar este dado, uma vez que o evento foi aberto ao público, ou seja, houve um considerável número de “ouvintes”, isto é, que acompanharam as atividades do seminário sem passarem por inscrição ou credenciamento. No tocante aos gestores públicos, é de se destacar o fato de que o seminário “competiu” com outros eventos de caráter estadual e regional, explicitando tanto a dificuldade de consolidação de articulações que extrapolem o campo acadêmico, de um lado, quanto a dificuldade de inserção e priorização do tema do seminário na agenda pública predominante nesse mesmo contexto. O evento alcançou e envolveu, ainda que com limitações, moradores de favelas e lideranças de movimentos de base delas emergentes. Neste ponto, reside uma das importantes experimentações que buscou realizar, qual seja, dar voz a esse segmento, de maneira direta e em todos os momentos do seminário, especialmente entre os conferencistas e nas sessões de apresentação de trabalhos, espaços que costumam ser um histórico domínio dos integrantes da chamada academia.

De outro lado, o *II UrbFavelas* buscou inovar o repertório de atividades que costumam compor os seminários do gênero, inserindo, além das clássicas conferências, mesas de debates e apresentação de trabalhos – realizadas em número quantitativa e qualitativamente significativo –, atividades outras nas quais se buscou abrir espaço para formas diversificadas de linguagem, de comunicação e de interação entre os participantes, tais como sessões especiais, mostra de filmes e vídeos, rodas de conversa sobre livros, apresentação de posters em formato eletrônico (e-posters), exposições fotográficas, assembleia de caráter político, show de música popular e visitas de campo – estas últimas, realizadas em favelas de distintas regiões da cidade do Rio de Janeiro, incluída uma da Baixada Fluminense, todas com a participação de guias das localidades visitadas. Desse modo, buscou-se favorecer uma interlocução mais ampla entre os diversos saberes em circulação na cidade (e na sociedade) contemporânea, não se contentando com o conhecimento acadêmico estabelecido.

Ao lado disso, um investimento importante feito pelos organizadores consistiu no fato de que grande parte das atividades acima relacionadas foi acompanhada por observadores – denominados Relatores – que produziram um registro (ou Relatório) dos debates realizados em cada uma delas. Tal produto

¹ Agradeço as importantes contribuições de diversos integrantes da Comissão Organizadora do Seminário na elaboração do presente texto, em especial a Luiz Antônio Machado da Silva. Todos, obviamente, não têm qualquer responsabilidade pelo resultado final, ora apresentado.

será disponibilizado ao público na forma de uma publicação (em formato digital e impresso) que está sendo estruturada, com previsão de lançamento em maio de 2017. Este produto significará, ainda, um mapeamento do estado da arte das questões, debates e acúmulos a respeito da urbanização de favelas decorrentes do seminário, contendo um significativo inventário de questões prementes, que podem vir a figurar em novas agendas de pesquisa, de políticas públicas e na atuação dos movimentos sociais.

POSSÍVEIS IMPACTOS DO SEMINÁRIO SOBRE O CAMPO DA URBANIZAÇÃO DE FAVELAS NO BRASIL

Um dos principais problemas das relações entre as instituições estatais e a sociedade é que as demandas, análises, propostas, críticas etc. desta última muitas vezes aparecem na esfera pública de forma pulverizada, de modo que sua vocalização fica enfraquecida e perde bastante em efetividade. Este mesmo problema – a baixa intensidade da presença da sociedade diante das instituições que configuram o sistema estatal – é responsável pela existência de seu oposto, uma atitude voluntarista e sectária, um ativismo radicalizado que se recusa a um diálogo crítico com o Estado.

Diante desse quadro, o *II UrbFavelas* mostrou-se um importante momento de superação desses limites, uma vez que, desde o início de sua construção, os seus organizadores procuraram justamente constituir o evento como um espaço aberto e plural de discussão, buscando se distanciar tanto de um espaço do tipo “chapa-branca”, quanto da mera denúncia esvaziada de direção política ou de propostas alternativas àquelas criticadas. Os quatro dias de intenso debate entre ativistas, ONGs, gestores, moradores dos territórios da pobreza (e não apenas de “favelas”, diga-se de passagem), técnicos, acadêmicos, sob o olhar da grande mídia e da mídia alternativa, funcionaram como um canal de publicização de propostas viáveis, embora todas altamente críticas dos modelos vigentes de intervenção urbana.

Nesta direção, um dos resultados substantivos mais relevantes foi o progressivo reconhecimento e a explicitação de que o significado do termo urbanização, ademais de ser multidimensional, o que implica situá-lo ao nível das políticas urbanas em geral, foi gerado como um dispositivo político operado para contrarrestar as ideias de remoção das favelas, que começaram a ser formuladas e implementadas no início dos anos 1960 e se tornaram dominantes com a instauração dos governos militares. Essa hiperpo-

litização, fruto de um período tumultuado de nossa história nacional e urbana, levou a uma polarização urbanização x remoção que enrijeceu a crítica, dificultou a compreensão dos interesses e possibilidades em jogo – que são sempre contingentes e situados, demandando ajustamentos estratégicos que a dualização das referências torna muito difícil.

Este ponto, diante da grande quantidade de evidências concretas apresentadas, tornou-se praticamente consensual e orienta a elaboração dos temas-chave, apresentados mais adiante, como um dos importantes resultados e/ou contribuições do seminário para o aprimoramento das políticas de urbanização de favelas no país. É preciso deixar clara a altíssima relevância dessa abertura a uma crítica muito mais diversificada do que a tradicional defesa em bloco da urbanização, que ocorre em um momento em que as ideias tradicionais da remoção, que pareciam superadas, voltaram a pautar a intervenção unilateral dos poderes públicos.

O caráter de “evento de massa” do *II UrbFavelas* (em torno de 700 participantes registrados, além daqueles presentes como ouvintes) e a visibilidade pública conseguida provavelmente produzirão consequências no médio prazo, tanto no que diz respeito ao ativismo dos segmentos sociais envolvidos, quanto na eventual reorientação das políticas territoriais das várias instâncias de governo, que não deixarão de perceber a capacidade crítica dos segmentos sociais afetados pelas orientações atuais da intervenção pública.

Outro subproduto importante do *II UrbFavelas* diz respeito à amplitude dos casos concretos de políticas habitacionais e urbanísticas analisados, suas vantagens, dificuldades e possibilidades. A programação foi muito intensa, porém o cansaço compreensível, decorrente de suas mais de 40 horas de programação, passou longe de prejudicar as necessárias conversas informais entre os participantes, todos muito mobilizados e positivamente provocados pela amplitude das experiências apresentadas. Neste sentido, o seminário teve um caráter instrutivo que não pode deixar de ser mencionado, o que, no médio prazo, provocará um adensamento das interações entre a administração das cidades, o ativismo crítico e os movimentos sociais, levando à formação de novas redes e outras formas de interação, que podem, inclusive, já estar se manifestando, nas intensas mobilizações suscitadas desde dezembro de 2016, por conta da edição da controversa Medida Provisória nº 759, que busca promover alterações profundas na política e no quadro normativo da regularização fundiária urbana no país, com reflexos sobre a urbanização, cuja sorte pode vir a andar “de mãos dadas” com aquela.

Ao lado desta avaliação mais geral, importante

assinalar algumas perspectivas colhidas entre integrantes da comissão organizadora, que não necessariamente possuem uma avaliação convergente a respeito do significado e dos produtos do seminário:

- Acúmulo no debate sobre o tema de urbanização de favelas, encontro/troca entre academia, sociedade civil e poder público no mesmo espaço, culminando com manifesto gerado ao final do seminário.
- Repercussão pontual do seminário em mídias alternativas do Rio de Janeiro, em que pese a conjuntura política conturbada – seja em âmbito nacional, seja regional – o que não favoreceu uma cobertura maior sobre o seminário nos grandes veículos de mídia.
- Sucesso do seminário em reunir atores com perfis diversos, num ambiente de discussão crítica sobre os processos de urbanização e regularização fundiária em favelas.
- Consolidação de um fórum nacional de discussão sobre o tema da urbanização de favelas.
- A abordagem da urbanização de favelas teve diferentes enfoques, em função da gama de modelagens que coexistem na experiência brasileira.
- Foi possível ter um panorama de como a academia aborda este tema e da avaliação que faz dos programas em curso no país; em menor grau, foi possível ver como a população atendida, ou afetada, reflete sobre estes processos.
- O “ambiente” do evento foi favorável para o desenvolvimento de debates e interações significativas entre os atores presentes.

PASSANDO PELA ‘PROVA DE FOGO’: FAZER AVANÇAR A URBANIZAÇÃO DE FAVELAS NUMA CONJUNTURA DE ADVERSIDADES CRESCENTES E DE VÁRIAS ORDENS

Desde o primeiro momento da organização do seminário, já se vislumbraram alguns dos enormes desafios envolvidos nessa empreitada. A fim de fazer face a eles, uma das estratégias adotadas foi a realização de um amplo chamado à construção coletiva do seminário, feito pelo IPPUR, que liderou a sua organização. Esse chamado, feito desde maio de 2015 – ou seja, com antecedência de um ano e meio em relação à realização do evento –, traduziu-se numa composição aberta da comissão organizadora,

no sentido de que todas as forças vivas engajadas na temática da urbanização de favelas pudessem se incorporar e se sentir como efetivas partes integrantes da realização do seminário, inserindo-o como parte de seus processos particulares. Em que pese o fato da quase inevitável preponderância da presença dos agentes do campo acadêmico, pode-se verificar vários avanços em termos de uma constituição plural do espaço deste seminário, quer em contraste com a sua primeira edição, quer em relação a outros espaços, como o ENANPUR, por exemplo. No que tange particularmente ao campo acadêmico, os resultados do seminário demonstram a capacidade de realização das universidades públicas, que ainda dispõem de recursos humanos e materiais importantes, capazes de dar suporte a um evento dessa natureza, em que pesem as significativas restrições de recursos (de todas as ordens) que lhes vêm sendo impostas, algumas de origem recente, outras de longa data.

Via de consequência, esse chamado encontrou receptividade bastante positiva em 90% dos casos, nos diversos metiers que buscou agregar e que foram concebidos, desde o início, como os pilares sobre os quais se assentaria a proposta do seminário – a saber, a comunidade acadêmica, os gestores públicos e privados e os moradores de favelas e demais territórios da pobreza.

De outro lado, desde a 1ª edição deste seminário, já havia sido cabalmente demonstrada a força do tema na agenda pública. Trata-se de um debate que, ao mesmo tempo, é amplamente difundido no meio acadêmico, constitui um polo de aglutinação (mesmo que com as contradições acima apontadas) de demandas dos movimentos sociais e é objeto de políticas, programas ou ações – mesmo que fragmentadas e/ou descontínuas – da parte do Estado, ou ao menos de preocupações recorrentes existentes em seu seio. Assim, consideramos que existe uma relevante matéria-prima (social, política, científica e institucional) por trás desse tema e que responde pela força que o debate a respeito dele reiteradamente demonstra. Há, neste prisma, uma forte potencialidade, a ser aproveitada em ocasiões futuras, seja para a eventual realização de uma 3ª edição do seminário, seja para outros processos que decorram desta 2ª edição.

Tal força teve que lidar com um delicadíssimo contexto político-econômico, composto de uma profunda ruptura política (traduzida no processo de impeachment), de paralizações no serviço público, de restrições ao financiamento, de ocorrência de manifestações sociais, de precarização da universidade pública, da crise política, econômica e fiscal que se abateu especialmente sobre o estado do Rio de Janeiro, passando por verdadeira “prova de fogo” para que

se realizasse o seminário, que não deixou de representar um espaço de resistência e de reflexão (mesmo que inicial) a respeito das incertezas e ameaças presentes na atual conjuntura brasileira e fluminense. Pode-se considerar que houve relativo êxito do seminário em realizar-se de modo a não ficar alheio ao crescente conjunto de reivindicações que emergiam na mesma conjuntura em que foi preparado e realizado.

Em reforço às colocações acima, adicionamos algumas avaliações colhidas ao final do evento, junto a alguns de seus participantes, que manteremos em anonimato, a fim de despersonalizar a reflexão:

- Os resultados [do *II UrbFavelas*] podem ser atribuídos à vontade explícita da Comissão Organizadora em tentar organizar um seminário plural e diverso. Houve uma mobilização significativa para trazer os movimentos sociais e de favela para dentro do seminário, não apenas como coadjuvantes, como costumam ser, mas como protagonistas. A favela deixou de ser tratada apenas como objeto, deslocando o paradigma habitual.
- Os resultados podem ser atribuídos: (i) ao sensível momento político e econômico do país e do estado sede (tanto para incentivar a reflexão e a interação para reforçar as lutas cotidianas, quanto no aspecto negativo, pelas dificuldades que impôs à realização do seminário); (ii) à persistência da comissão organizadora, que foi capaz de superar desafios diversos, financeiros e operacionais, para proporcionar o melhor evento possível.
- Estes resultados podem ser atribuídos à própria coordenação do evento, bastante ligada à reflexão acadêmica do tema, e ao próprio interesse dos expositores em participar de eventos acadêmicos. Podemos também destacar o grande interesse que a troca de experiências desperta naqueles que atuam profissionalmente neste campo. Finalmente, aqueles que se dedicam a esta reflexão na academia têm grande preocupação em como o ensino interage com este campo de atuação profissional e com as estratégias de intervenção no espaço urbano e de discussão das próprias políticas de produção da cidade.

EXTRAINDO AS LIÇÕES DO II URBFAVELAS E PENSANDO O FUTURO DA POLÍTICA DE URBANIZAÇÃO

Do ponto de vista organizacional, a experiência de realização do seminário foi muito bem sucedida. De um lado, porque foi o primeiro “assumido” por uma instância acadêmica, o que o torna, ao menos em princípio, consolidado e capaz de se reproduzir no tempo. Oportuno ressaltar que isso implica uma espécie de “aprendizado institucional” nada desprezível.

Outra indicação de sucesso foi o alto grau de mobilização, tanto do ponto de vista quantitativo (considerando que o seminário se realizou em meio à brutal crise político-econômica que assola o país e o estado do Rio de Janeiro), quanto qualitativo, como abordado nos itens anteriores.

Por outro lado, importante ponderar a respeito de uma espécie de “escolha de Sofia” adotada pela Comissão Organizadora: como já foi dito, optou-se por um arriscado grau de abertura da programação, com grande número de painelistas, palestrantes, grupos de trabalho, conferencistas, atividades culturais diversas etc. Muito embora esta orientação geral tenha sido, de modo geral, bem-sucedida, a contrapartida deste sucesso foi a exiguidade do tempo de debate envolvendo o público. Teria sido interessante formular um questionário a respeito das preferências dele, público, quanto a estas alternativas, o que é uma possibilidade que os organizadores dos futuros seminários podem considerar.

Quanto ao esforço de inclusão e participação de moradores de favelas, o *II UrbFavelas* logrou avanços nesta direção. Através da parceria com entidades, organizações da sociedade civil e movimentos sociais e comunitários – muitos delas incorporadas à Comissão Organizadora –, além de várias reuniões preparatórias realizadas diretamente com os referidos movimentos, concretizou-se o franco esforço de inclusão desse grupo nas discussões do seminário.

Os organizadores tiveram mesmo que lidar com diversos desafios nesse sentido, tais como: 1) superar e/ou administrar as históricas tensões, desconfianças, divergências e antagonismos que ainda marcam, em boa medida, as relações entre academia e moradores de favelas, que parecem ser tão mais profundas quanto menos institucionalizados os movimentos de base em favelas; 2) sincronizar o time e as pautas do

seminário em relação aos processos sociopolíticos nos quais as favelas encontram-se envolvidas, a fim de criar uma convergência entre aquelas e estes, sem o que não se viabilizaria uma presença e contribuição substantiva dos movimentos para o seminário, e vice-versa, especialmente este último; 3) construir formatos e modelos apropriados para a incorporação dos moradores de favelas como autores/apresentadores de trabalhos, uma vez que os modelos usualmente utilizados em eventos científicos se revelaram completamente inapropriados, logo, excludentes.

Assim, um dos produtos mais importantes do seminário consistiu, precisamente, na concepção e desenvolvimento inicial de uma nova tipologia de trabalho admitido para apresentação dentro de sua programação. Ela foi denominada de Narrativa de Moradores, cuja apresentação não se deu de modo separado, mas sim nas mesmas sessões em que foram apresentados trabalhos de acadêmicos e gestores, a fim de propiciar um diálogo real entre os vários agentes compreendidos como fundamentais à realização do seminário, tal como já exposto. Trata-se, portanto, de um modelo que pode ser retomado e aprimorado em futuros seminários, o que compreendemos como uma senda com enormes potencialidades renovadoras para esse tipo de evento, seja em termos de perfil de participantes, seja pela interações entre eles, a ser propiciada por esse tipo de espaço. Tal sorte de renovação possui implicações não somente metodológicas, como aquela já palpavelmente experimentada no *II UrbFavelas*, mas espera-se que também de ordem epistemológica, conduzindo a um repensar dos processos de construção do conhecimento envolvidas na reflexão sobre as favelas e as várias dimensões de sua urbanização.

O esforço de incorporação dos moradores e movimentos de favelas ganhou visibilidade, especialmente, sob dois aspectos: primeiro, a partir dos trabalhos apresentados (narrativas de moradores e vídeos exibidos durante o seminário); segundo, por sua presença nas mesas de debate do seminário, na condição de palestrantes, de modo a trazer para o centro dos debates a sua perspectiva a respeito dos desafios presentes no dia a dia dos territórios empobrecidos. Entretanto, acreditamos que, para um próximo evento, será fundamental buscar avançar na capilaridade do contato com lideranças comunitárias, organizações e redes de favelas, especialmente no momento inicial de planejamento do evento, a fim de que possa se manifestar desde a estruturação dos temas-eixo do seminário, passando pela divulgação e desaguando num maior número de narrativas

de moradores compondo a sua programação. Neste sentido, importante que existam esforços em tentar atrair organizações e moradores de um leque de territórios que vá além das favelas, agregando outras tipologias de assentamentos precários e/ou de baixa renda (tais como os loteamentos, os conjuntos, os cortiços e os recentes “condomínios populares”), bem como daquelas localidades mais comumente focalizadas pela grande mídia e pela própria universidade. Um caminho a se pensar na próxima edição pode ser o de desenvolver metodologias de divulgação contínua nos territórios empobrecidos, valendo-se de instrumentos de comunicação já existentes nesses espaços (tais como rádios comunitárias, parceria com associação de moradores e outras organizações relevantes – religiosas, culturais, de juventude etc.). Também se afigura importante construir uma estratégia sólida de avaliação de cada atividade do seminário, utilizando-se de ferramentas acessíveis aos diversos públicos participantes do evento.

Quanto às contrapartidas sociais do seminário, ele constitui uma excelente oportunidade de fortalecimento (fomento etc.) de organizações de favelas, que foram envolvidas em diversas tarefas e fases de sua realização, e que podem assim adquirir o *know-how* necessário para eventos de maior porte, além de aportar a sua fundamental experiência de organizações de base. No caso do *II UrbFavelas*, ao lado do envolvimento dessas organizações na construção do seminário de modo geral, buscou-se inseri-las no provimento de diversos serviços profissionais dos quais o seminário necessitava. Acreditamos que se trata de uma linha que pode ser retomada e aprofundada em eventos futuros, porém, no que tange à contratação de serviços, sem descuidar de uma rigorosa avaliação de custos, bem como dos recursos humanos dos quais tais organizações efetivamente dispõem e seu currículo profissional.

Um ponto sempre problemático na construção do seminário consistiu na participação dos agentes e órgãos do poder público, isso tanto em função das ações de remoção de favelas que ocorreram no período recente, como da ruptura político-institucional de 2016, ambas agindo no sentido de dificultar sobremaneira o diálogo entre autoridades públicas, universidade e movimentos sociais. A despeito das críticas que possa haver a respeito da forma como o poder público atua nos processos de urbanização de favelas e de intervenção no espaço urbano, muitas vezes com impactos muito negativos sobre assentamentos urbanos, acreditamos ser estratégico promover o envolvimento real de órgãos e agentes públicos na cons-

trução e realização do seminário, seja no sentido de refletir a respeito das próprias práticas, concluídas ou em curso, seja a fim de dar espaço a coordenadores e técnicos de órgãos públicos que atuam neste campo, para que apresentem suas experiências e resultados delas, renovem os conceitos que vêm sendo aplicados nas políticas públicas, em diálogo com os demais agentes do campo.

PROBLEMAS E TEMAS-CHAVE SURTIDOS DURANTE O SEMINÁRIO

Muito embora o *II UrbFavelas* não tenha tido um propósito de produzir cânones de qualquer espécie, os seus organizadores compartilham do propósito de cultivar uma compreensão política e crítica a respeito das políticas de urbanização de favelas e, logo, do próprio seminário que se propôs debate-la. Na prática concreta, elas representam resultados contingentes de relações hierárquicas de força; na dimensão cognitiva, constituem intercessões ad hoc entre disciplinas acadêmicas, com suas tendências dominantes internas em primeiro plano. Feita essa advertência preliminar, importante apresentar uma síntese dos debates realizados, estruturados conforme os quatro eixos temáticos do seminário, no formato de *bullet points*. De modo geral, os quatro temas-eixo do seminário, bem como o seu detalhamento feito para orientar a chamada de trabalhos, constituem um bom guia para orientar uma reflexão atualizada sobre a urbanização de favelas em suas múltiplas dimensões. Talvez apenas o 4º e último eixo esteja ainda num estágio excessivamente abstrato, demandando avanço na direção de um nível mais profundo de precisão, que defina melhor o seu perfil, o que provavelmente dará ensejo ao seu desdobramento em vários temas.

POLÍTICAS, PROGRAMAS

E PROJETOS DE URBANIZAÇÃO DE FAVELAS

- Escassez de recursos para esses programas e projetos em virtude dos cortes orçamentários que têm acontecido. De outro lado, o fato de que, mesmo em condições ideais e contando com o volume de recursos mais próximo daquilo que seria desejável, não haveria recursos para tudo que muitas vezes se planeja e se projeta, de maneira que se faz necessário que nas políticas de urbanização sejam eleitas prioridades e definidos objetivos que sejam alcançáveis com esses recursos;

- Aplicação de modelos prontos e fechados;
- A necessidade de um feedback, da Universidade para a sociedade, de informações, de conhecimentos e de conceitos, em suma, do que é elaborado em campo universitário;
- Crítica ao ensino de projetos de urbanização, que não se aprimorou, não acompanhou e não tem acompanhado o desenvolvimento das experiências de urbanização;
- Necessidade de que o gerenciamento de obras e a sua metodologia se adaptem melhor às circunstâncias das favelas e dos demais assentamentos populares que recebem as intervenções de urbanização;
- Falta de um debate multidisciplinar sobre políticas, programas e projetos;
- No aspecto jurídico, uma ênfase demasiada no aspecto ambiental em detrimento do aspecto urbanístico. Os agentes jurídicos acabam não tendo um feeling, uma percepção adequada da dimensão urbana e hipervalorizam a dimensão ambiental;
- A necessidade de que os moradores das favelas e dos assentamentos que recebem a urbanização sejam vistos e incorporados como protagonistas e não meros participantes. Há uma diferença qualitativa importante entre uma coisa e outra.

URBANIZAÇÃO DE FAVELAS: DESENVOLVIMENTO DA OBRA E DO PÓS-OBRA

- Reconhecimento de que no Brasil houve avanços importantes em matéria de marcos jurídicos e de referências técnicas para as intervenções, na linha do direito à moradia, nas últimas três décadas;
- Influência muito grande, talvez indevida, das dinâmicas internacionais, das propostas hegemônicas de ajustes, das “necessidades” dos megaeventos, que acabam favorecendo uma retomada de remoções e de projetos em detrimentos das favelas;
- Crescimento da importância do chamado “planejamento estratégico”, conduzindo a uma perda de diálogo entre Estado e moradores e suas organizações e a uma perda em termos democráticos;
- O planejamento participativo tradicional, tal como se conhecia, encontra-se em crise, reduzindo-se em um cooptação dos moradores pelos agentes promotores da urbanização, e a superação disso tem se anunciado em novos formatos de participação, como o caso dos planos populares, das experiências de planejamento conhecidas

como planejamento insurgente, transgressivo etc., que significam arranjos colaborativos entre moradores, universidade, gestores públicos, técnicos solidários etc., com autonomia em relação ao Estado e como movimento importante de caráter claramente propositivo;

- Ponto controverso é o porquê da permanência na favela, as razões para nela ficar. Neste sentido, apontou-se, como elementos importantes: os laços solidários que nela se desenvolvem, as memórias coletivas, os aspectos identitários e o conjunto de potências que as favelas apresentam, inclusive com respostas, algumas vezes adiantadas, para a superação dos problemas, dos conflitos, das contradições dos projetos de requalificação que nós conhecemos hoje em dia;
- Crítica às intervenções costumeiras do pós-obra, que ainda traduzem um olhar distorcido sobre as favelas, vendo-as como espaço homogêneo, desconhecendo uma série de aspectos importantes da sua vida interna, os códigos envolvidos (sejam os códigos linguísticos, sejam os normativos), as suas referências, as suas desigualdades, os seus saberes, ou seja, trata-se de paradigmas que não superam os estigmas historicamente construídos.
- Crítica à chamada “lógica dos editais”, das intervenções dependentes, baseadas e/ou subordinadas ao que permitem os editais de financiamento, o que acaba levando a planilhas e produtos fragmentários, que perdem uma visão de totalidade, seja da favela, seja da cidade de modo geral, e que separam projeto, obra e gestão, até porque são intervenções, normalmente, terceirizadas, em que os agentes não controlam a totalidade do processo, e acabam favorecendo o abandono das intervenções pela metade e as soluções improvisadas;
- Deficiência na formação dos profissionais das várias áreas envolvidas nas intervenções, que possuem uma formação aquém das necessidades;
- Os diagnósticos que baseiam as ações são muito genéricos e desconhecem os códigos locais, havendo uma necessidade de seu aprofundamento e aprimoramento, ou seja, ainda se conhece pouco sobre os espaços nos quais se intervém;
- Preocupação com as formas de valorização econômica que decorrem necessariamente das intervenções. Já se tem uma percepção clara de que os programas e projetos provocam uma valorização, é uma regra da ordem capitalista, muitas vezes favorecem o adensamento, a ver-

ticalização, o aprofundamento das relações de inquilinato como modo de acesso ao espaço e aos imóveis, ou seja, um rentismo que de algum modo capitaliza os lucros decorrentes das intervenções, aprofundando as situações de vulnerabilidade econômica e jurídica dos moradores de favelas. Assim, há a necessidade de estratégias de enfrentamento desses processos, que não podem mais ser desconhecidos, não cabendo mais considerá-los como “elemento surpresa”;

- Reconhecimento da qualidade de algumas intervenções e da importância de recuperarmos as lições, aprendizados e pontos positivos trazidos por aquelas que conhecemos no país.

REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DE FAVELAS E OUTROS ASSENTAMENTOS DE BAIXA RENDA

- Reconhecimento dos avanços em termos do marco normativo. Porém, de outro lado, há um grande descompasso entre este marco e as ações e políticas efetivas. Na prática, esta ordem normativa não tem garantido o direito à cidade, e a prova estaria na recorrência das remoções e no respaldo que o poder judiciário e o ministério público têm dado a essas remoções;
- Preocupação com a ameaça de retrocesso nessa ordem legal e na iminência de um desmonte dela, o que demanda movimentos de resistência que garantam que não se consagrem, na própria lei, esses retrocessos;
- Preocupação de se pensar na efetividade de alguns instrumentos, a que de fato eles estão se prestando, como no caso das ZEIS;
- Qual o papel dos vários atores da regularização fundiária no tocante à efetivação do marco normativo, ou seja, como é que os agentes estão interpretando esses marcos normativos, como estão abordando o arcabouço legal e se apropriando dele, especialmente os agentes institucionais do poder público. Há uma preocupação com os modos conservadores e tradicionais de se apropriar de uma ordem normativa muitas vezes inovadora, que acaba comprometendo e esvaziando essa mesma ordem normativa;
- Os déficits consideráveis de institucionalidade do poder público, em especial das prefeituras, que também inviabilizam de antemão a efetividade desses marcos legais. Foi muito invocado, por exemplo, os prazos enormes de aprovação de projetos como fatores inviabilizadores da efetivação da legislação e, conseqüentemente, da própria regularização;

- Ênfase na importância estratégica da parceria entre Universidade e movimentos de moradores de favelas e também na necessidade de que aquilo que entendemos como assistência técnica incorpore a regularização fundiária e não fique restrita às obras de melhorias habitacionais ou de construção habitacional.

DIMENSÕES EMERGENTES NA URBANIZAÇÃO DE FAVELAS E OUTRAS TIPOLOGIAS DE ASSENTAMENTOS

- O debate em torno dessa dimensão foi muito centrado em estudos de caso, o que se interpretou como algo enriquecedor que ajudou a dar vida a esse debate;
- Como aspecto novo no debate sobre urbanização de favelas, emergem temas como paisagem, patrimônio arquitetônico e patrimônio cultural, algo que até hoje nunca foi muito aplicado ao caso das favelas. Percebe-se hoje uma forte presença do patrimônio arquitetônico e cultural nas favelas, seja do ponto de vista físico, seja do empírico. A experiência dos museus de favelas aponta para a necessidade de debate sobre a memória, mas há também uma percepção do risco de uma excessiva patrimonialização na abordagem das favelas.
- Temática da saúde e seus determinantes sociais também constitui outra questão emergente importante;
- O debate sobre o risco começa a ser feito de um modo renovado e com recorte ambiental;
- O debate sobre o turismo em favelas enfrenta uma espécie de dilema, dividindo-se em duas perspectivas: uma mais crítica, que se preocupa com a valorização econômica e consequente expulsão pelo mercado, além do aspecto “invasivo” desta atividade sobre a vida dos moradores de favelas; e outra que percebe algum efeito positivo que o turismo pode ter em termos de mobilizações políticas internas nas favelas, aproveitando alguma coisa do chamado turismo de base comunitária e que também incorpora a dimensão ambiental do debate sobre a urbanização de favelas;
- Com relação aos chamados “canteiros sociais”, há uma percepção de que ainda há muito a ser feito em termos de capacitação dos profissionais envolvidos neles, inclusive porque muitas vezes os canteiros sociais são gerenciados por empresas ou por ONGs que ainda não compreenderam

de maneira adequada a problemática global da urbanização e das suas exigências;

- Quanto ao debate sobre assistência técnica, percebe-se que ele tem ocorrido muito mais devido à Universidade do que ao poder público, ou seja, há uma crítica à falta de iniciativa do Estado com relação ao tema. Muitas vezes ela ocorre, mas sem estar embasada em projeto, outro aspecto crítico. No lado positivo, a assistência técnica (onde tem ocorrido) tem reforçado os movimentos internos. Também se reconhece a importância de algumas iniciativas pioneiras, quase que heroicas, de algumas universidades, de avançar nessa direção e em especial algumas universidades privadas que também têm se lançado nessa seara;
- Há grande preocupação com o reassentamento, que embora tenha uma recepção na legislação, pode vir a legitimar os processos de remoção, como no caso dos reassentamentos feitos para locais distantes, ferindo a ordem legal e promovendo uma desarticulação do bairro e dos seus moradores;
- Necessidade de maior atenção à cartografia das favelas, ou seja, como as favelas têm sido representadas e cartografadas. Há, ainda, a percepção de que essa cartografia não possui só uma dimensão técnica, mas também uma fortíssima dimensão de cidadania. Há preocupação com o possível risco de apropriação econômica dessa cartografia, sendo muito citado o caso do Google e as suas experiências de fazer o mapeamento de favelas. Percebeu-se a forte presença dos conflitos entre técnicas e ideários dos moradores;
- Debateram-se sobre os vários processos de formalização hoje em curso (dos serviços públicos, de atividades comerciais etc.), bem como as suas implicações, em termos de um redesenho das favelas;
- Há preocupação com os processos de empresariamento aplicados e em curso nas favelas e com os impactos nas favelas dos chamados grandes eventos.
- Ressaltou-se a importância de fortalecimento de uma linha de reflexão sobre o ensino universitário, associada com as questões urbanas e a precariedade socioespacial, seja na graduação seja nas pós-graduações, enfrentando questões como a assistência técnica para habitação social, processos participativos de elaboração de projetos de urbanização, além de uma reflexão mais acurada sobre os impactos da política urbana.
- Importante perceber a contextualização de con-

flitos urbanos e o aumento da precarização no cenário internacional, como resultado de processos globais da monetarização e financeirização da moradia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência de realização do *II UrbFavelas* deixou patenteadas as potencialidades renovadoras desse tipo de evento, seja para o campo das políticas públicas, seja para os diversos agentes sociais nela envolvidos ou interessados, seja, *last but not least*, para a própria universidade. Esta potencialidade remete, em última análise, à própria força da questão que o moveu, isto é, à própria urbanização de favelas, tomada como uma modalidade determinada de intervenção reconfiguradora do território.

Especificamente no que concerne ao campo de planejamento urbano e regional, ele constitui uma espécie de importante departamento especializado, no qual se acumulam conhecimentos, práticas e propostas a respeito de um expressivo segmento das cidades brasileiras, quer em termos demográficos, quer em termos territoriais, quer em termos simbólicos e de sociabilidade. Em boa medida, pode-se afirmar que a sorte da cidade é jogada em suas favelas ou, de modo mais geral, em suas periferias. Daí o caráter

crucial do debate sobre urbanização de favelas para o planejamento urbano.

No entanto, a condição para que as aludidas potencialidades renovadoras se concretizem parece residir no grau de articulação real entre espaços sociais como o do UrbFavelas e as lutas e conflitos sociais em curso. Neste caso, incluímos tanto os movimentos reivindicativos das organizações de base, quanto os dilemas e questões enfrentadas no âmbito da gestão pública. Quanto maior for a capacidade destes espaços de se constituírem tendo como matéria-prima os movimentos e conflitos acima aludidos, maiores as suas possibilidades de intervirem na direção que as políticas de urbanização de favelas venham a assumir concretamente, em determinado espaço-tempo.

As recentes mudanças na conjuntura brasileira, que apontam para retrocessos em termos da concepção das políticas urbanas, no bojo de processos como crise fiscal, recrudescimento do componente autoritário do Estado brasileiro, aumento dos índices de pobreza, contingenciamento de recursos públicos e diluição da esfera pública, certamente adicionarão novos desafios àqueles que foram amplamente tematizados no I e II Seminários Nacionais sobre Urbanização de Favelas. Mais do que nunca se fará necessária a articulação referida no parágrafo anterior. Mais do que nunca, outras virtudes técnicas e políticas serão exigidas de espaços como este. ■

Priscilla Rodrigues Fonseca

A localização diferenciada dos investimentos e seu impacto na estruturação socioespacial das cidades à luz da teoria da causação circular

Resumo

A localização das pessoas e dos bens e serviços no espaço é fator primordial para compreender a organização social do território e suas formas de desigualdade. A distribuição dos investimentos no território cria elementos de diferenciação social que articulam a estrutura urbana. Tal fator reflete-se diretamente nas condições de vida dos indivíduos e na valorização do solo. Tendo em vista a complexidade da heterogeneidade social e a aplicação desigual dos recursos, a teoria da causação circular é utilizada para compreender o direcionamento primordial de recursos às localidades com maior poder de barganha, iniciando um processo de causação circular, no qual a concentração dos investimentos em determinados espaços impacta a distribuição futura dos benefícios, implicando um círculo vicioso de vantagens em áreas já favorecidas.

Palavras-chave: Localização; Investimentos; Infraestrutura; Teoria da causação circular; Desigualdade.

Abstract

Location of people and collective goods in space is a key factor to understand the social organization of territory and its forms of inequality. The discriminated way which investments spread creates essential elements of social differentiation that articulate the unequal urban structure. This factor reflects directly on the living conditions of residents and the value of ground. Given the complexity regarding the social heterogeneity and the unequal application of resources, we followed the circular causation theory to understand the primary targeting resources those whom have greater bargaining power, starting a circular causation process, where the concentration of investments in certain spaces impacts the future distribution of benefits, resulting in a vicious circle of advantages already favored areas.

Keywords: Location; Investments; Infrastructure; Theory of circular causation; Inequality.

**Priscilla Rodrigues
Fonseca**

*é graduada em Geografia pela UFF,
especialista e mestre pelo Instituto
de Pesquisa e Planejamento Urbano
e Regional da UFRJ.*

priscillarf@id.uff.br

INTRODUÇÃO

Uma das maiores afirmações desenvolvidas ao longo dos séculos XX e XXI, no que concerne à realidade da estrutura urbana, é que as cidades, especialmente nos países em desenvolvimento, tomaram forma a partir do modelo centro-periferia (CORRÊA, 1979; ABREU, 1981; VILLAÇA, 2001; SPOSITO, 2004). Isto quer dizer que as áreas centrais são melhores equipadas, com a predominância das classes sociais média e alta, e os locais não centrais são marcados por deficiências de equipamentos e serviços e pela presença de uma classe social de menor renda que, frequentemente, aglomera-se de maneira mais espontânea, através de loteamentos ou favelas. As cidades brasileiras, em geral, seriam caracterizadas por um “gradiente decrescente de condições de vida, inserção no mercado de trabalho e acesso à renda do centro para as periferias” (SPOSITO, 2004, p.124). Outra afirmativa importante é aquela que trata da associação entre infraestrutura e dinâmica imobiliária, resultando na “hierarquia das localizações sociais”, uma vez que a existência de infraestrutura valoriza o solo, exercendo impacto sobre os grupos sociais e sua possibilidade de se apropriar daquele espaço (VETTER, 1979a).

A forma como as pessoas se distribuem no espaço e que, necessariamente, implica uma localização, remete a dois fatores cruciais: (i) as possibilidades financeiras do indivíduo em se fixar diante da valorização desigualmente produzida nos espaços e (ii) o modo desproporcional com que os locais recebem investimentos, fenômeno que influi diretamente na qualidade de vida e, por conseguinte, no valor do solo. A terra, portanto, tem valor enquanto localização, capturando investimentos a depender de sua posição no espaço¹. Há, necessariamente, um “diferencial de capacidade que cada grupo tem de pagar pela residência que ocupa” (CORRÊA, 1989, p.62). A forma discriminada com que se distribuem os investimentos – sendo a localização a base geográfica na qual eles se concretizam – cria os elementos essen-

ciais de diferenciação social que articulam a estrutura urbana desigual.

Bourdieu (1983; 1997) afirma que a habilidade ou capacidade de se movimentar no espaço ou de frequentar certos ambientes afeta o valor dos recursos que cada indivíduo incorpora ao longo de sua existência. A acessibilidade, ou a capacidade de deslocamento, é fator primordial para entender a desigualdade espacial (LAGO, 2007), pois aumentando o acesso à infraestrutura e aos serviços, públicos ou privados, elevam-se as chances de melhores condições de vida. Logo, o deslocamento pode ser entendido como uma dimensão de dominação e de poder, e os dominantes demarcam o território segundo seus interesses. Conforme afirma David Harvey (1980, p.51), “em geral, o rico e o relativamente bem remediado podem conseguir grandes benefícios, enquanto o pobre, e consequentemente imóvel, tem somente oportunidades restritas”. Por isso, “o espaço é um dos lugares onde o poder se afirma e se exerce, e, sem dúvida, sob a forma mais sutil, a da violência simbólica como violência desapercibida [...]” (LAGO, 2007, p.163).

Esta justaposição da distribuição espacial da população segundo grupos socioeconômicos aos benefícios líquidos das ações do governo [...] é uma maneira de mostrar as grandes disparidades quanto ao poder político entre estes diferentes grupos no Brasil (VETTER *et al.* 1981, p.473).

Por isso, corrobora-se a afirmação de Vetter e Massena (1982, p.57, 58) sobre o fato de que “a apropriação dos benefícios líquidos gerados pelos investimentos do Estado torna-se uma das variáveis mais importantes na determinação da estrutura interna da cidade” e, ainda, que “o espaço é sem dúvida uma variável importante nesse processo de apropriação e não simplesmente um receptáculo passivo dele”. Os benefícios líquidos seriam o resultado da diferença entre os benefícios gerados pelas ações governamentais e os custos associados a elas (tais como aumento de tributos e tarifas, congestionamento, poluição, entre outros), que podem depreciar a qualidade de vida (VETTER *et al.*, 1981, p.458), influenciando assim a renda real. O conceito de renda real pode ser definido como sendo o “controle sobre os recursos escassos dos diferentes grupos da sociedade” (VETTER *et al.*, 1981, p.457, 458).

Sendo assim, supõe-se que a localização dos recursos públicos e privados, ou seja, dos bens coletivos que interferem na qualidade de vida, é imóvel e assimétrica em sua distribuição, afetando a divisão social do trabalho em sua configuração espacial

1 Destacamos duas obras importantes na discussão da teoria da localização: *The isolated state* (O Estado Isolado), de 1926, de Heinrich Von Thünen (1873-1850) e *The Economics of Location* (A Economia da Localização), de 1954, de August Lösch (1906-1945). O primeiro trabalha com a questão da atividade agrícola e sua proximidade da cidade, buscando equilibrar variáveis que harmonizassem a intensidade da produção, a fertilidade, as culturas e a lucratividade. Já Lösch considerou a demanda como principal variável espacial para a localização da atividade econômica. Consultar: VON THÜNEN, Johann Heinrich. *The isolated state*. Oxford: Pergamon Press, 1966 e LÖSCH, August. *The Economics of Location*. New Haven: Yale University Press, 1954.

(DAVIDOVICH e FREDRICH, 1982). Ao indicar que a localização é fator fundamental para entender a desigualdade socioespacial na cidade, reconhece-se que as áreas compostas majoritariamente por classes sociais de menor renda também terão localizações privilegiadas e valorizadas e, também, que a imobilidade dos bens e serviços, ainda que seja um fator limitante, não restringe o impacto – seja ele positivo ou negativo – que os mesmos causam no entorno. A disposição dos recursos, asseveram Davidovich e Fredrich (1982), deriva de conjunturas sociais, políticas, históricas e econômicas, que refletem na “expressão espacial das classes sociais” (CORRÊA, 1989, p. 62).

A teoria da causação circular, de Gunnar Myrdal (1968), trata do problema distributivo das benfeitorias urbanas, e é utilizada aqui para compor a base teórica da distribuição assimétrica dos investimentos e sua consequente desigualdade nas cidades. A relevância da localização será fator central nesta discussão, pois as diferenciações sociais que irão se cristalizar estão ligadas ao fato de não haver proporcionalidade na distribuição dos recursos. Também será ressaltada a importância dos diferentes grupos sociais para garantir as disputas por investimentos bem como o deslocamento no espaço como fonte de poder, porque aqueles que encontrarem dificuldade em se deslocar estarão em situação inferior e dotados de menos opções para aumentar sua renda real.

A LOCALIZAÇÃO E SEU IMPACTO NA DIVISÃO SOCIAL DO ESPAÇO

Admite-se no artigo em questão que a localização das pessoas e dos bens e serviços coletivos no espaço é fator primordial para compreender a estruturação de uma cidade e de suas formas de desigualdade (HARVEY, 1980). A imobilidade das estruturas fixas, ou seja, das infraestruturas, reflete os processos sociais, pois estes “conectam pessoas, atividades, permitem mobilidade e acessibilidade a diversas oportunidades e equipamentos na cidade” (HARVEY, 1980, p.39). A infraestrutura e os serviços urbanos, vistos por este ângulo, compõem o arcabouço para a reprodução social nas cidades e, assim, contribuem para o desenvolvimento de certos locais e, ainda que indiretamente, para a manutenção da precariedade de outros. Segundo Vetter *et al.* (1979b), a distribuição espacial da população por grupos de renda está ligada ao acesso às oportunidades. Dada “a importância das ações do Estado na determinação seja da estrutura interna da cidade, seja da distribuição interpessoal de melhores condições de vida” (VETTER e MASSENA, 1982, p.62), a utilidade plena de uma moradia está

necessariamente vinculada a um “conjunto de bens e serviços urbanos existentes no espaço construído da cidade” (RIBEIRO, 1997, p.337). Neste sentido, as externalidades têm impacto na constituição das cidades, pois influenciam a renda real de um indivíduo. Sendo elas positivas – proximidade ao mar ou malha viária desenvolvida – ou negativas – aterro sanitário ou esgoto a céu aberto –, colaboram para a formação do preço do solo. Os efeitos positivos das externalidades são normalmente capturados pelos proprietários da terra por meio da sua valorização (HARVEY, 1980).

Bourdieu (1997, p.160) afirma que há uma “relação entre a estrutura espacial da distribuição dos agentes e a estrutura espacial da distribuição dos bens ou dos serviços, públicos ou privados”. Sendo assim, a localização dos grupos em uma cidade é consequência de suas condições sociais, pela capacidade de usufruir da proximidade e da acessibilidade aos equipamentos e serviços essenciais à reprodução social. A distribuição dos investimentos depende do grau de acessibilidade de um local a outros locais, do impacto desta localização sobre o valor do solo e do efeito da alteração deste valor sobre a segregação residencial (as taxas que possam vir a ser cobradas podem interferir na chegada ou na expulsão de famílias) (VETTER *et al.*, 1979b, p.33).

Dado que o poder de barganha dos grupos de alta renda é normalmente maior, recebem proporcionalmente mais benefícios das ações do Estado (investimentos públicos, impostos mais baixos etc.), enriquecendo os proprietários do solo nestas áreas através da capitalização do excedente fiscal no valor da terra. Esta valorização dificulta o acesso de famílias de baixa renda a essas áreas e resulta numa tendência de expulsão destas famílias [...], aumentando, assim, a segregação segundo grupos de renda, conduzindo, portanto, à etapa inicial da cadeia de causação circular (alocação de investimentos públicos) (VETTER *et al.*, 1979b, p. 39).

Ou seja, as classes sociais de alto rendimento habitualmente têm maior poder político, influenciando as decisões públicas em seu favor a fim de apropriar-se das vantagens locais (VETTER e MASSENA, 1982, p.58). Tal processo garantiria a hierarquia do preço de moradia e, consequentemente, a possibilidade de apropriação dessas áreas segundo grupos de rendimento (RIBEIRO, 1997, p.118). Vetter e Massena (1982) corroboram essa discussão ao afirmar que:

o resultante aumento constatado no papel que o Estado desempenha nas áreas urbanas tem levado

à crescente politização da alocação de recursos nas grandes cidades, dado que a apropriação dos benefícios líquidos dessas ações na provisão de serviços coletivos e no controle dos custos sociais é extremamente importante para a determinação dos níveis de condições de vida (i.e., renda real) dos diferentes grupos socioeconômicos que moram nessas cidades (VETTER e MASSENA, 1982, p.51).

O valor da terra influencia, portanto, a distribuição espacial da população por classes sociais. A segregação residencial, inerente ao processo de valorização, gera a concentração das elites e, por conseguinte, do poder, pois a influência econômica e política que possuem garante o contínuo recebimento de vantagens (VETTER *et al.*, 1981, p.462). Pode-se chamar o resultado deste processo de “hierarquia das posições sociais dos espaços” (PRÉTECEILLE, 2003): “o resultado desse processo [...] é uma estrutura espacial núcleo/periferia em que os grupos de poder aquisitivo e poder político maiores se concentram no núcleo, enquanto os menos poderosos em termos econômicos e políticos ficam na periferia” (VETTER e MASSENA, 1982, p. 62).

David Smith (1974, p.29) assegura que “o espaço cria desigualdades, uma vez que a localização de cada novo serviço favorece ou desfavorece os que se acham ao alcance dele, e, assim sendo, redistribui os benefícios e os malefícios”. Uma vez que os benefícios geram aumento da renda da terra e dos tributos, haverá efeitos na disposição dos grupos sociais, pois nem todos poderão se apropriar (no sentido de consumir, seja morando ou não) daquele espaço. Disto derivou um antagonismo entre áreas abastecidas pelos investimentos públicos e pela ação do mercado imobiliário e aquelas aparentemente caóticas, que serviam às necessidades de acumulação capitalistas (OLIVEIRA, 2013). Para explicar essa situação, Vetter *et al.* (1981) utilizam a teoria da causação circular, na qual a concentração dos investimentos em determinados espaços impacta a futura distribuição dos benefícios líquidos, implicando um círculo vicioso de vantagens em áreas já favorecidas ou o oposto em áreas desfavorecidas. A diferença da valorização restringiria, cada vez mais, o acesso dos grupos de menor renda a esses locais (Vetter *et al.*, 1981, p.462).

[A] falta de acesso por parte dos despossuídos aos equipamentos e infraestruturas nas áreas metropolitanas está intimamente ligada às estruturas que criam, mantêm e perpetuam a segregação urbana e, por esta via, às diversas formas de periferização (SANTOS *et al.*, 1996, p.182).

As decisões estatais colaboraram para a estrutu-

ração interna da cidade, na distribuição de bens, de pessoas e de riqueza. Harvey (1980, p. 50) chama este processo de transferência da renda regressiva quando o benefício recai sobre os grupos sociais de maior poder aquisitivo. Neste sentido, a cadeia de causação circular, neste caso, levaria ao eterno ciclo de “concentração espacial das atividades e dos equipamentos de infraestrutura” (RIBEIRO, 1997, p.47):

[como] certas áreas não dispõem de certos bens e serviços, somente aqueles que podem se deslocar até os lugares onde tais bens e serviços se encontram têm condições de consumi-los. Desse modo, as pessoas desprovidas de mobilidade, seja em razão de sua atividade, seja em razão de seus recursos, devem resignar-se a não utilização de tais bens e serviços (SANTOS *et al.*, 1996, p.116).

Dessa forma, “a locação de uma utilidade pública em determinado local garante a desigualdade de acesso, uma vez que certa parte da população não desfrutará de qualidade e quantidade homogênea de serviços” (HARVEY, 1980, p.47). Em relação aos ônus e benefícios na distribuição de riqueza, Bourdieu (1997) assevera:

[a] capacidade de dominar o espaço, sobretudo apropriando-se (material ou simbolicamente) de bens raros (públicos ou privados) que se encontram distribuídos, depende do capital que se possui. O capital permite manter a distância as pessoas e as coisas indesejáveis ao mesmo tempo que aproxima-se de pessoas e coisas desejáveis, minimizando, assim, o gasto necessário para apropriar-se deles: a proximidade no espaço físico permite que a proximidade no espaço social produza todos os seus efeitos facilitando ou favorecendo a acumulação de capital social e, mais precisamente, permitindo aproveitar continuamente encontros ao mesmo tempo casuais e previsíveis que garante a frequência a lugares bem frequentados (BOURDIEU, 1997, p.163,164).

Segundo Bourdieu (1998), o capital social é definido por vínculos que se formam em uma rede de relações sociais que podem ser convertidas em recursos reais ou potenciais, sejam eles materiais ou simbólicos. A proximidade de oportunidades de certos bens de consumo coletivo dependerá da posição socioeconômica e espacial que certo grupo ocupa, que tem necessariamente relação com seu capital social. As desvantagens da localização produzirão valores sociais intrínsecos a este elemento, limitando o universo de possibilidades de certa parcela da população (BOURDIEU, 1998). Santos (2012) assegura que

[cada] homem vale pelo lugar onde está: o seu valor como produtor, consumidor, cidadão depende de sua localização no território. Seu valor vai mudando, incessantemente, para melhor ou para pior, em função das diferenças de acessibilidade (tempo, frequência, preço), independentes de sua própria condição (SANTOS, 2012, p.107).

Segundo Bourdieu (1997, p.160-161), “a posição de um agente no espaço social se exprime no lugar do espaço físico em que está situado e pela posição relativa que suas localizações temporárias e sobretudo permanentes ocupam em relação às localização de outros agentes”. Ou seja, o conceito de espaço social aludiria à posição relativa dos agentes sociais em relação a outros lugares e em relação à distância que os separa deles. Por isso,

[o] espaço social reificado (isto é, fisicamente realizado ou objetivado) se apresenta, assim, como a distribuição no espaço físico de diferentes espécies de bens ou de serviços e também de agentes individuais e de grupos fisicamente localizados (enquanto corpos ligados a um lugar permanente) e dotados de oportunidades de apropriação desses bens e desses serviços mais ou menos importantes (em função de seu capital e também da distância física desses bens, que depende também de seu capital). *É na relação entre a distribuição dos agentes e a distribuição dos bens no espaço que se define o valor das diferentes regiões do espaço social reificado* (BOURDIEU, 1997, p.161, grifo nosso).

A posição relativa dos grupos sociais os classificaria no espaço social através das práticas e percepções das classes (BOURDIEU, 1997). O mapa social, fundado nestas percepções, hierarquizaria a sociedade e categorizaria lugares e pessoas dependendo de sua localização.

Não há espaço, em uma sociedade hierarquizada, que não seja hierarquizado e que não exprima as hierarquias e as distâncias sociais, sob uma forma (mais ou menos) deformada e, sobretudo, dissimulada pelo efeito de naturalização que a inscrição durável das realidades no mundo natural acarreta [...] (BOURDIEU, 1997, p.160).

Por isso, os efeitos reais do poder simbólico se impõem no espaço social, pois este “encontra-se inscrito ao mesmo tempo nas estruturas espaciais e nas estruturas mentais” (BOURDIEU, 1997, p.163). Ainda neste sentido, Harvey (1980) assegura que

[os] ricos, que estão plenos de escolha econômica,

são mais capazes de escapar das consequências de tal monopólio [do espaço], do que os pobres, cujas escolhas são muitíssimo limitadas. Por isso, chegamos à conclusão fundamental de que o rico pode dominar o espaço, enquanto o pobre está aprisionado nele. [...] O primeiro que entra tem n escolhas; o segundo tem n-1 etc., com o último não tendo nenhuma escolha. Se os que entram assim o fazem de acordo com seu poder de compra então os que têm dinheiro têm mais chances, enquanto os mais pobres pegam o que sobrou, depois de todos terem exercido sua escolha (1980, p.146, 144).

Convém salientar que o ciclo cumulativo pode ser positivo ou negativo e pode ser quebrado por fatores exógenos. Ao Estado, caberia o papel de intervir para combater as questões de sobrelucro no mercado do solo e promover a equidade na distribuição social da riqueza (RIBEIRO, 1997).

O PAPEL DO ESTADO

Segundo Barat (1977 *apud* VETTER *et al.*, 1979b, p.32)², o Estado deve “utilizar a política de investimentos públicos como ferramenta básica da distribuição de riqueza”. As políticas governamentais englobam, além de investimentos em infraestrutura, aquelas de controle, tais como a legislação sobre uso do solo, a política fiscal para o estabelecimento de impostos e o limite para as taxas de lucro de capital em investimentos imobiliários (VETTER *et al.*, 1981, p.457, 458). No entanto, haveria, segundo Ribeiro (1997, p.39), uma “incapacidade do governo de intervir de maneira eficaz nos mecanismos de valorização da terra”. Adriano Botelho (2007) assevera que

nenhum mercado ‘privado’ poderia funcionar se o Estado não sancionasse as cláusulas contratuais e administrasse os remédios para a sua quebra, estando, pois, no âmbito dos poderes mais abrangentes do Estado a permissão ou a proibição da segregação (BOTELHO, 2007, p.36).

Constata-se, assim, que há diferentes dispositivos que “articulam as decisões locacionais, em assuntos como transporte, zoneamento, localização de equipamentos e moradias, dentre outros, e seus efeitos redistributivos da renda real sobre a população (HARVEY, 1980, p.39). Seria necessário, portanto,

2 BARAT, Josef. Política de investimentos públicos: considerações sobre problemas atuais. *Pesquisa e Planejamento Econômico* (PPE), vol. 7, n.2, dez. 1977, p.707-716.

utilizar-se daqueles mecanismos para buscar a redistribuição da renda real. O poder destes instrumentos pode aumentar a desigualdade ou beneficiar áreas segregadas. Vetter et al. salientam a importância da infraestrutura como meio de fortalecer a distribuição da renda:

[existe], por isso, uma forte corrente de pensamento que defende a necessidade de mecanismos diretos para melhoria da distribuição da renda (política salarial e de emprego, imposto de renda negativo, bônus etc.). Esta política deveria, então, ser complementada pela estratégia de redistribuição através de infraestrutura (1979b, p.61).

O Estado atua fortemente balizado pela classe dominante, que tem mais capacidade para influir politicamente, de forma a receber vantagens no que tange à distribuição espacial dos investimentos. No entanto, o investimento em si gera um raio de influência que impacta espaços para além dos imediatos, podendo com isso, alcançar indiretamente, de alguma forma, locais marginalizados. Vetter (1979a) assevera em outro texto:

[isto] decorre em grande parte da distribuição espacial dos benefícios líquidos gerados pela atuação do Estado, que incide sobre a superfície de renda da terra. E esta superfície influi na segregação residencial da população segundo grupos de renda, que, por sua vez, pode influenciar as ações do Estado nos períodos subsequentes [...] ou seja, uma vez que o poder político está altamente relacionado com o poder aquisitivo, as áreas que apresentam proporções mais elevadas de famílias de alta renda tendem a receber proporcionalmente mais benefícios líquidos das intervenções do Estado, de modo a enriquecer seus proprietários através da capitalização do excedente fiscal no valor da terra, o que vai dificultar o acesso de famílias de menor renda ou resultar mesmo na expulsão delas (1979a, p.6, 7).

Ainda, o geógrafo Abreu (1981) contribui para a discussão ao afirmar que

[o] Estado não pode, pois, ser considerado como entidade superior e neutra. Embora não deva ser concebido apenas como mero instrumento político ou como uma instituição estabelecida pelo capital, o Estado expressa, na realidade, o seu interesse. Daí é de se esperar que a ação pública venha a contribuir efetivamente para a construção diferenciada do espaço, provendo as áreas de interesse do capital e/ou das classes mais poderosas da sociedade dos insumos que eles necessitam para crescer e se reproduzir, o que é feito geralmente

através da espoliação de outras classes sociais ou, a nível geográfico, da espoliação de outras áreas, sejam estas as periferias metropolitanas [...] ou, a nível macrorregional e nacional, o restante do país (1981, p.581).

A expulsão, ainda que voluntária, de parte da população, a partir da valorização do solo, expressa a parcialidade do Estado em permitir essa “construção diferenciada do espaço” em favor do capital (ABREU, 1981). A democratização das cidades é “uma questão essencialmente política” e não há abertura para a quebra dessa relação de forças “por meio da qual as classes dominantes impuseram uma urbanização marcada pela drástica segregação socioespacial” (FERREIRA, 2010, p.192). Adicionamos a isso que “o modelo tradicional e arcaico do urbanismo de grandes obras viárias – objeto de superfaturamento e instrumento político-eleitoreiro” – continua sendo eixo fundamental (FERREIRA, 2010, p.192).

A legislação urbanística, apesar de ser capaz de direcionar o crescimento da cidade a partir de valores democráticos, tem sido utilizada de forma distorcida e pontual, de acordo com interesses políticos. Maricato (1995, p.3), ao discutir o surgimento e a reprodução da periferia paulista, salienta que o sistema jurídico acaba sendo o maior instrumento de “ocultamento da cidade real”. Ao subjugar os direitos universais da legislação, ele aprofunda as contradições das metrópoles, favorecendo o distanciamento dos grupos sociais através do arrojamento das normas de caráter de proteção à propriedade privada e da omissão da aplicação das leis que garantam o desenvolvimento mais democrático do território, a fim de “corrigir as distorções do crescimento urbano e seus efeitos negativos [...]” por um planejamento que envolva toda a cidade (BRASIL, 2001, art. 2º, IV). Feldman (2001) contribui ao debate exemplificando que

[no] âmbito da questão da inefetividade da legislação, segundo os procedimentos instituídos de aprovação e fiscalização de loteamentos e da relação poder público/loteador, Grostein (1987)³ mostra que se consolida uma prática de desobediência consentida e permanente anistia a situações produzidas fora das normas. Rolnik (1997) (sic.)⁴ entende a ineficácia da legislação em regular a pro-

3 GROSTEIN, M. D. *O papel da ‘Irregularidade’ na estruturação do espaço urbano no município de São Paulo. 1900-1987*. São Paulo, 1987. Tese (Doutorado). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo.

4 ROLNIK, R. *A cidade e a lei*. São Paulo: Studio Nobel/Fapesp, 1995.

dução da cidade como a verdadeira fonte de seu sucesso político, financeiro e cultural, num contexto urbano de concentração de riqueza e poder. A lei age, segundo a autora, como delimitadora das fronteiras do poder, conferindo significados e gerando noções de civilidade e cidadania, mesmo quando não é capaz de determinar a forma final da cidade. A relação entre legislação e valorização imobiliária é analisada por meio do estudo do processo de verticalização, entendido como resultante de uma estratégia de valorização de múltiplas frações do capital (Souza, 1994)⁵ e como resultado da multiplicação do solo urbano possibilitada pelo elevador (Somekh, 1996)⁶ (FELDMAN, 2001, p.38).

Os planos diretores são exemplos dessas distorções. O que vemos é a aplicação das normas que protegem e/ou expandem a prática do mercado imobiliário ao passo que condenam e/ou omitem a existência e desenvolvimento das grandes periferias e favelas metropolitanas (VILLAÇA, 1993). Em outras palavras, há uma preocupação incongruente e absurdamente maior com a aplicação e o controle da legislação urbana voltada para o mercado imobiliário do que com aquela que trata das “análises e busca de soluções para os graves conflitos entre a propriedade privada e a ocupação ou parcelamento ilegal do solo urbano, ou seja, a exclusão, a segregação territorial que se dá através das relações jurídicas” (MARICATO, 1995, p.5). Sobre sua atuação na Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Urbano, Maricato explica que:

[uma] legislação rigorosa e detalhista sobre o uso do solo urbano, convive com um processo anárquico e desastroso de ocupação do solo, causador de dramas e tragédias a cada chuva que apresente intensidade um pouco maior [...]. A Superintendência de Habitação Popular convive com a banalização das tragédias motivadas pela ocupação clandestina, pobre e descontrolada do solo: incêndios em cortiços e favelas, desmoronamentos de encostas habitadas com precariedade, desabrigados de enchentes, despejados de terrenos privados, epidemias por falta de saneamento etc. Do outro lado os departamentos da secretaria, que se ocupam da cidade formal fazem análise, minuciosa e detalhista de cada projeto que solicita licença para a construção dentro da ordem legal. O processo pode levar, frequentemente, mais de um ano em sua trajetória por inúmeros departamentos municipais, onde zelosos técnicos irão fazer a análise baseados em diversificada e abundante normatização, para depois

dar ou não a autorização para a construção (MARICATO, 1995, p.4).

Desta forma, o Estado e a legislação deveriam andar emparelhados de modo a garantir que tais processos tragam benefícios à parcela mais vulnerável da população. Sousa Santos (1988) destaca o fato de as leis delinearem realidades e previsões futuras, em diversas escalas. Tal pensamento leva a reflexão sobre a possibilidade de mudanças a partir de um marco jurídico-teórico que tenha impacto direto no aumento da renda real dos grupos sociais, e nas vantagens locais que cada território possa apresentar. A construção capitalista das cidades engendra a segregação social como uma de suas faces mais importantes para seu pleno funcionamento, cuja regulação poderia ser uma das alternativas de combate.

Por fim, entende-se que o processo político “tem influência profunda sobre a localização dos custos e benefícios externos” e que as ações governamentais seriam um mecanismo de “alocar vantagens de externalizações para redistribuir a renda real” (HARVEY, 1980, p.48). A localização exprime as desigualdades através da falta ou presença de bens públicos ou privados e o modelo brasileiro de segregação social perpetua o círculo vicioso de investimentos em áreas já beneficiadas. Ainda, o próprio Estado corroborou ou, ao menos, não reverteu tal situação e a valorização de determinados locais acaba por achatar as possibilidades de classes de baixa renda usufruí-los, seja através da moradia, do usufruto de seus bens, serviços e equipamentos coletivos, ou mesmo frequentando as ruas, devido ao preço social (monetário e não monetário) para enfrentar as barreiras físicas e simbólicas. Compreende-se, conforme o pensamento de Bourdieu (1997, p.164), que “a falta de capital intensifica a experiência da finitude”, imobiliza parcialmente as pessoas em determinados locais: “os que não possuem capital são mantidos a distância, seja física, seja simbolicamente, dos bens socialmente mais raros e ‘condenados’ a estar ao lado das pessoas ou dos bens mais indesejáveis ou menos raros”. Claval (1973 *apud* HARVEY, 1980, IX)⁷ afirma que como “as atividades humanas têm uma base territorial; a distância freia a interação: o espaço tem um significado profundo para os indivíduos e as sociedades”.

O PAPEL DA SOCIEDADE

Harvey (1980, p. 59) defende que a pressão coletiva gera condições de transformação, “buscando impedir

5 SOUZA, M. A. *A identidade da metrópole*. São Paulo. Editora Hucitec/Edusp, 1994.

6 SOMEKH, N. *A cidade vertical e o urbanismo modernizador*. São Paulo: Studio Nobel/Fapesp, 1996.

7 Claval, Paul. *Principes de géographie sociale*, Genin et Litec, 1973.

decisões locacionais que diminuam sua renda real, e encorajando decisões locacionais que aumentem sua renda real”, pelo embate e pela disputa por poder e recursos. Vetter (1979a), no entanto, questiona se a pressão dos grupos teria possibilidade de render alguma mudança na renda real dos indivíduos, pois

[a] pressão dos grupos de alta renda visando a maior apropriação dos benefícios diretos e indiretos dos investimentos públicos provavelmente continuaria sendo alta e efetiva com ou sem maior participação dos grupos de menor renda. Estes grupos de alta renda normalmente levam certa vantagem nestes conflitos devido às mesmas características que desfrutam no mercado do trabalho (maior educação, status social, contatos políticos etc.) (1979a, p.62).

De fato, o grau de associativismo das classes mais baixas é consideravelmente menor, ou seja, ele se enfraquece a medida que forem menores os índices sociais e que seja crescente o nível de periferização (RIBEIRO, 2002). Reafirmando sobre “as diferenças de poder de consumo ou de capacidade de decisão ou de possibilidade de apreensão do espaço”, Sposito (2011) conclui:

[em] outras palavras, as desigualdades viram diferenças, porque uma parte da sociedade, de fato, no plano econômico, no político e no social, participa precariamente da vida urbana e da sociedade de consumo, ou participa de forma qualitativamente diferente, porque incompleta e, não apenas quantitativamente desigual (2011, p.129).

Outras formas de redistribuição de renda defendidas por Harvey (1980, p.71) seriam: “(1) na locação de empregos e moradias; (2) no valor dos direitos de propriedade; e (3) no preço dos recursos para o consumidor”. Tais dispositivos, apesar de aplicáveis e terem o Estado como principal ente provedor, gerariam disputas políticas e enfrentamentos incapazes de serem geridos. Lamentavelmente, como já afirmava Holanda (1971, p.137), “as constituições feitas para não serem cumpridas, as leis existentes para serem violadas, tudo em proveito de indivíduos e oligarquias, são fenômenos correntes em toda a história da América do Sul”.

Como afirma Thompson (1965 *apud* HARVEY, 1980, p.55)⁸, aumentando os recursos disponíveis a um indivíduo, crescem as possibilidades de mudança da renda real. Em conformidade com este pensa-

mento, documento recente do IBGE (2012) sobre as características urbanísticas do entorno dos domicílios constatou que a qualidade de vida urbana está associada à situação de moradia e aos serviços de saneamento. Além disso, o rendimento mensal domiciliar e as características das imediações estão diretamente vinculados, provando que, quanto maior a renda (e as externalidades positivas), melhores serão as condições de habitabilidade, ou seja, de qualidade de vida.

Segundo Bourdieu (1997), o ambiente escolar seria um fator propulsor para a transformação da condição do indivíduo na sociedade, uma vez que o capital social é, em parte, adquirido na escola/universidade. O autor também sustenta que a mudança da localização das pessoas no espaço poderia ter um efeito parecido com o da escola, por agregar capital social por intermédio das interações com um novo local. Desta forma, “as áreas residenciais [forneceriam] meios distintos para interação social a partir da qual os indivíduos derivam seus valores, expectativas, hábitos de consumo, poder aquisitivo e estado de consciência” (1975 *apud* CORRÊA, 1979, p.107)⁹. Harvey (1980, p.59), porém, apesar de concordar com tal raciocínio, complementa que, no caso desta segunda possibilidade, a de mudança do indivíduo, deverá haver investimentos por parte do mesmo para a concretização de tal objetivo, com os quais nem todos podem arcar.

Em contrapartida, Rothwell e Massey (2014), pesquisadores estadunidenses da Universidade de Princeton e do Instituto Brookings, chegaram à conclusão de que os primeiros dezesseis anos da vida de um sujeito em um determinado local são decisivos para definir a renda do mesmo, independentemente de quantas vezes tenha se mudado. A justificativa seria a de que o enraizamento às origens, ou seja, as experiências vividas naquele local influenciariam fortemente a saúde e a capacidade cognitiva de seus habitantes. No caso das áreas de concentração de população de baixa renda e a consequente falta de atenção por parte das autoridades, a má qualidade das escolas, a distância das melhores oportunidades de emprego e a proximidade da violência teriam um papel fundamental neste processo. Apesar de os dados provirem de bairros americanos, supõe-se que, de certa maneira, seria possível observar esta realidade na sociedade brasileira.

O debate de Bourdieu (1983; 1997) sobre o desenraizamento do local de origem complementa o resultado da pesquisa. O autor afirma que, embora a mobilidade possa contribuir para a transformação do indivíduo (devido à possibilidade de aumentar seu

8 Thompson, W. R. *A Preface to Urban Economics*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1965.

9 HARVEY, David. *Class structure in a capitalist society and the Theory of Residential Differentiation*. 1975.

capital social) e de sua limitada qualidade de vida, o mesmo estará sujeito a outras formas de dominação. Ao mesmo tempo em que seu rompimento o transforma, também o ressubordina às novas práticas e aos padrões de consumo.

INVESTIMENTOS EM ÁREAS PERIFÉRICAS

Ainda que prevaleçam nas periferias as classes sociais de baixa renda e os investimentos insuficientes, estes locais, por concentrarem grande parte da população, tornam-se relevantes quanto à captação de votos. Deste modo, é sempre necessária a manutenção de melhorias, ainda que não estruturais, para garantir a continuidade política, o que está relacionado à dominação ideológica e política apresentada por Villaça (2001). Em longo prazo, pode-se observar, talvez, uma sensível melhora nos índices sociais nestas áreas por conta desses investimentos.

Vetter *et al.* (1979b) evidenciam que, apesar dos investimentos em áreas populares, o destino dos mesmos não se mostrou tão democrático, reproduzindo, ainda que em locais já claramente precários, uma diferenciação entre os espaços mais valorizados internamente. Complementando tal discussão, embora identifique-se que possa ser observado um processo de maior viabilidade de recebimento de recursos pela chegada de um grupo com maior poder de barganha política, é preciso questionar se a apropriação dos mesmos será seletiva. Vetter e Massena (1982) exemplificam esta situação através de um bairro periférico do Rio de Janeiro:

um aumento dos investimentos públicos em uma área periférica, como Campo Grande no Rio de Janeiro, provavelmente seria, em grande parte, apropriado pelos proprietários dos grupos de rendimento mais alto dessa área, mas esses proprietários não pertenceriam a grupos de rendimento tão alto como no caso da Zona Sul do Rio (1982, p.71).

Embora os grupos de alta renda potencializem a chegada de melhorias urbanas por intermédio de investimentos públicos e que, em certa medida, os grupos de menor renda se apropriem dessas vantagens, não é possível afirmar que esse processo gere uma equalização no recebimento desses benefícios entre as classes sociais. No limite, discute-se em que medida ações deste tipo modificam substancialmente as áreas afetadas. Com isto, espera-se que a contribuição deste trabalho vá ao encontro das discussões atuais sobre a distribuição dos investimentos e das

pessoas no espaço.

A problemática realizada indica que o Estado contribuiu para a questão da segregação socioespacial, travando o “desenvolvimento independente, redistributivo e incluyente” ao não rechaçar as forças políticas e de mercado que se “alimentam desse atraso” (FERREIRA, 2010, p.194):

[inaugura-se] assim o urbanismo que iria se consolidar durante todo o século XX no Brasil: a modernização excludente, ou seja, o investimento nas áreas que constituem o cenário da cidade hegemônica ou oficial, com a consequente segregação e diferenciação acentuada na ocupação do solo e na distribuição dos equipamentos urbanos (MARICATO, 1997 *apud* FERREIRA, 2010, p.194)¹⁰.

O Estado, como agente a serviço da sociedade, seria uma alternativa para combater as desigualdades sociais, principalmente no que concerne à gestão do espaço urbano, como afirmado anteriormente. No entanto, a declaração simplista supracitada não ignora a complexidade de interação dos agentes envolvidos na construção do espaço urbano. Pelo contrário, a afirmativa ressalta que a localização e a infraestrutura são fatores primordiais que podem, de alguma forma, ser regulados.

O solo urbano tem seu valor determinado por sua localização. Uma localização é melhor que outra função, é claro, de suas condições físicas (vista, orientação, relevo), mas principalmente de sua infraestrutura urbana, que a torna mais acessível, mais equipada, mais propícia à edificação. Como é o Estado quem produz a infraestrutura, a localização urbana e sua valorização são fruto dos investimentos públicos realizados. Assim, como afirma Deák, “a intervenção estatal é um complemento necessário, ainda que antagonístico, à regulação pelo mercado” do acesso ao solo urbano (FERREIRA, 2010, p.193).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo como eixo norteador do trabalho a localização dos investimentos no espaço, buscou-se discutir a estruturação urbana a partir da distribuição dos bens coletivos, entendendo-a como uma variável crucial nesse processo. Uma vez que a infraestrutura é a base para a reprodução social e pode contribuir para a melhoria da qualidade de vida, sua concretização no espaço depende de uma localização. Sabendo que

10 MARICATO, Ermínia. *Habitação e cidade*. São Paulo, atual, 1997.

não há uma disseminação simétrica de tal elemento, inicia-se um decurso de privilégios em diferentes locais, gerando, ao longo do tempo, variações que permitem ou não a apropriação daquele espaço por classes sociais específicas, estabelecendo um processo de segregação socioespacial.

Levando em consideração que os grupos de alta renda têm um maior poder de barganhar benfeitorias e, assim, de atrair para si maior valorização do solo, haverá uma tendência à expulsão daqueles pertencentes às classes sociais de baixa renda em certas áreas (VETTER *et al.*, 1979b). Esta cadeia de vantagens vai se enraizando e comprometendo as formas de acesso a determinados locais em detrimento de outros, gerando uma transferência de renda regressiva aos mais pobres (HARVEY, 1980).

A propriedade privada garantiu aos grupos mais abastados o controle e apropriação da renda da terra daqueles locais mais bem localizados e dotados de externalidades positivas, gerando processos de elitização e consequente segregação social. O poder político deste segmento assegura a proeminência no recebimento de investimentos. Ribeiro chama esta problemática de “desigualdade de ‘empoderamento’ das classes sociais”, que impactam na questão da distribuição dos benefícios da urbanização (RIBEIRO, 2002, p.79, 80).

A possibilidade de se deslocar no espaço é uma dimensão de poder. Somente aqueles que tiverem esta capacidade – seja ela por intermédio da infraestrutura viária, pelos meios de transportes adequados ou pelo poder aquisitivo, por exemplo – poderão consumir e se apropriar de certos bens e serviços e de determinados espaços da cidade (SANTOS, 2012). A disparidade de acesso reflete a desigualdade de renda porque a apropriação de certos bens aproxima e distancia pessoas e coisas no espaço (BOURDIEU, 1997).

Segundo Bourdieu (1997), a sociedade viveria em um espaço social reificado no qual os agentes individuais são dotados de oportunidade e de possibilidade de apropriação de certos bens (localizados fisicamente) e esta relação entre a distribuição dos bens e das pessoas é que determina o valor das áreas, definindo, por fim, uma hierarquia dos lugares. Contribuindo com esta discussão, Harvey (1980) afirmou sobre o poder de escolha dos indivíduos de renda elevada e média e as limitadas opções dos indivíduos de baixa renda na capacidade de se localizar no espaço. Neste sentido, estes tendem a se fixar em locais menos valorizados e, por isso, com menor acesso a oportunidades salariais, de estudo, de deslocamento para o acesso a bens coletivos, assim como a amenidades. A análise realizada evidencia que a prática política



Fonte: Vetter e Massena, 1982.

Figura 1:
Valorização
do solo

atual permanece privilegiando as classes dominantes, ainda que seja necessário cooptar votos dos grupos de baixa renda, que são maioria. Por esse motivo, há de se investir, embora normalmente com qualidade inferior, em locais que não proporcionem altas taxas de retorno aos grandes proprietários de terra.

Embora entendendo que não seja apenas responsabilidade do Estado a transformação do cenário socioespacial nacional, ressalta-se que já existem instrumentos que podem promover uma nova estrutura urbana, econômica e social, onde o “Direito à Cidade” poderá ser compreendido no mais profundo do seu significado. Neste sentido, destacam-se a manutenção da especulação da terra e o baixo incentivo à construção de habitações sociais em locais centrais, o investimento em infraestruturas proporcional ao quantitativo populacional, o combate à ação quase que independente do capital incorporador ao direcionar o crescimento da cidade em seu favor, o fim dos esquemas patrimonialistas em que prevalecem o interesse de uma minoria, a garantia de direitos aos moradores das favelas e de loteamentos ilegais, entre tantos outros (FERREIRA, 2010, p.192).

REFERÊNCIAS

- ABREU, Maurício de Almeida. Contribuição ao estudo do papel do Estado na evolução da estrutura urbana. *Revista Brasileira de Geografia*, ano 43, n.4, 1981, p.577-585.
- BOTELHO, Adriano. *O urbano em fragmentos: a produção do espaço da moradia pelas práticas*

- do setor imobiliário. São Paulo: Annablume, FAPESP, 2007.
- BOURDIEU, Pierre. Gosto de classe e estilos de vida. In: ORTIZ, Renato (org.) *Pierre Bourdieu*. São Paulo, Ática, 1983, p.82-121.
- _____. Efeitos do lugar. In: _____. (org.) *A Miséria do Mundo*, Vozes, Petrópolis, 1997, p.150-166.
- _____. O capital social – notas provisórias. In: CATANI, A. & NOGUEIRA, M. A. (orgs.) *Essays de Educação*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- BRASIL. Estatuto da Cidade. Lei nº. 10.257, de 10 de junho de 2001. *Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências*. Brasília, DF, 2001.
- CORRÊA, Roberto Lobato. Processos Espaciais e a Cidade. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, ano 41, n.3, 1979, p.100-11.
- _____. *O espaço urbano*. São Paulo, Ática, 1989.
- DAVIDOVICH, Fany e FREDRICH, Olga M. Buarque. A configuração espacial do sistema urbano brasileiro como expressão no território da divisão social do trabalho. *Revista Brasileira de Geografia*, ano 44, n.4, 1982, p.441-590.
- FELDMAN, S. Avanços e limites na historiografia da Legislação Urbanística no Brasil. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, Brasil, v. 4, 2001, p. 33-48.
- FERREIRA, João Sette Whitaker. Cidades para poucos ou para todos? Impasses da democratização das cidades no Brasil e os riscos de um “urbanismo às avessas”. In: OLIVEIRA, Francisco de; BRAGA, Ruy; RIZEK, Cibele (Orgs.). *Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira*. São Paulo, SP: Boitempo, 2010, p.185-214.
- HARVEY, D. *A justiça social e a cidade*. Hucitec, São Paulo. 1980.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro, Livraria José Olímpio, 1971.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Características urbanísticas do entorno dos domicílios*. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, 2012. 175p.
- LAGO, Luciana C. Repensando a “periferia” metropolitana à luz da mobilidade casa-trabalho. In: XXXI Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu. *Anais...* Caxambu-MG, 2007.
- MARICATO, Ermínia. *Metrópole na Periferia do Capitalismo: ilegalidade desigualdade e violência*. 1995. Disponível em: <http://www.fau.usp.br/depprojeto/labhab/biblioteca/textos/maricato_metrperif.pdf>. Acesso em 14 mar. 2014.
- OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica à razão dualista o ornitorrinco*. São Paulo, SP: Boitempo, 2013. 152p.
- PRÉTECEILLE, E. A evolução da segregação social e das desigualdades urbanas: o caso da metrópole parisiense nas últimas décadas”. *Caderno CRH*, 38, jan-jun, 2003.
- RIBEIRO, L. C. *Dos cortiços aos condomínios fechados*. Civilização Brasileira, 1997.
- _____. Segregação, acumulação urbana e poder: classes e desigualdades na metrópole do Rio de Janeiro. *Cadernos IPPUR*, ano XV/XVI, número especial, 2002, p.79-103.
- ROTHWELL, Jonathan T.; MASSEY, Douglas S. Geographic Effects on Intergenerational Income Mobility. Forthcoming, in *Economic Geography*, 2014. Disponível em: <<http://ssrn.com/abstract=2460101>>. Acesso em mar. 2015.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. Uma cartografia simbólica das representações sociais: o caso do Direito, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.24, 1988, p.139-172.
- SANTOS, Milton.; SOUZA, Maria Adelia de; SILVEIRA, Maria Laura. *Território: globalização e fragmentação*. São Paulo: Hucitec, 1996. 332p.
- _____. *O Espaço do Cidadão*. 7 ed. 1 reimpressão. São Paulo: Edusp, 2012.
- SMITH, David M. Who Gets What, Where and How: A Welfare Focus for Human Geography, *Geography*, n.59, 1974.
- SPÓSITO, Maria Encarnação Beltrão. Novos conteúdos das periferias urbanas das cidades médias do Estado de São Paulo, Brasil. *Investigaciones Geográficas*, Boletim do Instituto de Geografia, v. 54, ago. 2004. Universidad Nacional Autónoma de México. Distrito Federal, México, 2004, p.114-139.
- VETTER, David M. Quem Recebe os Benefícios Líquidos das Ações do Estado nas Áreas Urbanas? Seminário Franco-Brasileiro promovido pela Comissão Nacional da UGI. *Anais*, 1979a.
- _____.; MASSENA, Rosa M. R.; RODRIGUES, Elza F. Espaço, valor da terra e equidade dos investimentos em infraestrutura do município do Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de Geografia*, vol. 41 n.1-2, 1979b, p.32-71.
- _____.; PINTO, Dulce M. A.; FREDRICH, Olga B. de L.; MASSENA, Rosa M. R. A apropriação dos benefícios das ações do Estado em áreas urbanas: seus determinantes e análise através de ecologia factorial. *Revista Brasileira de Geografia*, ano 43, n.4, 1981, p.457-476.
- _____.; MASSENA, Rosa M. R. Quem se ap-

propria dos benefícios líquidos dos investimentos do estado em infraestrutura urbana? Uma teoria de causação circular. In: MACHADO DA SILVA, L. A. (org.). *Solo Urbano*: Tópicos sobre o uso da terra. Rio de Janeiro: Zahar Editores; IUPERJ, 1982.

VILLAÇA, Flavio. *Plano Diretor*: modernismo x pós modernismo. São Paulo, FAUUSP, 1993.

_____. *Espaço Intraurbano no Brasil*. São Paulo: Estúdio Nobel: FAPESP: Lincoln Institute, 2001. 143p. ■

Ana Paula Marcante Soares

Política urbana e meio ambiente na perspectiva dos direitos humanos

reflexões sobre o “futuro das cidades” nos debates das Nações Unidas

Resumo

As políticas urbanas contemporâneas estão pautadas pelos debates internacionais sobre a imperativa articulação entre o processo de urbanização e problemas ambientais, engajadas à noção de “desenvolvimento sustentável” como agenda política para as nações no âmbito da governança global. Neste ensaio, proponho refletir sobre a produção da ideia de “futuro das cidades” na sua relação entre cidade e meio ambiente enquanto direito humano a partir da análise desta temática na agenda política da Organização das Nações Unidas (ONU). Pautada na análise da ideia de um “futuro comum urbano” e do surgimento de alguns espaços políticos institucionais para debate sobre crescimento das cidades e problemas ambientais, apresento algumas das principais articulações entre direitos humanos, ambientais e urbanos na agenda política da ONU. A partir disto, interessa refletir criticamente sobre os limites da suposta estabilidade e universalidade da noção de cidades ambientalmente “sustentáveis”.

Palavras-chave: Cidade; Meio ambiente; Direitos humanos.

Abstract

Contemporaneous urban policies are guided by international debates on the imperative linkage between the urbanization process and environmental problems linked to the idea of sustainable development and are part of the political agenda of many nations in the scope of global governance. In this essay I propose a reflection on the future of cities in the context of cities and environment as a human right starting the analysis of this issue at the political agenda of the United Nations (UN). Guided by the idea of a common urban future and the appearance of some institutional political spaces to debate the growth of the cities and the related environmental problems I present some of the main links between human, environmental and urban rights in the UN's political agenda. This leads to a critical assessment of the limits of the seemingly stability and universality of environmentally sustainable cities.

Keywords: City; Environment; Human rights.

**Ana Paula
Marcante Soares**

é doutora em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul/UFRGS e pós-doutoranda pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul/PUCRS.

apmarcante@hotmail.com

INTRODUÇÃO

As políticas de regulação e gestão do espaço urbano de cidades contemporâneas estão pautadas em princípios, orientações e linguagens orientadas pelo ideário da cidade democrática cujo ajuste ambiental, medido pela incorporação de preocupações e questões relacionadas ao meio ambiente, coloca-se como um dos principais motes de (re)produção destas políticas.

A discussão sobre questões envolvendo estes novos princípios e linguagens que orientam as políticas urbanas contemporâneas “ambientalizadas”, tais como instrumentos de planejamento urbano que geram transformações significativas no espaço das cidades (planos diretores, por exemplo), remete a pensar o modo como foram, discursiva e institucionalmente, construídas essas políticas governamentais locais. São políticas urbanas produzidas e pautadas pelos debates internacionais sobre a imperativa articulação entre o processo de urbanização e problemas ambientais, engajadas à noção de “desenvolvimento sustentável” como agenda política para as nações no âmbito da governança global.

Essa atenção está estreitamente relacionada à complexidade do que poderíamos chamar de “cultura global” (Featherstone, 1999). Trata-se de um fenômeno que se insere em processos de integração e de desintegração cultural enquanto processos que transcendem a unidade da sociedade estatal e que ocorrem a nível global, os quais assumem uma variedade de formas e sustentam a troca e o fluxo intenso de mercadorias, pessoas, informações, conhecimentos e imagens (Featherstone, 1999). Mas, ainda que este ajuste ambiental das políticas urbanas possa ser entendido como uma tendência homogeneizante no âmbito da “cultura global” da sociedade contemporânea, ao considerarmos a “heterogeneidade da homogeneização” (Oliven, 2010, p. 74) destes processos, ou seja, em interações e situações referidas a contextos locais, revelam-se a diversidade de formas como eles incidem em experiências cotidianas e práticas políticas dos sujeitos que habitam as cidades.

Partindo deste contexto, neste artigo, proponho refletir sobre a produção da ideia de “futuro das cidades” na sua relação entre cidade e meio ambiente enquanto direito humano a partir da análise desta temática na agenda política da Organização das Nações Unidas (ONU). Pautada na análise da ideia de um “futuro comum urbano” e do surgimento de alguns espaços políticos institucionais para debate sobre crescimento das cidades e problemas ambientais, apresento algumas das principais articulações entre direitos humanos, ambientais e urbanos na agenda

política da ONU. Entre os materiais empíricos que utilizo para as reflexões propostas, têm-se documentos relativos às conferências internacionais e textos relacionados às reuniões globais da Organização das Nações Unidas sobre meio ambiente e cidades.

Tal percurso analítico permite apontar o modo como essa discussão projetada em escala mundial comporta a dinâmica do duplo movimento exposto, tanto discursiva quanto institucionalmente, na “ambientalização” das políticas públicas urbanas e na introdução das questões urbanas no debate ambiental contemporâneo. A partir disto, interessa refletir criticamente sobre os limites da suposta estabilidade e universalidade da noção de cidades ambientalmente “sustentáveis”, garantidoras de “qualidade de vida” para todos os seus habitantes.

O “FUTURO DAS CIDADES” NOS DEBATES DAS NAÇÕES UNIDAS

O ponto de partida para formular as análises aqui propostas é a referência à pesquisa empírica que realizei em Porto Alegre, capital do Estado do Rio Grande do Sul, ao sul do Brasil (Soares, 2014)¹ sobre o processo de transformação urbana da orla do Lago Guaíba que circunda a cidade.

Este processo está relacionado a diferentes projetos urbanos ao longo da extensa orla da cidade de Porto Alegre cujas ações seguem em andamento (seja em fase de trâmites de aprovação, seja de efetiva realização das obras). Essas políticas urbanas tidas como de qualificação dos espaços às margens do rio têm sido realizadas segundo áreas prioritárias de atuação definidas na planificação municipal, abrangendo as múltiplas feições de bairros localizados ao norte, centro e sul da cidade. A referida pesquisa se deteve, especialmente, numa região da orla sul, na qual são articuladas intervenções urbanas que, em parte, caracterizam-se pela edificação residencial para classes médias e altas e criação de novos espaços de lazer na orla; em parte, buscam criar polos de negócios, serviços e comércio, enfatizando a valorização do patrimônio cultural material (como antigas edificações fabris e portuárias). Articuladas a estes projetos, há ainda as ações em andamento de um programa de saneamento que, publicizado como a maior obra de saneamento de Porto Alegre, visa ampliar a rede de esgotos da cidade, traçando ambiciosas metas que preveem a futura despoluição do rio, tornando suas águas banháveis.

No espaço de reflexão deste artigo, proponho

¹ Tese Doutorado desenvolvida entre 2010-2014.

pensar justamente quais seriam as mudanças valorativas que estariam guiando ou mesmo sendo reproduzidas nos discursos e práticas das políticas urbanas locais que promovem esses projetos antes referidos. Assim, pautada neste contexto, me detive ao incremento de discursos e práticas da política urbana local que orienta os planos urbanos para transformação da orla da cidade de Porto Alegre e seu engajamento à ideia de “futuro da cidade”; ideia esta atrelada tanto às medidas de edificação, incremento de infraestrutura urbana, quanto à valorização do ambiente “natural” do Lago. Um tempo futuro no qual “desenvolvimento urbano” e “sustentabilidade” dessas intervenções serão tidos como sua garantia. Partindo, assim, das questões relacionadas à construção material e simbólica daquele “futuro da cidade”, poderíamos perguntar, então, quais seriam as mudanças valorativas atribuídas às práticas das políticas urbanas desse “novo” presente e futuro afirmado na esfera pública?

Tal questão perpassa a mudança político-institucional daquilo que passou a ser denominado no âmbito da implantação de uma política pública urbana, no Brasil, pós-redemocratização, de “princípio da gestão democrática das cidades”. O seu teor afirmava uma nova gestão colaborativa e comunicativa entre governos e sociedade, buscando ampliar as condições de participação direta da população em geral nos processos decisórios sobre o “uso” do solo urbano, ao mesmo tempo que se baseava na ideia de cidades ambientalmente “sustentáveis” e garantidoras de “bem-estar” e “qualidade de vida” para os seus habitantes².

Do ponto de vista discursivo, é possível perceber uma tendência global de reorientação dos sentidos da “universalização” do ideal de cidade aberta e democrática, na qual ganham força e influência as concepções de “qualidade de vida” e “cidades sustentáveis” antes mencionadas. São orientações e linguagens internacionalmente concebidas para tratar de questões urbanas que foram, direta ou indiretamente, incorporadas pelas normativas e linguagens na esfera pública no Brasil. O direito à cidade como ruptura com padrões de desigualdade espacial e social nas cidades brasileiras passa a compor os discursos não somente

da esfera estatal como também da pauta política de entidades civis.

Considerando as relações entre o local e global, podemos dizer que essas tendências internacionais de reorientação de ordens de significado de pessoas e coisas (Sahlins, 2003, p. 9) são operadas diferencialmente em contextos situados. Mas, ao tratarmos dessa tendência como escala global, poderíamos dizer que ela opera em duas ordens inter-relacionadas, quais sejam: equaciona através da noção de “universalização” de direitos valores de igualdade para conceber a ideia de “qualidade de vida” nas cidades; circunscreve a possibilidade de gozo desta “qualidade de vida” ao ajuste “ambiental” da dinâmica de crescimento das cidades.

A primeira categoria atribui valorativamente à noção de “qualidade de vida” ou de “bem-estar” condições materiais de vida na cidade, tais como moradia, lazer, trabalho, serviços públicos, infraestrutura urbana, transporte etc.; condições materiais ou “direitos” idealmente acessíveis a todos os cidadãos no âmbito de uma cultura democrática. Nesse sentido, a noção de “qualidade de vida” está relacionada à cultura democrática das sociedades ocidentais modernas, nas quais os direitos sociais – ou as referidas condições materiais de existência na cidade – são legitimados no âmbito de uma “cultura dos direitos humanos” (Diniz, 2001). Seriam, assim, direitos universais tidos como referência obrigatória para quase todos os Estados-Nação e entidades superiores que os regulamentam.

A segunda categoria pode ser vista como a chave para compreendermos essa reorientação dos sentidos do ideal de cidade aberta e democrática, cujo teor abarcaria fundamentalmente essas condições de existência material na cidade, ou direitos sociais, mas atribuindo à “qualidade de vida” que elas proporcionam um caráter “ecológico”. Deste modo, a cidade deve não somente abarcar condições iguais de existência material aos cidadãos como também o equilíbrio “ecológico” do ambiente no qual eles vivem. Aquecimento e vulnerabilidades climáticas, riscos ambientais por processos de ocupação territorial urbanos, efeitos da poluição hídrica e atmosférica na saúde humana, geração de lixo e áreas contaminadas e crescimento demográfico são alguns dos problemas relacionados à expansão da urbanização ou ao crescimento das cidades modernas industriais no contexto de “crise ambiental” no mundo urbano contemporâneo.

O crescimento demográfico urbano – mais da metade da população mundial vive em cidades –, principalmente nos países “em desenvolvimento”, é um dos principais argumentos legitimadores de po-

2 O marco regulatório da política urbana no país foi a regulamentação do Capítulo da Política Urbana da Constituição Federal – artigos 182 e 183 –, através de uma lei federal chamada de “Estatuto da Cidade” (Lei Federal nº 10.257 de 2001), instituindo uma política pública de abrangência nacional que acarreta um processo de criação de órgãos e espaços políticos adjetivados de “participativos” e de ações institucionais nas três esferas de governo no país. O marco político-institucional da estrutura institucional criada para implantação da política urbana no âmbito nacional foi o Ministério das Cidades, criada em 2003.

líticas globais para as cidades, segundo documentos oficiais da ONU. A América Latina e Caribe são consideradas as regiões mais urbanizadas do mundo, correspondendo a mais de 80% da população vivendo em cidades (ONU-Habitat, 2012, p. XI). Diferentemente dos debates sobre o desmatamento, a extinção de espécies animais e vegetais ou a degradação de ecossistemas que polarizaram o debate ambiental entre uma realidade urbana irreversivelmente alterada e territórios a serem preservados do processo de “domesticação da Natureza” que marca a civilização ocidental (Elias, 1985, p.19), questões como a escassez de água doce e abastecimento humano de água potável ou as alterações climáticas e os desastres ambientais em áreas urbanas, por exemplo, são processos que “ambientalizam” a construção social da realidade, englobando em um mesmo ambiente as dinâmicas sociais de cidades e ecossistemas (Devos, 2009).

Essa “ambientalização”, que passa a ser incorporada pelas políticas contemporâneas, estaria referida à dimensão moral e ética que uma nova ordem ecológica (Ferry, 2009) passa a ter na sociedade contemporânea no âmbito da denominada “cultura global” (Featherstone, 1999). É evidente que a incorporação dessa ordem ecológica ultrapassa os limites da esfera das políticas contemporâneas e de ações institucionais, global ou localmente, na medida que a intensidade desses fluxos e trocas se dinamiza nas mais diversas dimensões da vida social, como nos comportamentos individuais e coletivos urbanos relativos ao lazer, moda ou consumo, por exemplo.

O marco inicial dos debates políticos contemporâneos em escala mundial sobre a “questão ambiental”, do ponto de vista histórico, foi a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, na qual as versões de uma ideologia ecológica embasavam as críticas ao processo de desenvolvimento industrial dos séculos precedentes. A “domesticação” da natureza da *humana conditio* de um processo civilizador (Elias, 1985) tido como poluidor e mesmo destruidor em vista dos efeitos maléficos do uso de energia química no século XX passaria a ser revista como condição de continuidade de “desenvolvimento” dessa mesma sociedade.

O processo histórico de “ambientalização” (Lopes, 2006) é configurado internacionalmente e, no Brasil, com suas apropriações específicas e diferentes dimensões, numa nova questão pública. A “ambientalização” como um processo histórico de interiorização das diferentes facetas da questão pública “meio ambiente” pode ser observada no crescimento da esfera institucional do meio ambiente entre os anos 1970 e final do século XX e na interiorização

da “questão ambiental” como fonte de legitimidade e argumentação nos conflitos sociais no nível local. Observa-se por meio do incremento e especialização de áreas jurídicas, das ações de uma pedagogia ambiental, da especialização técnica nas empresas ou da própria mobilização da sociedade civil organizada (Lopes, 2006).

Nesse cenário, a esfera das políticas e das ações institucionais globais passaria a incorporar a noção de “desenvolvimento sustentável” como conceito dominante. Esta noção ganhou reconhecimento internacional, particularmente na segunda Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente³, cujo principal documento (Agenda 21) pactuou no plano normativo e discursivo um “novo padrão de desenvolvimento” em escala global, então denominado “desenvolvimento sustentável”. No referido documento, consta um conjunto de estratégias que articulam soluções tecnológicas às dinâmicas sociais das cidades e dos ecossistemas, prevendo desde ações relacionadas ao planejamento urbano (saneamento, habitação) até a conservação da biodiversidade em florestas. Nessa ocasião que é incorporado publicamente aos debates mundiais o relatório “Nosso Futuro Comum” elaborado pela Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento da ONU, cujo teor versa sobre a noção de desenvolvimento sustentável.

Embora fossem reconhecidos os esforços políticos internacionais para a correção de rumos da sociedade urbano-industrial (Acsehrad, 2009), as críticas às concepções de sustentabilidade giravam em torno de diferentes lógicas e representações de ideologias econômicas (Dumont, 2000) e de ideologias ecológicas (Ferry, 2009). Os discursos sobre o desenvolvimento sustentável foram sendo deslocados do sentido atribuído pela militância “ecológica” e pelos modos de vida de “grupos locais” – como contraponto ao modo de vida urbano-industrial que, segundo aqueles, seria “insustentável” – para um sentido de “adequação” ao modelo clássico de desenvolvimento econômico (Zhou, 2005).

Do ponto de vista histórico, era na ocasião desses eventos internacionais que se afirmava um compromisso ético global sobre o ambiente na esfera pública. Este compartilhamento de um compromisso político numa escala mundial resultava em acordos de normatização de direitos e deveres sobre o ambiente na esfera dos Estados nacionais, que ganhavam (como ainda ganham) força com os tratados e compromissos ético-legais entre os países de hegemonia política

3 II Cúpula da Terra, realizada no Rio de Janeiro, em 1992 e conhecida como “ECO-92”.

e social no ocidente (Diniz, 2001). Neste sentido, trata-se de, desde uma perspectiva diacrônica, compreender o reconhecimento universal do ideal dos direitos humanos como uma nova forma de imperialismo humanitário surgida no pós-guerra: a cultura dos direitos humanos (Diniz, 2001).

Junto aos debates mundiais sobre a adoção de estratégias para a pretensa reversão das consequências prejudiciais da transformação do *habitat* natural pelos homens (Elias, 1985), foram criados espaços políticos institucionais para debate de questões relacionadas às dinâmicas sociais dos contextos urbanos contemporâneos. De forma análoga às conferências mundiais sobre meio ambiente e no mesmo intervalo temporal de vinte anos entre cada uma delas, a ONU passou a realizar as Conferências Habitat⁴, sendo a primeira delas um debate que acompanharia a pauta política do início dos debates internacionais sobre meio ambiente, reafirmando as preocupações com o “desenvolvimento urbano descontrolado” e os impactos ambientais que poderia causar. A “Agenda Habitat” figura entre os principais documentos resultado dessas conferências globais. O objetivo dos pactos globais instituídos a partir desses espaços políticos de debate era e ainda é, nas suas atualizações, instituir estratégias globais de enfrentamento de toda sorte de problemas sociais e ambientais vivenciados nas cidades (pobreza, moradia, poluição, riscos ambientais etc.), através da implantação de políticas urbanas (planejamento urbano, legislação urbanística, serviços básicos urbanos, habitação e urbanização de “ocupações irregulares”).⁵ Exemplo disto é o documento elaborado durante a Eco-92, no Rio de Janeiro, no âmbito do “Encontro internacional Homem, Cidade, Natureza: a cultura hoje”, que reuniu especialmente arquitetos e urbanistas que elaboraram a “Declaração do Rio sobre a Cidade”. O seu teor elenca uma série de “constatações” sobre a “realidade” urbana e quais seriam as estratégias para mudar esse cenário.

Em nome de um “futuro comum urbano”, as “boas práticas” preconizadas pelos órgãos internacionais passariam a dirigir uma mesma política a todos

os contextos urbanos ao redor do planeta, práticas pautadas em premissas e orientações enquanto princípios morais compartilhados por uma comunidade de cidadãos do mundo (Hannerz, 2007, p.71). Os discursos internacionais sobre estratégias para enfrentamento dos problemas ambientais gerados pelo processo de desenvolvimento urbano-industrial das cidades modernas contemporâneas se conformariam, assim, pautados no debate sobre questões sociais mais amplas, como o aumento da população urbana, desigualdades e exclusão social, segregação espacial, desperdício de recursos e mudanças de padrões de consumo.

Dessa forma, o domínio das políticas públicas e das ações institucionais globais passaria a incorporar um conjunto de premissas e recomendações ambientalmente “sustentáveis”, como a Agenda 21, juntamente àquelas premissas de políticas urbanas comunicativas entre governos e sociedade, capazes de garantir “qualidade de vida” nas cidades. Exemplo da incorporação da noção de “qualidade de vida” ao conjunto de premissas e recomendações às “cidades sustentáveis”⁶ é um documento elaborado por Jordi Borja e Manuel Castells, a pedido da ONU, como documento de análise para propostas na Conferência Habitat II, em 1996. Posteriormente, o documento foi publicado em formato de livro pelos autores e intitulado de *Local y Global. La gestión de las ciudades en la era de la globalización*.

Seriam essas também as bases de políticas governamentais modernas de progresso material para a promoção social das populações humanas em situações desprivilegiadas ou vulneráveis ao redor do mundo, a partir das noções de sustentabilidade cuja “ideia de uma conciliação entre os ‘interesses’ econômicos, ecológicos e sociais ocupa papel chave” (Zhou; Laschefski et al, 2005, p.12). As políticas internacionais para as cidades, considerando a hegemonia política e social dos países ocidentais “desenvolvidos” ou a perspectiva binária das políticas globais sul/norte, teriam como palco privilegiado para a implantação de estratégias pactuadas globalmente as cidades situadas nos países “em desenvolvimento”. Afinal, o modelo idealizado de “cidade sustentável” estaria referido àquelas politicamente engajadas com as preocupações ambientais cuja “sustentabilidade” dependeria da oferta igualitária de serviços urbanos essenciais (infraestrutura, saneamento, moradia etc.),

4 A Habitat I ocorreu em 1976, em Vancouver, Canadá; a Habitat II em 1996, em Istambul, na Turquia; a Habitat III ocorreu em 2016 na cidade de Quito, Equador, as quais se desmembram em outros encontros mundiais, como o “Fórum Mundial Urbano” que, na sua 5ª edição, em 2010, foi realizado no Brasil, na cidade do Rio de Janeiro.

5 “Objetivos e Estratégias ONU- Habitat” (*Goals & strategies of UM-Habitat 2014-2019*). Trata-se de um Plano Estratégico de ações para as cidades em escala mundial elaborado a partir das metas da “Agenda Habitat 1996”, resultado da Conferência realizada neste mesmo ano.

6 A expressão “cidade sustentável” (*sustainable cities*) aparece nos quadros de pesquisa sobre “ecossistemas urbanos” desenvolvida no âmbito do programa *Man and Biosphere* da UNESCO, nos anos 1980. Albert Levy e Cyria Emelianoff Editorial. *Espaces et sociétés* (Paris: érès editions, n. 147, 2011, p. 7-23).

aspecto especialmente frágil nos contextos “periféricos”, como América Latina e Caribe.

Desse modo, as condições materiais de vida na cidade, fundamentais para a existência e para a liberdade do indivíduo nos contextos urbanos contemporâneos, seriam não somente a substancialização de um ideal humanista moderno como também condição para a “sustentabilidade” do ambiente no qual ele vive. A ocupação ordenada do solo urbano, a destinação correta do lixo, o controle da poluição das águas dos rios que abastecem as cidades por medidas de saneamento, a qualidade do ar que os cidadãos respiram são aspectos que se viabilizam fundamentalmente por meio de condições materiais de existência na cidade. Atualmente, elas têm, inclusive, se tornado ainda mais sofisticadas se pensarmos a aplicação de soluções tecnológicas ao transporte urbano “limpo” menos poluente, ao “reuso” da água, às habitações com padrões construtivos “ecológicos” ou as mudanças de padrões de consumo e alimentares (bio, orgânicos), particulares aos estilos de vida urbanos. Nesta perspectiva, o comportamento ambientalmente responsável implicado a essa ética planetária da questão da conservação dos ecossistemas ou das lógicas e representações de “sustentabilidade” não seria a negação de um modo de vida urbano-industrial das cidades ocidentais modernas, poderíamos, inclusive, observar nessas ações uma racionalização ainda maior das relações entre homem/natureza.

E QUAL O FUTURO DA CIDADE DE TODOS?

Os sistemas de valores da sociedade ocidental enquanto cultura (Sahlins, 2003) teriam, assim, assimilado a “qualidade de vida” em termos de modo de vida na cidade. Mas, ainda que a nova ordem ecológica possa ser entendida como uma tendência homogeneizante no âmbito da “cultura global” da sociedade contemporânea, como dito inicialmente, é preciso compreender esses processos em interações em situações referidas a contextos locais. Há, portanto, a necessidade de levar-se em conta a pluralidade de contextos de produção de significados da noção de “qualidade de vida” como modo de vida na cidade idealmente *de todos* os habitantes. Tencionar como se traduz, na prática, esta noção em vista de quem são estes sujeitos de direitos às condições materiais de existência na cidade, quais os sentidos atribuídos por eles a essas condições e, ainda, quais articulações políticas eles engendram nas demandas pelas mesmas, seja de infraestrutura urbana, saneamento, moradia etc.

A matriz discursiva do “futuro comum urbano” carrega consigo a própria noção de direitos humanos – com seus atributos adjetivados de direitos ambientais, urbanos –, e, tal noção, em sua forma abstrata e descontextualizada, pouco significa. Trata-se de refletir como esta noção é traduzida na prática e suas consequências particulares, a qual se entende que depende de relações de poder forjadas em contextos históricos específicos e expressas em categorias semânticas precisas (Fonseca, Cardarelli, 1999).

Ao considerar os modos como se realizaria essa “qualidade de vida” determinada por condições materiais de existência na cidade, poderíamos dizer que estas condições de existência dos diferentes sujeitos seria uma forma cultural com ordens e finalidades muito diferentes, mesmo em condições materiais análogas. Isto porque a preconizada “qualidade de vida”, tais condições materiais de existência na cidade, que devem ser igualmente realizáveis a todos os cidadãos na mesma medida que garantem o equilíbrio “ambiental” do ambiente urbano no qual eles vivem, pode se tornar necessária para os indivíduos e grupos de formas muito diferentes.

Sabemos que o pertencimento universal à cidade é constitutivo das linguagens e discursos das políticas urbanas “ambientalizadas” contemporaneamente; a própria noção de “futuro das cidades” carrega consigo este ideal, como vimos. A questão que se coloca aqui seria pensarmos em que medida essas lógicas de normatização da cidade *de todos* do “modelo” ideal de cidade e de “futuro” comportaria a diversidade de experiências e sentidos atribuídos pelos seus habitantes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACSELRAD, Henry. Introdução. Sentidos de Sustentabilidade urbana. In: _____. (Org.) **A duração das cidades: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.
- DEVOS, Rafael. A crise ambiental sob a perspectiva da memória e dos itinerários no mundo urbano contemporâneo. In: **Ambiente & Sociedade**, Campinas v. XII, n. 2 p. 293-306, jul.-dez. 2009.
- DINIZ, Debora. Antropologia e os limites dos direitos humanos: o dilema moral de tashi. In: NOVAES, R. R.; LIMA, R. K. de L. (Orgs.). **Antropologia e Direitos Humanos**. Niterói: Ed. UFF, p. 17-46, 2001.
- ELIAS, Norbert. **A condição humana**. Lisboa: Difel, 1985.
- FEATHERSTONE, Mike. **Cultura global**. Petrópolis: Vozes, 1999.

- FERRY, Luc. **A Nova Ordem Ecológica: A árvore, o animal e o homem**. Rio de Janeiro: DIFEL, 2009.
- Fonseca, Claudia e Cardarello, Andrea. “Direitos dos mais e menos humanos”. In: **Horizontes Antropológicos**. Porto Alegre: PPGAS/UFGS, v. 5, n. 10, p. 83-122, 1999.
- LOPES, José Sérgio Leite. Sobre processos de “ambientalização” dos conflitos e sobre dilemas da participação. **Horizontes Antropológicos**. Porto Alegre: PPGAS, v.12, n. 25, p. 31-64, jan./jun. 2006.
- OLIVEN, Ruben. **Urbanização e Mudança Social no Brasil**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010.
- ONU-Habitat. Programa de las Naciones Unidas para los Asentamientos Humanos. ONU-Habitat. **Estado de las ciudades de America Latina y el Caribe**. Rumbo a una nueva transición urbana, 2012.
- SAHLINS, Marshall. **Cultura e razão prática**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
- SOARES, Ana Paula Marcante. **O território mito da orla: Antropologia de conflitos territoriais urbanos e memórias ambientais em Porto Alegre, RS**. Tese (Doutorado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Porto Alegre, 2014. 2 v.

Julia Vilela Caminha

A diversidade de ocupações de imóveis ociosos

uma leitura a partir de casos europeus

Resumo

A intensa mercantilização das cidades e o aumento da especulação imobiliária nas últimas décadas transformaram as ocupações de imóveis ociosos em uma alternativa de acesso à moradia de extrema relevância em alguns países. Desta forma podem ser entendidas como resultado tanto da espoliação quanto de ações subversivas e contestatórias realizadas do/pelo trabalhador. Cada local possui uma racionalidade específica, resultante de suas condições sociais, políticas, econômicas e culturais. Observou-se que, na Europa, as ocupações contêm sentidos múltiplos, para além da questão da moradia, lidando com novas formas de gestão e socialização como alternativas às relações socioeconômicas forjadas no capitalismo. O objeto deste artigo são as ocupações urbanas que possuem projetos políticos definidos. Em termos metodológicos, a pesquisa se utilizou de técnicas como observação de ocupações na Europa e no Brasil, além de revisão bibliográfica sobre o tema. O artigo explora o caso das ocupações europeias *Vall de Can Masdeu* e *Can Vies*, localizados em Barcelona; *Christiania*, em Copenhague; e *Regenbogenfabrik*, em Berlim. Espera-se demonstrar que as ocupações ajudam na conscientização e emancipação das pessoas, levando-as a exigir mais do que a satisfação das carências “não radicais”, entendendo que as necessidades radicais são parte fundamental da vida do ser humano.

Palavras-chave: Ocupação de imóveis; Imóveis ociosos; Valor de uso; Necessidades radicais; Squat.

Abstract

Squatting empty buildings is an alternative access to housing of extreme relevance in some countries, especially in the recent decades, with the intense commercialization of cities and the rise of real estate speculation. About it, the squats can be understood as a result of both spoliation and subversive actions and or contestatory, made of/by the workers. Each place has a specific rationality, resulting from their social conditions, political, economic and cultural. It was observed that, in Europe, the squats contains multiple senses, in addition to the issue of housing, dealing with new forms of management and socialization as alternatives to socioeconomic relations forged in capitalism. The major concern of this paper is urban occupations that have established political projects. In methodological terms, the research used techniques such as observation of squats in Europe and in Brazil, as well as a review of the literature on the subject. The article explores the case of squats *Vall de Can Masdeu* and *Can Vies*, located in Barcelona; *Christiania* in Copenhagen and *Regenbogenfabrik*, in Berlin. It is expected, with this paper, show that squats are emancipatory spatial practices, and help in raising awareness and empowering people, leading them to demand more than the satisfaction of the “no radical” need to understand that the radical needs are key for human being.

Keywords: Squat; Empty buildings; Radical needs; Use value.

Julia Vilela Caminha
é licenciada e bacharel em Geografia,
mestre em Planejamento Urbano
e Regional - IPPUR/UFRJ.

juliajvc@gmail.com

INTRODUÇÃO

As ocupações são uma alternativa de acesso à moradia de extrema relevância em países, como o Brasil, onde se acumula nas grandes cidades um grande contingente de imóveis ociosos. Durante as últimas décadas o acesso a imóveis, especialmente os urbanizados, em países capitalistas, tem sido dificultado pela intensa mercantilização das cidades e, conseqüentemente, pelo aumento indiscriminado da especulação imobiliária. Estados e mercados fracassaram no seu papel de locadores do espaço para todos os segmentos sociais, permitindo o surgimento de inúmeros imóveis vazios e, ao mesmo tempo, de pessoas sem casa (MARTÍNEZ, PIAZZA e PRUIJT, 2013, p.11). Assim, a própria população procura criar alternativas de acesso à habitação, sendo a ocupação de imóveis vazios uma delas.

As ocupações podem ser entendidas como resultado da espoliação – esta entendida como a sobre-exploração do trabalhador produzida pelas condições precárias de reprodução social na cidade (KOWARICK, 1979) – e de ações subversivas e contestatórias do/pelo trabalhador, a partir do momento que ele se dá conta de sua situação social e econômica, inspiradas e/ou empreendidas por movimentos sociais. Neste sentido, as ocupações possuem potencial para o empoderamento e a “liberação cognitiva” da população, já que permitem a visualização de oportunidades e de apoio coletivo (PRUIJT, 2013, p.17).

Embora todos os tipos de ocupação sejam relevantes, pois significam formas de “viração” dos trabalhadores hiperprecarizados em um sistema que os exclui e renega, neste trabalho buscaremos mostrar formas de ocupações urbanas que apresentam projetos políticos, pois acreditamos que nelas haja um maior nível de engajamento contra à propriedade privada, à especulação imobiliária e ao próprio sistema capitalista.

No contexto europeu, as ocupações começaram a ganhar destaque nos anos 1960, durante a época de expansão da contracultura – aqui entendida como a contestação social dos valores e regras instituídos pela cultura ocidental – e contêm sentidos múltiplos. O movimento *squatter* – nome dado ao movimento em países de língua inglesa¹ – vai além da questão da moradia, lidando com novas formas de gestão e socia-

lização como alternativas às relações socioeconômicas forjadas no capitalismo. É importante notar que a palavra utilizada é diferente da que designa os movimentos de ocupação de praças e ruas a partir da crise de 2008 na Europa e nos Estados Unidos: *occupy*, o que mostra diferenciação entre os dois movimentos. Porém, os movimentos *occupy* (conhecido como 15M na Espanha) e *squatter* estão ligados, sendo diversas as manifestações de apoio mútuo, como o caso do 15M e diversos *okupas*.

Em termos metodológicos, o artigo é fruto da pesquisa para a dissertação de mestrado, que se utilizou de técnicas como observação de ocupações na Europa e no Brasil, busca no portal de teses da Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) e levantamento bibliográfico sobre o tema, em especial os desenvolvidos por membros do *Squatting Europe Kollektive* (SqEK) – é importante destacar a existência do SqEK, uma rede composta por acadêmicos e ativistas, em sua maioria europeus, que se uniram visando um melhor entendimento da história e do desenvolvimento dos movimentos de ocupação. Foram feitas visitas, entre maio e julho de 2014, quatro experiências de ocupações europeias: *Vall de Can Masdeu*, localizada em Barcelona; *Christiania*, em Copenhague e *Regenbogenfabrik*, em Berlim. A autora também esteve presente nos momentos de desocupação e de conseqüente recuperação do Centro Social Autogestionado *Can Vies*, em Barcelona, no mesmo ano. A pesquisadora ainda pode contar com a participação no encontro anual do SqEK, realizado de 20 a 25 de maio de 2015, na cidade de Barcelona, na Espanha, que teve como tema “Ocupação de casas, centros sociais e espaços de trabalho: *workshop* de alternativas de autogestão ao capitalismo”. Para o artigo, foram realizadas entrevistas produzidas de forma livre, com o diário de campo como instrumento de coleta em todas as situações. Além disso, o artigo também conta com fotografias.

PRESSUPOSTOS DA ANÁLISE

A dinâmica urbana está profundamente associada ao modo de produção capitalista. Neste sentido, o capitalismo necessita da urbanização para absorver os produtos excedentes. Assim, a urbanização representa um “papel ativo [...] na absorção do produto excedente que os capitalistas estão produzindo perpetuamente em sua busca pela mais-valia” (HARVEY, 2012, pp. 6-7, tradução nossa)². Desta forma, o pro-

1 Ressaltamos que neste trabalho utilizaremos palavras estrangeiras referentes ao universo das ocupações, por isso um breve glossário segue: em inglês, *squat* significa ocupação, *squatting* é ocupar e *squatter* se refere ao ocupante (quem ocupa); em espanhol se utiliza a letra “k” no lugar de “c” e “q” como forma de protesto e de inconformidade, assim, ocupar é escrito como *okupar*, ao passo que uma ocupação pode ser designada como *okupación* ou como *okupa* (que também pode se referir ao próprio ocupante).

2 “active role [...] in absorbing the surplus product that capitalists are perpetually producing in their search for a surplus value” (HARVEY, 2012, pp. 6-7).

cesso de urbanização pelo qual passamos é uma parte ativa para a obtenção da mais-valia pelos capitalistas, acompanhando uma sucessiva despossessão da grande maioria da população. O capitalismo busca (n) a cidade resolver os problemas oriundos de suas crises de produção.

Concordamos com Harvey (2012) que a luta anticapitalista proposta por Marx estaria desatualizada pelo surgimento de uma nova classe trabalhadora – não restrita somente ao operário fabril descrito por Marx, incluindo também a grande parcela de trabalhadores responsáveis pelo funcionamento diário da vida citadina, além do enorme setor de trabalhadores informais, temporários e liberais, constituídos por “hiperprecariados”, a respeito ver Souza (2008).

A atuação dos agentes e suas distintas formas de apropriação do espaço urbano influenciam significativamente nas condições de acesso ao solo (principalmente à moradia) pela população. Enquanto para os diferentes tipos de capital a cidade é somente um valor de troca, como forma e/ou produção de mais-valia ou renda da terra, para a força de trabalho significa valor de uso, uma produção para o bem-estar, para a vida. Assim, “o que é valor de uso para um é valor de troca para outro, e cada um concebe o valor de uso diferencialmente” (HARVEY, 1980, p. 142). A lógica do capital imobiliário mercantil é transformar o solo por meio de inovações e infraestruturas que valorizarem a área, sendo a busca pela distinção a base deste capital. Ou seja, busca-se criar novos valores de uso para obter maior valor de troca. Os proprietários também buscam o valor de troca, através da máxima valorização de suas propriedades. Desta forma, a ocupação de imóveis ociosos é uma resposta à desigual distribuição de serviços e recursos no ambiente urbano e também à despossessão.

Na construção do espaço urbano – repleta de intensos conflitos, embates e alianças entre os agentes – é comum observar que alguns agentes buscam maximizar seus lucros, em detrimento da qualidade de vida da população, em especial a de mais baixo nível socioeconômico. Assim, os movimentos de ocupação de imóveis ociosos se configuram como uma alternativa de acesso aos serviços e recursos às populações que, devido à sua baixa renda real, não se apropriam ou usufruem deles. Por exemplo, a ocupação de imóveis para moradia localizados no centro da cidade diminuiria os preços de acessibilidade e de proximidade, possibilitando tanto acesso a uma melhor moradia, quanto à educação, oportunidades de trabalho, o que, por fim, levaria ao aumento da renda real da pessoa. Neste sentido, o solo urbano configura-se como um valor de uso para tais movimentos, sendo seus interesses a sobrevivência e reprodução social.

Segundo Edison Nunes (1989), os movimentos

sociais urbanos são “uma forma de reação popular ao surgimento de ‘novas carências’ originadas das ‘contradições urbanas’, comprometedoras da ‘reprodução da força de trabalho’” (NUNES, 1989, p.67). Ou seja, as carências seriam construídas historicamente, de tal forma que o conjunto de carências é entendido por cada pessoa de forma simbólica, de acordo com sua vivência e moral sociais, seus hábitos e normas, de maneira que “a escolha ou preferência por alguma carência faz referência ao sistema de carências, onde se reflete ‘o modo de viver’” (NUNES, 1989, p. 84).

Assim, as necessidades e carências para a reprodução da classe trabalhadora decorrem da luta social de cada país, sendo modificadas constantemente. O entendimento geral é de que carências na reprodução social são aquelas que podem ser satisfeitas pelo salário, porém, existem carências sociais e intelectuais que variam de acordo com o estado (político, econômico, social e cultural) da sociedade. Estas carências³ são as “necessidades radicais” analisadas por Agnes Heller (1996).

Não nos aprofundaremos na discussão feita por Heller (1996), apenas salientamos que a autora mostra o surgimento e a existência das carências sociais e intelectuais que não podem ser satisfeitas pelo salário e o capital – as necessidades radicais: “*son las necesidades que demandan satisfacción cualitativa; [...] constituyen la diferencia, lo único, lo idiosincrásico de la persona singular y también de las comunidades*” (HELLER, 1996, p.120).

Essas necessidades, conforme abordado por Nunes (1989), não são necessariamente funcionais para o capital, mas, por vezes, compõem a gênese de lutas sociais, sendo o núcleo dos movimentos de autogestão, feminista e de transformações no sistema capitalista e de formas de vida (HELLER, 1996). Heller salienta que os movimentos centrados em torno das necessidades radicais ainda são minoritários, porém, buscam transcender e acabar com a subordinação e a hierarquia, pois esta é a única forma de reconhecimento e satisfação de todas as necessidades. Desta forma, os movimentos radicais buscam a exclusão das necessidades que oprimem ou defendem o uso de um indivíduo como simples meio para outro. Entretanto, eles também representam as necessidades “não radicais”, aquelas que podem ser satisfeitas na atual sociedade.

3 Nunes (1989) afirma que a palavra “necessidade” é ambígua em português, denotando “tanto aquilo que tem de ser, como aquilo que alguém sente que precisa” (NUNES, 1989, p. 79) e, por isso, opta por utilizar “carência” em seu texto e traduções. A tradução de Heller (1996), por sua vez, utiliza a palavra necessidade. Aqui entenderemos as duas como sinônimos.

AS OCUPAÇÕES DE IMÓVEIS OCIOSOS

As ocupações de imóveis urbanos ociosos referem-se a um fenômeno urbano heterogêneo e mundial, ao mesmo tempo específico ao contexto local no qual surge e se desenvolve. Neste sentido, existe uma variedade de tipos ou formas de ocupação, mas todas com intuito de responder às demandas decorrentes de problemas urbanos. Após uma longa pesquisa na Europa, Hans Pruijt (2013) propôs uma divisão das ocupações, de acordo com os projetos que desenvolvem. Sua classificação apresenta as seguintes configurações: ocupação por privação (*deprivation-based squatting*), ocupação como estratégia de habitação alternativa (*squatting as an alternative housing strategy*), ocupação empresarial (*entrepreneurial squatting*), ocupação conservacionista (*conservational squatting*) e ocupação política (*political squatting*). Esta última configuração não será explorada no trabalho, por isso segue uma breve explicação: sua lógica difere da das demais configurações, tratando-se de uma forma de confrontar o Estado, estando os ocupantes ligados a lutas antissistêmicas. Também é um meio para um fim, não sendo o objetivo em si. Conforme salienta o autor, a nomeação de uma configuração como política não significa que as demais sejam apolíticas. Pruijt (2013) explica que a separação desta configuração das outras resulta da lógica própria que esta possui: a motivação política e antissistêmica. Frisamos, porém, que toda ocupação é social e política. Desta forma, podemos entender as ocupações sob três aspectos: crítica às políticas urbanas, ferramenta para pedir um teto e estratégia de sobrevivência sem apoio público (AGUILERA, 2013).

É importante ressaltar que as configurações designam projetos de ocupação, oriundos das demandas coletivas, mas um mesmo edifício pode abrigar diferentes projetos. Da mesma forma, a tipologia é maleável, no sentido de que uma ocupação pode se iniciar com determinado projeto – adequando-se, portanto, a determinada configuração classificatória –, mas se modificar ao longo do tempo, agregando novas ideias e aspectos, podendo, então, inserir-se em outra configuração. As configurações apontam para diferentes possibilidades de combinação entre autoajuda e/ou ação coletiva, alternativa e protesto contra a mercantilização da cidade.

Como as ocupações se desenvolvem de acordo com características específicas ao contexto urbano local, optamos por mostrar experiências de ocupações em diversos locais, apontando seus diferentes aspectos, mas sem compará-las.

Ocupação por privação, a forma mais comum de se okupar

Segundo Pruijt (2013), ocupação por privação (*deprivation-based squatting*) é a configuração mais antiga e envolve pessoas pobres e que possuem sérios problemas em relação à moradia – indo além da necessidade apenas de um teto e quatro paredes. Seria composta por pessoas que não possuem outra opção de moradia que não os abrigos para sem-teto.

Ocupações por privação são habitações características de imigrantes – em especial os ilegais – na Europa, pois esta é a única forma de sobrevivência encontrada por eles. Assim, diante da atual conjuntura europeia de crise e crescente número de imigrações – em especial de sírios –, podemos supor que a quantidade de ocupações irá aumentar em diversos países. Porém, em outros, como o Brasil, são características (e comuns) às parcelas mais pobres da sociedade, estando à margem das alternativas habitacionais tradicionais, como favelas e loteamentos irregulares.

Alguns aspectos desta configuração devem ser ressaltados: em primeiro lugar, a escolha dos edifícios é essencial para o sucesso da ocupação. Assim, buscam-se imóveis cujos donos possuam “obrigação moral” perante a população – como o Estado e a Igreja. Em segundo, existe uma diferenciação entre ocupantes e ativistas que, por vezes, não são os que ocupam os imóveis – como o caso das organizações *Jeudi Noir* e *Droit au Logement (DAL)*, na França, citadas por Aguilera (2013).

Por fim, um dos maiores problemas é a fácil cooperação dos ocupantes pelo Estado e por organizações que facilitem a não permanência no edifício ocupado. Neste sentido, um intenso trabalho de formação e educação política dos ocupantes se faz necessário para a manutenção e desenvolvimento da ocupação.

A demanda central é a busca por alternativas de habitação, no sentido de que “esta configuração não envolve uma mudança estrutural, em vez disso, se concentra em ajudar os ocupantes a obterem (temporariamente) aluguéis ou alojamentos alternativos” (PRUIJT, 2013, p.23, tradução nossa)⁴. Assim, pode-se afirmar que a configuração busca suprir somente as necessidades não radicais das pessoas.

Ocupações empresariais

A ocupação de imóveis vazios possibilita também

⁴ “in this configuration does not involve structural change, but instead focuses on helping the squatters to obtain (temporary) leases or alternative accommodation” (PRUIJT, 2013, p.23).

a criação de estabelecimentos (comerciais ou não) sem a necessidade de recorrer à burocracia governamental e a grandes quantias de dinheiro. Apesar de o fator habitacional estar presente, este não se constitui como o objetivo principal dessas ocupações, o que as aproxima da configuração de *entrepreneurial squatting*, conforme classificada por Pruijt (2013). Existem ocupações que se transformaram em bar, discoteca, galeria de arte e livraria, mas os estabelecimentos mais comuns neste tipo de ocupações são os centros sociais.

Muitos Centros Sociais Okupados Autogestionados (CSOAs) são decorrentes da pequena quantidade (ou inexistência) de espaços públicos de sociabilidade – este aspecto foi levantado por diversas pessoas, inclusive idosos, entrevistadas pela mídia que cobriu o despejo e manifestações decorrentes do Centro Social Autogestionado (CSA) *Can Vies*, em Barcelona, em junho de 2014. Atualmente, a ocupação é parte estratégica de diversos centros sociais, com intuito de mostrar a dificuldade de acesso a bens por parte da população, além do desperdício e a especulação decorrentes do sistema capitalista.

A variedade de CSOAs é grande, sendo alguns concentrados apenas em atividades festivas, outros no desenvolvimento de atividades para e com a vizinhança, outros interessados em ampliar práticas/ações ainda marginais e ainda outros mais ligados a novas formas de sustentabilidade ecológica e econômica. Apesar desta diversidade, Mudu (2013) apresenta algumas características comuns aos centros sociais: adoção da nomenclatura CSOA ou CSA (Centro Social Autogestionado); autogestão e produção de eventos sociais, políticos e culturais, por meio de encontros abertos; financiamento por meio de produtos vendidos (a baixo preço) nos eventos organizados, resultantes de produção voluntária; formação de uma rede baseada nas similaridades políticas.

Tais características foram observadas no CSA *Can Vies*. Este foi capaz de mobilizar, em escala nacional na Espanha, protestos em repúdio ao seu despejo. Com o apoio recebido, os ocupantes conseguiram interromper a demolição do edifício que albergava o centro e, com a ajuda de inúmeros voluntários, iniciar sua reconstrução. Para isto, receberam doação de materiais de construção. Mas também conseguiram recursos por meio da venda de bebidas e refeições a baixo custo e da organização de um financiamento coletivo pela internet. Durante todo o processo, foram organizadas assembleias semanais abertas a todos que quisessem participar.

Segundo Martínez (2013), a ocupação de imóveis vazios como forma de moradia sempre foi uma

das formas de atuação dos *okupas*, porém sua força e notoriedade cresceram a partir do estabelecimento de CSOAs, quando a função residencial tornou-se integrada a novas atividades, ligadas aos aspectos político, produtivo e de contracultura. A partir de então, os movimentos de ocupação começaram a estabelecer alianças com outros movimentos sociais existentes, e se iniciou um maior envolvimento dos *okupas* com as dimensões local e global.

Ocupações como estratégia de habitação alternativa: o caso do *Vall de Can Masdeu*, Barcelona

Uma das configurações propostas por Pruijt (2013) é a de ocupação como estratégia de habitação alternativa (*squatting as an alternative housing strategy*), que se diferencia da ocupação por privação (*deprivation-based squatting*) por ser menos restritiva em termos da origem dos ocupantes. A principal diferença, porém, está no fato de esta configuração possibilitar à pessoa viver da melhor forma que lhe interessa.

Essa configuração pode apresentar problemas de legitimidade justamente pela ausência de urgência da moradia, podendo haver conflitos com os “verdadeiros” necessitados. No entanto, se seguirmos Heller (1996), nenhuma carência pode ser considerada falsa ou irreal. Somente o são as que dependem do uso de uma pessoa como meio para outra, por isso utilizamos as aspas. Neste sentido, os ocupantes buscam imóveis que não apresentam possibilidades de serem projetos habitacionais, como grandes edifícios sem divisões em apartamentos – caso de antigas fábricas e hospitais – mas que ainda possibilitem a vida coletiva. Este é o caso de *Vall de Can Masdeu*, a ser abordado a seguir, demonstrativo do tipo capaz de suprir as necessidades radicais.

O vale de *Can Masdeu* é uma área de 35 hectares, parte do Parque Natural de *Collserola* e propriedade do *Hospital de Sant Pau*; localiza-se em uma área periurbana, na divisa entre a região metropolitana de Barcelona e a região dos vales – ou *Vallès*. O edifício serviu como uma colônia de leprosos até as primeiras décadas do século XX; depois funcionou como reformatório para crianças até meados dos anos 1960. Desde então, permaneceu vazio, apesar de terem sido pensados diversos projetos para o local, de prisão à área residencial privada para aposentados.

Em dezembro de 2001, algumas pessoas ocuparam a área e criaram um coletivo que recuperou o espaço, criando uma rede de projetos. Segundo o site do coletivo, a ocupação é “um ato de desobediência criativa ao mundo do dinheiro, da fumaça e das

ordenanças do ruído e da velocidade. Uma proposta de cooperação coletiva e da convivência entre gerações aos pés de *Collserola* e com raízes em *Nou Barris*” (VALL DE CAN MASDEU, Qui Som, tradução nossa)⁵. *Can Masdeu* conta com cinco projetos: vida comunitária, assembleia de Hortos Comunitários, *Punt d'Interacció de Collserola (PIC)* – ou Ponto de Interação de Collserola –, visitas de educação agroecológica e projetos de permacultura. Atualmente, devido à falta de espaço para maior número de moradores, cerca de 30 pessoas vivem no local⁶. Os projetos desenvolvidos, contudo, atraem centenas de pessoas durante a semana, além de visitantes para as atividades e visitas guiadas aos domingos.

O *Can Masdeu* busca a autonomia e a autogestão, que possibilitariam a tomada de decisões próprias sem o envolvimento com as dinâmicas socioeconômicas vigentes. Por meio de um intercâmbio cada vez maior dentro das redes de economia solidária, buscam autonomia, mas não autossuficiência; com intuito de transformar o sistema a partir de uma forma de lutar coerente com sua maneira de viver. O grupo acredita na propriedade de uso mais do que na propriedade privada; assim, possuem diversos recursos em comum, desde ferramentas, livros e computadores a móveis, cozinhas, dispensas, lavanderias e carros.

O grande problema enfrentado para manutenção e desenvolvimento de *Can Masdeu* é o acesso à água. Pela sua localização e situação de ilegalidade, a propriedade não é abastecida pela Prefeitura de Barcelona, sendo a água utilizada a encontrada em poços ou captada pela água da chuva. Assim, a economia e o reaproveitamento da água são essenciais para a comunidade. São utilizados produtos ecológicos para a lavagem, o que permite a reutilização da água nos cultivos; chuveiros e duchas de uso coletivo, que estão localizados fora do edifício – com uma bela vista para o parque e Barcelona – e os banheiros secos, que, além de não necessitarem de água, transformam os dejetos em adubo após um tempo em composteira. Neste sentido, o *Vall de Can Masdeu* busca a gestão agroflorestal e não ser um lugar intocável. Para isto, vale-se do uso comunitário e dos usos tradicionais agroflorestais, do reflorestamento e da reabilitação da infraestrutura agrícola.

5 “Un acte de desobediència creativa al món dels diners, del fum i les ordenances, del soroll i la velocitat. Una proposta de cooperació col·lectiva i convivència entre generacions als peus de Collserola i amb les arrels a Nou Barris” (VALL DE CAN MASDEU, Qui Som).

6 Nem todas as pessoas moram no edifício principal, algumas construíram anexos ao edifício ou suas próprias casas no terreno, através de materiais reciclados e naturais.

Diferentemente de CSOAs, *Can Masdeu* não está aberto a “forasteiros” todos os dias – com exceção dos vizinhos que cultivam em suas hortas –, mas apenas em dias específicos da semana (quinta-feira, sábado e domingo) e em dias festivos. Porém, um dos projetos presentes, o PIC, é um centro social que desenvolve atividades e oficinas voltadas para agroecologia, permacultura, artesanato, dança, teatro e pensamento crítico.

Nesta configuração de ocupação, além do abrigo, encontram-se “oportunidades para a expressão contracultura [que] são um bônus que aumenta a atração de uma ocupação, e quando alguém já está estabelecido na ocupação, ele pode encontrar um ambiente que é propício ao desenvolvimento da contracultura” (PRUIJT, 2013, p.49, tradução nossa)⁷. Assim, a contracultura não é ponto central para o entendimento desta configuração, mas apenas um atrativo a mais, já que a necessidade de espaço e moradia continua sendo o objetivo, mas possibilitando a expressão e o desenvolvimento da contracultura.

De forma resumida, podemos entender que o *Vall de Can Masdeu* busca suprir as necessidades radicais, sendo elas: o valor de uso superior ao valor de troca, o caráter libertário, a autogestão e a busca por um modo de vida alternativo ao capitalista. Sendo assim, a reprodução social de uma boa qualidade de vida é o objetivo principal desses ocupantes.

Ocupações conservacionistas: o exemplo da *Regenbogenfabrik*, em Berlim

As ocupações conservacionistas (*conservational squatting*) utilizam-se da tática de ocupação para a preservação de uma paisagem urbana, sendo o objetivo impedir a transformação de determinada área. Esta configuração também pode ajudar a interromper ou prevenir o processo de gentrificação, já que busca preservar a função da área. É importante lembrar que a gentrificação se caracteriza pela expulsão da população de baixa renda e a atração da classe média para determinadas localidades, que adquirem novas formas e funções, em decorrência de projetos de requalificação ou revitalização (BIDOU-ZACHARIASEN, 2006).

No final dos anos 1970 e início dos anos 1980, Berlim viveu uma crise de política urbana, 80 mil

7 “there is the configuration ‘squatting as an alternative housing strategy’ where the goal is to house oneself, and in which there is a two-way relation between squatting and countercultural expression: the opportunities for countercultural expression are a bonus that adds to the attractiveness of squatting, and once someone is settled in a squat, she or he will find an environment that is, to some extent, conducive to countercultural development” (PRUIJT, 2013, p.49).

peças estavam cadastradas para receber casas do governo, enquanto 27 mil apartamentos estavam vazios. Segundo Holm; Kuhn (2013), os proprietários e imobiliárias abandonavam os imóveis na esperança de que fossem incluídos em projetos de renovação – ou seja, que fossem demolidos, reformados ou modernizados com fundos estatais – para, posteriormente, aumentar o valor dos aluguéis.

Durante o ano de 1981 ocorreu um *boom* de ocupações em Berlim, decorrente de um despejo ilegal e violento feito pela polícia: até dezembro de 1980, contabilizavam-se 21 imóveis ocupados em Berlim, ao final do verão de 1981; este número subiu para 165 (Holm; Kuhn, 2013). Esta grande quantidade de ocupações significava também diferentes interesses e estratégias, fato que não gerou conflitos entre elas até o início da legalização das antigas e de tolerância zero a novas ocupações pelo governo. A partir de então, iniciou-se um confronto entre os “negociadores” – aqueles que concordaram com a legalização das ocupações pelo governo – e os “não negociadores”, que resultou, em 1984, no saldo de 105 ocupações com contratos de legalização e 60 despejadas. Neste sentido, a legalização significou a “pacificação” dos movimentos, decretando o fim da dimensão política para além da moradia das ocupações – não cabe aqui, porém, adentrar no conflito entre “negociadores” e os “não negociadores”, apesar de ele ocorrer em diversos países.

Em março de 1981, antigas instalações fabris e um bloco adjacente de 18 casas foram ocupadas por cerca de 50 pessoas, no bairro de *Kreuzberg*, com o nome de *Regenbogenfabrik* – ou Fábrica Arco-Íris. O objetivo era barrar a expansão imobiliária para aquela área, que levaria à demolição do conjunto para a construção de um edifício moderno, segundo informação disponível no *site* da ocupação. Esta proposta aproximava-se, assim, da configuração de ocupação conservacionista, descrita por Pruijt (2013), apesar de hoje o *squat* ir para além deste aspecto. À ocupação do conjunto seguiu-se a recuperação dos edifícios e a implantação de uma creche, um centro cultural e moradias.

Com a política adotada pelo governo, em 1984, a *Regenbogenfabrik* firmou acordo de contrato temporário de aluguel, porém nunca pagou nenhuma das mensalidades acordadas. No mesmo ano, o parlamento decidiu comprar as instalações, o que só aconteceu em 1990. A partir de dezembro de 2011, a ocupação assinou um novo contrato, com prazo de 30 anos, legalizando-a e prevendo o pagamento de um aluguel para o distrito. Em 2013, os ocupantes tiveram que pagar um depósito para garantir que iriam cuidar dos edifícios, porém, para tal depósi-

to foi necessário um empréstimo, que ainda pagam devido à alta taxa mensal de juros⁸. Atualmente, o complexo conta com um café-restaurante, oficinas de bicicleta e de madeira, cinema e um albergue – com preços mais acessíveis do que os do restante da cidade.

A *Regenbogenfabrik* começou como uma maneira de se conservar um espaço que estava prestes a ser “engolido” pelo capital imobiliário. A ocupação atende diretamente às necessidades habitacionais, já que os preços dos imóveis em Berlim têm aumentado muito nos últimos anos⁹. Porém, hoje podemos entendê-la como uma forma alternativa de habitação, no sentido de que dezenas de pessoas vivem de forma coletiva e autogestionada, o que demonstra uma tentativa de suprir as necessidades mais radicais dos seres humanos.

De ocupação a *fristaden*: *Christiania*, Copenhagen

Em 26 de setembro de 1971, um grupo de jovens *hippies* ocupa um campo militar abandonado com cerca de 130 edifícios, localizado no centro de Copenhagen, após diversas tentativas (FALLESEN; HIND, 2014). Em pouco tempo a notícia se espalhou, e se iniciou uma migração de pessoas de toda a Europa para o antigo campo militar, proclamando a área como uma cidade livre (*Fristaden Christiania*, em dinamarquês, ou *Freetown Christiania*, em inglês). Menos de um ano depois, em maio de 1972, o Ministério da Defesa dinamarquês autorizou a utilização, pelos ocupantes, dos edifícios e terrenos da área pertencente ao Estado desde que se responsabilizassem pelo pagamento da eletricidade e da água. Em 1973, *Christiania* ganhou do governo o *status* temporário de “experimento social”. Em 1989, o *Christiania Act* foi aprovado pela maioria do parlamento, o que possibilitou o uso coletivo da área.

A “cidade livre” ocupa uma área de mais de 85 hectares e recebe mais de 1 milhão de visitantes por ano, sendo o segundo lugar mais visitado da Dinamarca. Aproximadamente 900 pessoas vivem ali, sendo que apenas um terço possui emprego fixo, enquanto o restante recebe ajuda da assistência social

8 Informações obtidas pela autora com Christine Ziegler, moradora de *Regenbogenfabrik* desde o seu início.

9 Em trabalho apresentado no *workshop* do SqEK, em 21 de maio de 2015, Andrej Holm apresentou dados que demonstram que *sites* de aluguel por temporada, em conjunto com outros fatores, são responsáveis pela gentrificação e o aumento dos preços de aluguéis, já que é mais interessante alugar para turistas do que para habitantes da própria cidade. A mesma situação ocorre em Barcelona, segundo ativistas *okupas*.

ou não possui renda oficial. *Christiania* é dividida em duas partes, uma central (“urbana”), na qual se encontra a maioria das antigas instalações militares, e outra parte com grandes áreas verdes, com caráter mais de campo, na qual os ocupantes construíram suas casas das mais diferentes formas e com diversos tipos de material.

A maioria dos serviços e atividades coletivas se aloja nos antigos edifícios militares, assim como parte dos moradores, enquanto outros construíram suas próprias casas. As formas de viver dos *christianites* (como são chamados os ocupantes) também são distintas: alguns vivem em casas somente com suas famílias, enquanto outros vivem em casas coletivas, com mais de uma família ou com grupo de amigos.

Desde o início, *Christiania* se baseia em princípios da democracia participativa, na forma de uma democracia descentralizada. Está dividida em 15 áreas geográficas – as áreas são bem distintas entre si, tanto em tamanho quanto em número de pessoas, sendo que algumas contam com mais de 80 habitantes e outras com menos de dez –, e os residentes de cada uma delas organizam encontros/reuniões (*områdemøde*, encontros da área), normalmente mensais, para discutir e decidir os problemas comuns de sua área; as decisões que afetam toda *Christiania* são levadas para o *fællesmøde* (encontro comunitário), a autoridade mais alta. Em ambos os modelos de reunião, as decisões são tomadas de forma consensual, ou seja, as discussões devem levar a um acordo comum.

De uma forma geral, a convivência na área é guiada por nove proibições: armas, drogas pesadas, violência, carros particulares, símbolos/emblemas de gangues de motociclistas, coleite à prova de balas, venda de fogos de artifícios, uso de sinalizadores e roubos.

Os *christianites* não gostam de falar no assunto, apenas ficam felizes – e orgulhosos – pelo banimento de drogas pesadas do local¹⁰. Entretanto, até hoje o comércio de “drogas leves” continua na *Pusherstreet* e no *Green Light District*, área que possui suas próprias regras: divirta-se, não corra e não tire fotos; sendo esta a área mais visitada de *Christiania*. Por vezes, a polícia de Copenhague atua na área ou em seu entorno, com intenção de inibir o tráfico, sendo o episódio narrado na citação acima um dos principais atos repressivos dos últimos anos, quando houve um grande número de apreensões e prisões. A polícia permane-

ceu por algumas semanas no local, em 2004, o que levou à mudança do ponto de local de tráfico para outros lugares em Copenhague. Pouco tempo depois o governo optou por tirar a polícia de *Christiania*. É interessante observar que parte das nove proibições de *Christiania* tem ligação direta com o tráfico de drogas, buscando preservar a calma na área¹¹.

Christiania conta também com imóveis comerciais como restaurantes, bares, mercearias, lojas, gravadora e galerias de arte. As bicicletas ali produzidas são famosas em toda Copenhague. Para os moradores existe também: uma loja de construção que conta também com materiais reciclados; uma casa de banho¹²; um posto de correio; além de berçário, creche, clubes de recreação e casa de jovens para as crianças.

É importante ressaltar que os *christianites*, ao contrário do que muitos pensam, pagam impostos ao governo dinamarquês, assim como pagam pela eletricidade, calefação e água. Ademais, os moradores também são os responsáveis por tarefas e serviços como creches, clubes de jovens, correios, coleta de lixo, reciclagem¹³ e manutenção da infraestrutura da área.

Os conflitos com o governo dinamarquês existem desde o início da ocupação e planos de legalização e normalização da área são elaborados frequentemente. Somente em 2012 os *christianites* decidiram aceitar a proposta do governo dinamarquês e compraram os edifícios e a área ocupada por 125 milhões de coroas dinamarquesas (aproximadamente 16,8 milhões de euros), sendo 40 milhões de coroas dinamarquesas deduzidas pelo compromisso de *Christiania* em renovar e manter as instalações de água, esgotos, eletricidade, direitos de passagem e espaços rurais. Uma Fundação – forma encontrada para possibilitar a compra do terreno, já que a legislação dinamarquesa não prevê a propriedade coletiva – foi criada para comprar *Christiania*, a partir de “ações sociais” e empréstimos. Atualmente, a parte central de *Christiania* já pertence aos moradores, que continuam a campanha de arrecadação para a compra do restante da área¹⁴.

11 Segundo Michael, o tráfico de drogas em *Christiania* está ligado ao *Hells Angels*, o que justificaria, por exemplo, a proibição do uso de emblemas de motoclubes, além da dificuldade em acabar com o tráfico no local e o medo dos habitantes em falar sobre o assunto.

12 A casa de banho (*badehuset*), que também inclui uma sauna, foi construída para suprir a ausência de banheiros em diversas casas de *Christiania*; hoje, porém, é utilizada mais como forma de sociabilidade.

13 Na *folkekokken*, toda quinta-feira, ativistas cozinham a partir de restos de alimentos jogados fora por restaurantes e lojas na noite anterior, sendo as refeições vendidas a baixo preço (FALLESEN; HIND, 2014).

14 Muitos dinamarqueses se recusam a ajudar na arrecadação

10 As informações sobre esse assunto foram obtidas pela observação da autora e também por conversas com *christianites* e Michael, um amigo dinamarquês que a acolheu, que frequenta *Christiania* há anos e que possui diversos amigos que ali vivem e trabalham.

Christiania, hoje, é considerada uma cidade livre – e por alguns a única cidade anarquista do mundo –, possuindo suas próprias regras, impostos e modos de decisão, por meio da autogestão. Ao longo dos anos sofreu inúmeras pressões para a desocupação do espaço, mas sempre as venceu, em grande parte pela relevância que a cidade livre alcançou dentro da própria sociedade e estado dinamarqueses, tornando-se parte integrante dessa cultura.

Assim como o caso do Vall de Can Masdeu, *Christiania* busca suprir as necessidades radicais das pessoas que a habitam, estando sempre em busca do valor de uso e não do valor de troca.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Salientamos alguns aspectos importantes acerca dos movimentos de ocupação. Primeiramente, as ocupações não são problemas urbanos e sim, antes de tudo, tentativas de solucioná-los. Como o capitalismo é a dominação de um sistema econômico específico sobre toda a sociedade, no qual o valor de troca supera o valor de uso, as desigualdades sociais e a existência de uma classe de hiperprecariados são necessárias para a continuidade do sistema.

Neste sentido, o ato de *okupar* é uma interferência direta nas operações capitalistas de acumulação e nas regras do mercado habitacional e urbano. Sendo assim, podemos entender as ocupações como um grande símbolo de oposição aos problemas causados pela distribuição desigual das riquezas e da especulação urbana desenfreada.

A questão das ocupações para moradia ainda sofre grande preconceito em diversas partes do mundo. Por vezes, os próprios ocupantes têm vergonha e medo de dizer que vivem em um imóvel ocupado – muitos até mesmo se consideram invasores. Entretanto, vimos que a ocupação por simples necessidade de moradia (ocupação por privação) é a mais comum e antiga configuração, estando presente em todo o mundo, porém, tomar ciência delas e, ainda mais, estudá-las é difícil.

Afirmamos, então, que uma das principais necessidades atuais para os *okupas* de todo o mundo é expandir o conhecimento acerca das ocupações, com intuito de diminuir o preconceito existente e aumentar o apoio e adesão aos seus movimentos. Desta forma, podem surgir redes espaciais, de solidariedade e de articulação.

por acreditar que a comunidade teria dinheiro suficiente para a compra devido ao intenso comércio de drogas, porém, este dinheiro se direciona aos traficantes e não aos ocupantes.

Acreditamos que as ocupações podem ajudar a conscientização e emancipação das pessoas, levando-as a exigir mais do que a satisfação das carências “não radicais”, entendendo, então, que as necessidades radicais são parte fundamental da vida do ser humano, a partir das características de transgressão, contra-hegemonia, contracultura e imaginação que podem ser observadas nas práticas internas dos movimentos de ocupação. Lembramos, ainda, que, ao contrário do que muitos supõem, as ocupações não são essencialmente ilegais, pois possuem amparo legal em diversos países. Porém, os ocupantes devem estar cientes de que sua luta também incluirá uma disputa jurídica e institucional, em especial em torno da determinação da função social da propriedade urbana.

Por fim, acreditamos que a ocupação de um imóvel ocioso é uma resposta direta ao fracasso do capitalismo e do estado de bem-estar, que não foram capazes de suprir as carências – sejam elas radicais ou não – da nossa sociedade.

REFERÊNCIAS

- AGUILERA, Thomas. Configurations of squats in Paris and the Ile-de-France Region. In: SQUATTING EUROPE COLLECTIVE. **Squatting in Europe: Radical Spaces, Urban Strugles**. Nova York: Autonomedia, 2013. Pp.209-230.
- BIDOU-ZACHARIASEN, Catherine. Introdução. In: BIDOU-ZACHARIASEN, Catherine (coord.). **De volta à cidade: dos processos de gentrificação às políticas de “revitalização” dos centros urbanos**. São Paulo: Annablume, 2006. Pp. 21-57.
- FALLESEN, Peter; HIND, Sulaima. **Fristaden Christiania**. Polônia: Nyt Nordisk Forlag Arnold Busck, 2014 (2ª ed.).
- HARVEY, David. **A justiça social e a cidade**. São Paulo: Hucitec, 1980.
- HARVEY, David. **Rebel Cities: from the right to the city to the urban revolution**. Londres: Verso, 2012.
- HELLER, Agnes. **Una revisión de la teoría de las necesidades**. Barcelona: Ediciones Paidós, 1996.
- HOLM, Andrej; KUHN, Armin. Squatting And Urban Renewal. In: SQUATTING EUROPE COLLECTIVE. **Squatting in Europe: Radical Spaces, Urban Strugles**. Nova York: Autonomedia, 2013. Pp. 161-184.
- KOWARICK, Lucio. **A Espoliação Urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- MARTÍNEZ, Miguel A. Squatters’ Movement in

- Spain. In: SQUATTING EUROPE KOLLECTIVE. **Squatting in Europe: Radical Spaces, Urban Strugles**. Nova York: Autonomedia, 2013. Pp. 113-138.
- MARTÍNEZ, Miguel A.; PIAZZA, Gianni; PRUIJT, Hans. Introduction. In: SQUATTING EUROPE KOLLECTIVE. **Squatting in Europe: Radical Spaces, Urban Strugles**. Nova York: Autonomedia, 2013. Pp. 11-16.
- MUDU, Pierpaolo. Resisting and Challenging Neoliberalism: In: SQUATTING EUROPE KOLLECTIVE. **Squatting in Europe: Radical Spaces, Urban Strugles**. Nova York: Autonomedia, 2013. Pp.61-88.
- NUNES, Edison. Carências urbanas, reivindicações sociais e valores democráticos. **Lua Nova**, São Paulo, n. 17, Jun. 1989. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451989000200005&lng=en&nrm=iso>. Acesso 14 jul. 2015.
- PRUIJT, Hans. Squatting in Europe. In: SQUATTING EUROPE KOLLECTIVE. **Squatting in Europe: Radical Spaces, Urban Strugles**. Nova York: Autonomedia, 2013. Pp. 17-60.
- Site da *Regenbogenfabrik*. Disponível em: <<http://www.regenbogenfabrik.de>>. Acesso 30 ago. 2014.
- SOUZA, Marcelo Lopes de. **Fobópole: o medo generalizado e a militarização da questão urbana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.
- VALL DE CAN MASDEU. **Qui Som**. Disponível em: <<http://www.canmasdeu.net/>>. Acesso 25 ago. 2014. ■



William Soto

Usos da cidade

O ensaio pretende mostrar as diversidades e os conflitos no uso da cidade, sua história, o uso precário de parte de setores da população, a existência de uma periferia que, inicialmente, diferencia-se e até antagoniza com o centro, mas que, depois, com ele se confunde, existindo uma espécie de periferização do centro. A intenção é destacar os trabalhos marginais que se incorporam no espaço caótico do urbano; como aqueles trabalhadores que, mesmo com chuva ou sol, aos sábados e domingos ou feriados percorrem as ruas da cidade de Pelotas, coletando latinhas e material reciclável. Pretende-se não só mostrar as tragédias e dramas da cidade, mas também a alegria e a fantasia dos artistas de rua e o uso do espaço urbano para o lazer.

Faz alguns anos que fotografo a cidade de Pelotas, no Rio Grande do Sul, cidade onde moro. Tenho percorrido seus lugares, seu centro, sua periferia e, como se diz aqui, o seu “interior”. A cidade de Pelotas é fascinante por seus contrastes e história. Seu esplendor

de outrora, produto da economia do charque, ainda permanece como resíduo nos seus prédios, nas residências das velhas elites, cópias de castelos europeus; nos seus antigos engenhos e fábricas em ruínas. Muitos destes prédios hoje estão sendo recuperados pela Universidade Federal de Pelotas. Na fotografia com o título Antigo porto, pode se observar o prédio do velho frigorífico Anglo que hoje ocupa a reitoria e vários cursos da UFPEL.

Alguns monumentos na cidade de Pelotas lembram a Europa, a torre do mercado central nos remete à torre Eiffel, o que mostra talvez certa importação cultural que alguns podem caracterizar de imitação. Fiz as fotografias principalmente na cidade de Pelotas, mas também fiz outras, como a do jogador de xadrez, no Uruguai e as dos artistas de rua, em Porto Alegre. Com as fotos que têm o título de Temporalidades, reflexo multiplicado do relógio da torre do mercado, assim como a foto Janelas do tempo, quis representar as diversas temporalidades do social que coexistem na cidade de Pelotas. ■

William Héctor Gómez Soto

possui graduação em Economia (Universidad Nacional Autónoma de Nicaragua), mestrado em Extensão Rural (Universidade Federal de Santa Maria) e doutorado em Sociologia (Universidade Federal do Rio Grande do Sul). Atualmente é professor associado da Universidade Federal de Pelotas. Realizou estudos de pós-doutoramento em sociologia na Universidade Federal de Rio Grande do Sul.

william.hector@gmail.com









Antonella Grieco

Na mesa da esperança

INTRODUÇÃO

O presente artigo visa discutir a realidade das cidades hoje em dia, no período do capitalismo neoliberal, por meio das teorias de três importantes autores das ciências humanas no século XX e começo do século XXI. São eles: um filósofo, Henri Lefebvre, um sociólogo, Pierre Bourdieu, e um geógrafo, David Harvey. Estes três autores muito discutidos hoje em dia nos vários campos das ciências humanas, produziram alguns conceitos fundamentais e muito úteis para entender as transformações e os conflitos sociais que têm ocorrido nas cidades do mundo como um todo, mas, de maneira mais dramática, nos países da periferia do sistema mundo.

Para tanto, foi escolhida uma cidade em particular, o Rio de Janeiro, sobre a qual serão feitas as reflexões com as teorias desses três ilustres autores. A escolha não se deve apenas por proximidade e comodidade, porque o artigo está sendo escrito a partir desta cida-

de, o nosso próprio programa de pós-graduação localiza-se nela. Mas também, sobretudo, porque nossa cidade tem seguido um modelo de gestão e de crescimento próprio desta atual fase do capitalismo global e que ocorreu também em outras cidades pelo mundo. Trata-se do modelo de fazer da cidade sede de grandes eventos (no caso, de eventos esportivos), e, assim, conseguir atrair investimentos e promover grandes reformas urbanas. A consequência tem sido, entretanto, bastante perversa, causando remoções, desalojamentos e violências. Esse modelo segue, por trás das propagandas oficiais, a lógica de benefícios para poucos e reveses para muitos.

O que é muita novidade para olhos inocentes repete, entretanto, estratégias comuns e históricas da urbanização sob o capitalismo, apesar de ter, sim, algumas formas novas. Os conceitos e teorias de nossos três autores ajudarão a identificar o que há de historicamente comum nesse modelo de gestão das

Antonella Grieco

possui graduação em História, tradição e inovação - Università degli Studi di Siena (2011), mestrado em Ética dos negócios, do consumo e da responsabilidade social - Università degli Studi di Siena (2013) e mestrado em História e Filosofia - Università degli Studi di Siena (2015). Doutoranda em Planejamento Urbano e Regional (IPPUR/UFRJ).

griecoantonella17@gmail.com

idades e o que há de novidade, assim como esboçar explicações sobre os conflitos e perversidades. O objetivo então será apresentar os conceitos e suas definições, chegando à discussão sobre as teorias dos autores, e também tentar comparar e fazer dialogar os diversos conceitos e teorias. Dessa forma, espera-se identificar diferenças e semelhanças na visão destes três autores.

O diálogo entre as teorias e os autores será feito de maneira pouco usual, para nosso costume acadêmico atual. Entretanto, foi uma forma muito comum entre os antigos gregos, especialmente em Platão. Será construído um diálogo hipotético entre estes autores, imaginado que eles estivessem conversando todos, num mesmo presente, numa dessas mesas de bar do Rio de Janeiro. O ambiente coloquial e a imaginação de conversa serviram para criar um ambiente mais coloquial e facilitar a imaginação de um diálogo entre os autores e teorias. O esperado é que, para os leitores, também se torne mais prazeroso.

ATO I: A CRIAÇÃO DA CIDADE COMO PALCO OU COMO ESPETÁCULO

David Harvey: É... mestre, acho que você estava mais do que certo!! Em pleno século XXI e, por causa da ocorrência da Copa do Mundo de futebol e das Olimpíadas, eventos tão propagandeados e comemorados por grande parte da população da cidade, acabou que muita gente foi desalojada e removida, muitas vezes com violência brutal...

Henri Lefebvre: Pois é... meu jovem, não foi o que já tinha dito? No capitalismo é assim: o valor de troca se impõe sobre o valor de uso, destrói e reconstrói a cidade de acordo com seus interesses! Desde o começo do capitalismo foi assim... Mas este modelo acentuou-se depois da Revolução Industrial e tornou-se maduro no século XIX, ao menos na Europa. A partir de então, a urbanização caminha nos passos da valorização do capital, enquanto as resistências não o subvertem!

David Harvey: E as transformações na cidade, e as resistências, aqueles que viviam na cidade ontem? Mudou alguma coisa hoje, no século XXI? Ou são semelhantes ao que ocorria no passado, no século XIX?

Henri Lefebvre: Digamos que a essência do processo é a mesma, mas o contexto socioeconômico e político é que é bem diferente!!... No século XIX, Haussman propôs a modernização de Paris, reestruturou uma

grande parte da cidade. Derrubou grande parte da cidade e, depois, construiu de novo! Processo que foi chamado de reforma urbana! As pequenas ruelas da Paris medieval, mutia habitada de pequenos mercadores, comerciantes, que vendiam serviços... cheia de vida, da gente circulando, foi demolida, para dar lugar aos grandes bulevares, imponentes, largos e embelezados por árvores dispostas harmoniosamente e artificialmente. O que estava se facilitando a circulação, não exatamente das pessoas e da vida, mas, sim, a circulação do capital. Transformou-se o espaço da Paris antiga para dar lugar a um mundo de consumo, dos artigos de luxo, da Belle Époque! E hoje, será que não podemos dizer que ocorre a mesma coisa?... Os pequenos comerciantes das ruas do entorno ao Boulevard Olímpico foram retirados... Aquela rua sabe? Caminho da Avenida Rio Branco para a Praça Mauá? Noutro dia vi uma entrevista de um camelô que tinha sua barraca ali e vendia alimentos. Ele dizia que não foi só removido, mas também sequer dirigido a outro local... Ele não recebeu nada!!...

David Harvey: Mestre, permita-me lembrar isso, tu é bem aí, reformador do marxismo, mas isso já tinha dito Rosa Luxemburgo. Isso é acumulação primitiva, mas com outros moldes...

Henri Lefebvre: Não discordo.

David Harvey: E esse nome? Boulevard Olímpico? Tu está mesmo certo, mestre! É quase a mesma coisa! Quase... Porque, agora, o nome é copiado, a arquitetura é copiada, tudo é cópia de várias épocas e contextos... tudo é *kitsch*. É a condição pós-moderna, a parte cultural que vai acima e legitima estes tempos móveis de acumulação flexível... A praça é palco para show agora, de graça, mas custou milhões... Na cidade de eventos, as empresas construtoras é que ganham, o capital é investido, deslocando temporariamente a crise, que virá... Ninguém vê, mas a praça é palco de um show de horrores...

Henri Lefebvre: Eu diria que é representação do espaço, ou espaços de representação... depois me explico melhor. Porque, olha só, além dos comerciantes, na região portuária da cidade, aquela que foi toda reformulada por uma ação fruto de uma parceria público-privada, também havia gente morando. Sim, era uma região antiga e abandonada da cidade, onde prédios antigos viraram casas populares, onde terrenos vazios viraram estacionamentos, onde o povo se apropriou porque vivia e trabalha naquela porção do espaço abandonada pelo detentores do dinheiro que visam apenas reproduzi-lo...

David Harvey: A gentrificação, certo mestre?... *Gentrification*, como dizem os americanos...

Henri Lefebvre: Que seja!... Pode-se pôr o nome que se quiser, mas a lógica é a mesma, o espaço agora é produzido segundo o interesse da reprodução do capital, o espaço tem valor. Pessoas se retiram, surgem os subúrbios, o Estado é chamado a planejar o espaço, mas o Estado não é neutro, ele usa de representações e concepções do espaço próprias desse espaço dominado pelo valor de troca. O estado participa da produção de um espaço social valorizado diferencialmente, segundo interesses da classe dominante, enquanto o povo, as pessoas que vivenciam realmente, circulam, trabalham, amam e sofrem no espaço, cria ligações com o espaço, mas fica à reboque... pois não tem tanto poder para produzir materialmente o espaço. E, assim, deslocado, tem que lutar depois para se virar num espaço que não produziram, e nem tem consciência de como foi produzido...

David Harvey: A fábrica é a cidade agora? A cidade do capital produziria então uma alienação espacial?

Henri Lefebvre: Sim, exato! O novo espaço produzido traz agora um mundo novo. Além de servir para investir os capitais excedentes, esse novo espaço criado em Paris criou o mundo do consumo, do consumo de luxo, da moda, da Paris fim de século, o modo de vida consumista que no século XX se espalhará pelo mundo. Há uma ligação dialética entre o simbólico e o concreto, e nosso obscuro objeto de desejo torna-se as mercadorias! Esse novo mundo nas cidades que surge com a modernidade capitalista é o mundo cotidiano, no qual tudo torna-se passível de ser consumido, mesmo o que até pouco tempo atrás ainda não era negociável: o tempo livre. O prazer, o tempo livre do trabalhador agora é preenchido com consumo, é o lazer. É isso que é a cidade: processo dialético, traz a tragédia pra uns, enquanto para outros é uma ótima fonte de prazer!

David Harvey: Sim, sim, a cidade-evento é exatamente isso! Eventos esportivos, Copa do Mundo e as Olimpíadas estão longe de serem eventos para promover a união entre os povos. São eventos para serem consumidos, como lazer. Pão e circo dos tempos modernos... Como um bom produto de consumo, só é permitido acesso às cerimônias de união entre os povos para que tem direito. Para quem não tem dinheiro resta ficar desunido... A cidade olímpica não é para todos.

Henri Lefebvre: Exato, há segregação social e espacial!!

David Harvey: Mas não há resistências!?... Os desalojados, os removidos reivindicam o seu direito à cidade. Não porque são leitores vorazes do senhor, mestre Lefebvre, mas porque habitam, trabalham, ajudam a construir e vivenciam a cidade, e por isso percebem que têm direitos!!

Henri Lefebvre: Sim, mas é claro! O processo é dialético. O valor de troca toma a cidade, mas na cidade há luta de classes. O mundo cotidiano do consumo faz com que os sujeitos percam a consciência sobre a produção da cidade, mas eles se apropriam e ocupam os espaços da cidade para se reproduzir, para reproduzir as suas relações sociais, de modo que não se resignam em serem expulsos, em serem deslocados. Os que vivenciam a cidade exigem o seu direito de estar e usar a cidade, exigem o seu direito à cidade. É a partir desta luta, agora urbana, e não mais somente dentro da fábrica, que os sujeitos têm a chance de retomar a consciência sobre a produção da cidade. A cidade é mais que esse show que é consumido!!

ATO II: DA PRODUÇÃO DAS CIDADES À PRODUÇÃO DA URBANIZAÇÃO MUNDIAL

David Harvey: Sim, mestre, esse produto seria como uma mercadoria, certo? Tem o fetiche e a alienação das relações de produção e do trabalho que foram necessárias para sua construção...

Henri Lefebvre: É quase isto, jovem! Tu é inglês, mas até que é inteligente!! A cidade é como um produto, a cidade... o espaço é produzido socialmente! É então um espaço social. A palavra produção tinha um sentido mais amplo entre os filósofos antes de ser restrita pela discussão dos economistas políticos. A humanidade produzia cultura, linguagens, mitos, além de produtos materiais frutos do trabalho. Com os economistas políticos ingleses, o termo produção é usado com uma restrição de significado, apenas referindo-se à produção material. Marx usa mais este último significado...

David Harvey: Visão materialista...

Henri Lefebvre: Sim, mas é um materialismo dialético! Existe a produção de ideias, de cultura, mas toda esta produção tem um vínculo estreito com o mundo material, um influenciado o outro, uma relação dialética... mas o espaço não é um produto como qualquer outro. Não é produzido de maneira completa como numa fábrica, não existe na cabeça do dono

da indústria ou do engenheiro antes, não de maneira completa... Mas ainda assim muitos trabalhadores trabalharam para produzi-lo ao longo da história. A Veneza antiga é também como se fosse uma obra de arte. Mas ninguém a pensou sem sua totalidade e a executou. Foi um processo fragmentado, tendo muitos arquitetos pensado algumas construções... e muitos trabalhadores executando o trabalho, tendo uma expropriação do trabalho aí, tal como produto fabril, apesar de não sê-lo. E, no entanto, ao longo da história, foi sendo constituída uma certa concepção do espaço, foi-se cristalizando uma visão arquitetônica e urbanística, que foi dar no urbanismo de hoje em dia. De tal modo que, no mundo moderno, o espaço passa a ser produzido por especialistas com uma certa concepção do espaço, os arquitetos e urbanistas, escondendo o ato de que este espaço construído é um espaço capitalista, gerador do mundo cotidiano, do consumo dirigido, em que o Estado se alia às classes dominantes capitalistas, injetando o capital excedente por meio do capital financeiro....

David Harvey: E, assim, evita as crises econômicas....

Henri Lefebvre: Não diria evitar, meu jovem, mas esconder.... A crise do capital virá... mas mediada pelos sujeitos, pois o processo todo é dialético! Gera a alienação espacial, mas também gera o direito à cidade e as lutas sociais! Veja o que ocorreu em maio de 1968! O mundo do consumo foi posto em xeque! O estado burocrático foi confrontado! Explosão de paixão, a irrupção!! A cidade do capital não é o mesmo que o urbano. O urbano tem poder liberador e a sociedade caminha para a revolução urbana. A cidade capitalista é uma prisão, mas carrega os germens da libertação: o urbano!

David Harvey: Decerto, mestre, mas o mundo se complexificou bastante desde lá! A geração da contracultura foi engolida pela indústria cultural, novamente, e a urbanização subiu escalas! Hoje ela é mundial, e hoje a maior parte da população é urbana, sim, mas está nas favelas das grandes metrópoles da periferia!! Desde o fim do século XIX, com a reforma urbana de Paris, a urbanização subiu algumas escalas. Em Nova York do começo do século XX, ela se repete ampliadamente e passa a ser uma urbanização metropolitana, sendo os subúrbios muito mais distantes e envolvendo mais do que a cidade, mas as cidades do entorno. Depois, com a infraestrutura de transportes, a urbanização passa a atingir todo o território americano, e o consumo se espalha, o consumo de massas, american way of life! Mais tarde, o consumo dos EUA passa a sustentar o crescimento

de todos os países do mundo, por meio do seu próprio endividamento interno!!

Henri Lefebvre: Boa, jovem, desvendando o enigma do capital...

David Harvey: E as crises hoje em dia? Tornaram-se mundiais!! Uma coisa, mestre, tu mostrou muito bem, e eu confirmo que, durante a década de 1980 e 1990, isso se repetiu! Sempre próximo aos períodos de crise do capital, houve momentos de grande especulação imobiliária... além disto, a produção do espaço com tal só foi possível devido à grande financeirização da economia. Para entender o que se passa hoje é preciso lembrar que vivemos em um período com maior financeirização da economia, permitida inclusive pela revolução nos meios de comunicação e de informação e consolidada por uma política imperialista do poder hegemônico global, só EUA. A acumulação flexível dessa globalização neoliberal que foi nos imposta, até militarmente, é um desenvolvimento geográfico desigual, porque o capital especulativo passa a ser mais rentável do que algum capital produtivo ficado em algum país. Os que ainda permanecem, ligados a esse mundo financeiro, jogam o jogo neoliberal de buscar rentabilidade ou ir para outro lugar do mundo mais rentável, ou em que haja menos leis trabalhistas e garantia de um mercado consumidor... passam a ocorrer sucessivos ajustes espaciais. Mas se não se investe, e o capital excedente? Ele é deslocado temporalmente por meio da construção de novas estruturas, novos espaços... o fordismo foi só uma forma em que isso ocorreu de maneira mais sistemática, mas essa sempre foi uma estratégia do capitalismo na cidade: criar espaço para escoar o excedente. A diferença é que a escala hoje é mundial!!

Henri Lefebvre: Se esse capitalismo se recriar, hein, jovem!?

David Harvey: É... mestre, os espaços do capital tornaram-se mundializados, a urbanização conquistou o mundo! Mas, hoje, a maior parte é favela, construções precárias de grandes metrópoles dos países subdesenvolvidos! Assim como o Rio de Janeiro, onde a maior parte da população vive nas periferias, num subúrbio que não é mais o da elite, de ontem, mas o das favelas sem serviços básico!! Mundializa-se a miséria urbana!!

Henri Lefebvre: Caraca, jovem!... Sabe que peguei um táxi outro dia e comecei a trocar ideia com o cara, dizendo que eu também já fui taxista, e o homem me disse que "o Rio de Janeiro era uma grande

favela com algumas ilhas de cidade no meio!” Agora entendo o que ele quis dizer....

ATO III: CONTRADIÇÕES NOS LUGARES.... E A ESPERANÇA

Pierre Bourdieu: Salut, mes amis!! Sobre o que vocês falam, sobre a miséria do mundo?! Deste tema eu entendo!

David Harvey: E aí, seu Bourdieu?! Como vai esse nosso ofício de sociólogo?! Na verdade, meu caro, estávamos falando mais do espaço, mais da Geografia...

Pierre Bourdieu: Mas se falavam sobre a sociedade, eu entendo também. Aliás, acho que a Sociologia tem até mais a contribuir... porque, sabe, falar da sociedade é o campo da Sociologia. A Geografia é uma ciência datada, parou no tempo...

David Harvey: Olha, seu Pierre, sei bem desse seu problema com a Geografia, e eu nem estou mais ligando pra essa divisão de disciplinas, mas a Geografia tem o seu legado e contribuição.

Henri Lefebvre: O pensamento não pode ser disciplinar, isso é apequenar o pensamento com mesquinhas das instituições.

Pierre Bourdieu: Talvez, mas eu tenho minha própria teoria do espaço, e vocês podem ver como ela é consistente...

David Harvey e Henri Lefebvre: Certo, então diga lá, seu Pierre!...

Pierre Bourdieu: Oie, por moi c'est comme ça: a sociedade é uma intersecção de campos, que se sobrepõem com suas regras próprias e seus jogos de força. Cada campo é um jogo que contém suas relações de força, e estas baseiam-se nos diferentes capitais que cada agente consegue acumular. Sim, muitos capitais, porque além do capital propriamente dito, este de que Marx falava, para mim existe diferentes tipos de capital simbólico. E a sociedade é um espaço social com gradação entre diferentes posições, cada qual com seu grau de capital que lhe garante o poder. O espaço social está sobre o espaço físico, e a apropriação das pessoas sobre essas coisas físicas, que fazem elas adquirirem valor social e participarem do jogo de relações... Assim, acaba que cada lugar do espaço físico corresponde a um lugar social.

Henri Lefebvre: Muito boa sua teoria, seu Pierre, mas eu já falava de apropriação simbólica há um tempo...

Pierre Bourdieu: O segredo são os capitais simbólicos que fazem as distinções sociais!... Marx não fala de capital simbólico, e ele é fundamental para entender as relações sociais na cidade, porque são centrais para determinar as relações de poder! Pois vejam só: o que dificulta as coisas para quem nasce longe das áreas privilegiadas é que a convivência com outros que não possuem capital simbólico só abaixa ainda mais seu capital. Ao contrário, a vizinhança com outros que também têm muito capital simbólico valoriza ainda mais o capital do lugar. Olhe bem, é só comparar Botafogo com Complexo do Alemão! A existência de cinemas, de museus, de gente que frequenta museus e cinemas, de gente que frequenta escritórios e faz compras no shopping são como capitais simbólicos que se sobrepõem e aumentam o capital do lugar e de quem está próximo. Por outro lado, a vizinhança no Alemão, de gente sem capital simbólico, a ausência de museus, de universidades, de universitários... e a convivência com traficantes, tudo isso só piora o capital das pessoas que moram em uma das comunidades do Complexo da Maré...

Henri Lefebvre: Certo, estou entendendo seus argumentos, seu Pierre, mas você não está esquecendo de algo, não?... E o poder do encontro que a cidade pode proporcionar? E a riqueza da convivência com a diferença, que a própria cidade cria?... Além do mais, as pessoas usam e habitam outros espaços da cidade, às vezes espaços que não foram criados para elas, e revalorizam estes espaços, se reapropriam destes espaços!!

Pierre Bourdieu: Certo, camarada Lefebvre... mas é preciso não subestimar o poder simbólico! Ele é poderoso...

David Harvey: Oh, caros franceses!, permitam um inglês-americano interromper a discussão, mas creio que entendo a visão de seu Pierre sobre o capital simbólico e a discussão sobre posição social no espaço relativo, afinal, o espaço é relacional, certo? Mas queria contribuir tentando fazer uma síntese, ou com um elemento novo... É verdade que existem esses campos, mas é preciso considerar o poder de gente nos lugares subverter a coisa toda. Por exemplo, criar uma outra ordem social invertida, uma outra “situacionalidade” e outra “posicionalidade” por meio da criação de ilhas dentro do espaço social. Foucault já discutiu isso, quando falou das heterotopias, espaços

com regras diferentes das do entorno... E isto existe e sempre existiu! Vejam o que a mobilização da Vila Autódromo conseguiu!! Vejam os coletivos, o Comitê Popular da Copa e das Olimpíadas! A meu ver, o grande problema é na verdade como superar a fragmentação e juntar as várias organizações contra-hegemônicas nos lugares...

Pierre Bourdieu: Tenho minhas dúvidas... Não estou assim tão certo disso.

Henri Lefebvre: Oh... seu Pierre, acho que o jovem está certo, e que você deixou-se influenciar muito pelo estruturalismo!... Faltou dialética na sua lógica! E tu, jovem, eu diria que trata-se mais do poder da comuna, que habita ainda a cidade e terá o papel de subverter a ordem. Foi assim na Comuna de Paris!! Será assim hoje!! É só pensar qual o maior movimento social do Brasil? E se algo próximo dele começar a demandar o urbano?! A história falará...

CONCLUSÃO

Este artigo pretendeu usar uma forma lúdica para dialogar as teorias de três importantes autores sobre a cidade, especialmente comentando o que ocorre no Rio de Janeiro. A forma brincalhona não dispensou, porém, a tentativa de confrontar as ideias dos autores. Se David Harvey usa muito as ideias de Henri Lefebvre, e podemos dizer até que hoje tornou-se um seguidor, não se pode desconsiderar que ele traz inovações e interpretações muito atuais. A realidade das cidades atuais hoje liga o mercado financeiro com a valorização dos preços das terras, haja vista a crise financeira de 2008 e a sua ligação com os subprimes e as hipotecas nos EUs.

O direito à cidade ressurgiu no começo do século XXI como um slogan dos próprios movimentos

sociais e não exatamente por referência ao filósofo. Mais por conta da espoliação do processo de acumulação nas cidades e a diferença que cria entre os que podem usufruir dos benefícios e serviços, e aqueles que só observam e trabalham para ajudar a construir esses serviços. Isso quando conseguem trabalho dentro do sistema. A força da inércia, do poder simbólico dificultando as transformações e tornando mais forte as estruturas, não pode impedir a visão da mudança e da esperança. Juntar o avanço de cada um dos autores para que isso ocorra é um dever e também um objetivo do presente artigo.

BIBLIOGRAFIA

- CHIODELLI, Francesco. La cittadinanza secondo Henri Lefebvre: urbana, attiva, a matrice spaziale. **Territorio**, 2009, n.51, pp.103-109. Disponível em: http://www.lessisless.it/materiali%20univ/2009_TER-RITORIO_cittadinanza_Lefebvre.pdf. Acesso em: 18 ago. 2016.
- HARVEY, David. **Le capitalismo contre le droit à la ville**. Néolibéralisme, urbanisation, résistances. Paris: Editions Amsterdam, 2011.
- _____. **Espaços da esperança**. 2 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2006.
- _____. **A condição pós-moderna**. Uma pesquisa sobre as origens da Mudança Cultural. 21.ed. São Paulo: Edições Loyola, 2011.
- LEFEBVRE, Henri. **O Direito à Cidade**. São Paulo: Centauro Editora, 2001.
- BOURDIEU, Pierre. Efeitos do lugar. In: BOURDIEU, Pierre. (coord.) **A miséria do mundo**. Petrópolis: Vozes, 2008.
- _____. **Os usos sociais da ciência**: por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: Editora Unesp, 2004. pp. 159-166. ■

Mahatma Ramos dos Santos

O congelamento de gastos como ameaça à cidadania

impactos do ajuste sobre a política de valorização do salário mínimo no Brasil

Em outubro de 2016, tomados pela urgência de se aprofundar nos temas que dominavam o debate público, discentes, docentes e técnicos do IPPUR/UFRJ mobilizaram-se para debater criticamente a atual conjuntura política brasileira, formando o coletivo Mobiliza IPPUR. Com o intuito de incentivar as trocas e os diálogos, foram organizadas atividades em parceria com os estudantes que ocupavam as unidades da UFRJ e outros grupos, acadêmicos e não acadêmicos, que se mobilizavam contra as medidas retrógradas da agenda política. Envolvendo especialistas e instituições que ultrapassam o âmbito acadêmico, os debates promovidos abarcaram uma pluralidade de temáticas, tais como: os movimentos de luta pela moradia; a financeirização das terras urbanas; a democratização da mídia; as estratégias contraneoliberalizadoras; o licenciamento ambiental e a violação de direitos; a relação entre a religião e a política. O aprofundamento de alguns destes temas se deu no interior de três grupos de trabalho, “Austeridade e Crise Fiscal”, “Habitação” e “Estado”, que resultou na organização de oficinas, na produção de materiais e na realização de entrevistas com especialistas.

Nesse contexto, o grupo de trabalho “Austeridade e Crise Fiscal” debruçou-se sobre o conteúdo e os desdobramentos das políticas de ajuste e congelamento de gastos públicos recentemente aprovadas e identificou

que elas não apenas atingirão diretamente as políticas sociais, mas também terão impacto significativo sobre a política de valorização do salário mínimo – esta que, nos últimos anos, tem se mostrado central para a melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores em geral, e pela sustentação de patamares mínimos de cidadania no Brasil. Para debater este tema ainda pouco explorado na atual conjuntura, o Mobiliza Ippur e a professora Hipólita Siqueira (Ippur/UFRJ) estiveram no Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), instituição ligada aos movimentos sindicais que acompanha historicamente o debate sobre o salário mínimo no Brasil, e conversaram com o sociólogo e técnico do Dieese, Mahatma Ramos dos Santos, no dia 19 de dezembro de 2016. A entrevista abordou a importância do salário mínimo para os trabalhadores e para a dinâmica macroeconômica, os possíveis impactos da PEC 55 no cálculo anual do seu reajuste e as relações do tema com a proposta do atual governo para a Reforma da Previdência. Com este diálogo esperamos contribuir para o debate sobre como o ajuste fiscal deve deteriorar o nível de renda, afetando as condições de vida e aumentando a desigualdade no país nos próximos anos.

Hipólita: De maneira geral, o objetivo da entrevista é elucidar algumas questões sobre o salário mínimo no Brasil,

Entrevista realizada por

Hipólita Siqueira

Professora do IPPUR/UFRJ e doutora em Desenvolvimento Econômico pela Unicamp.

hipolitaufrj@gmail.com

Mahatma Ramos dos Santos

é técnico do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (Dieese), sociólogo formado pela USP e mestrando em Sociologia pelo PPGSA-UFRJ.

mahatma@dieese.org.br

mas antes de falarmos sobre o período mais recente eu gostaria que você recuperasse um pouco a trajetória histórica do salário mínimo, desde a sua criação durante o governo Vargas.

Mahatma: Bom, o Dieese tem uma tradição de acompanhamento e discussão sobre o salário mínimo e a renda mínima no Brasil, tema que surge como demanda dos trabalhadores na década de 1920, mas cuja regulamentação aparece primeiramente como um anteprojeto de lei da FIESP, em 1930. Dados os grandes movimentos de trabalhadores do início do século passado, a regulamentação do trabalho e racionalização das relações de trabalho tornou-se uma demanda do setor empresarial, principalmente, dos industriais. O objetivo era garantir segurança jurídica e política ao projeto de desenvolvimento nacional em curso, e capitaneado por Getúlio Vargas. Em 1940, quando o salário mínimo foi instituído no Brasil, ele não era um piso único e nacional, mas regionalizado. Seu debate estava no bojo da discussão da legislação trabalhista, que à época foi objeto de estudo do Ministério do Trabalho sobre condições e custo de vida mínimo no Brasil de maneira regionalizada. Como resultado desta pesquisa, o Brasil foi dividido em 50 regiões diferenciadas por padrões mínimos de consumo e suas quantidades, respeitadas as variantes regionais. A partir desta discussão, foram instituídos 14 pisos regionais no Brasil, quando da criação do salário mínimo, em 1940. Desde então, o número de pisos foi sendo reduzido até sua unificação. A Constituição de 1988 definiu um piso nacionalmente unificado para adultos rurais e urbanos, capaz de satisfazer alguns direitos básicos do trabalhador e sua família¹. Vale ressaltar que somente a partir da Constituição de 1946 foi regulamentada a necessidade de satisfazer os direitos da família, e não apenas do trabalhador.

Hipólita: Qual é a importância do salário mínimo para os trabalhadores brasileiros? Qual é o percentual da população ocupada que recebe esse piso oficial?

Mahatma: Segundo o Dieese, em 2015, cerca de 47 milhões de pessoas no Brasil recebiam o piso nacional, fossem elas trabalhadoras assalariadas ou seguras da Previdência Social – aposentados, pensionistas, desempregados etc. Esta ampla abrangência social é um aspecto fundamental do salário mínimo e revela sua importância como política pública de Estado. Em um país desigual como o nosso, em que o mercado de trabalho é caracteristicamente marcado por ocupações de baixa remuneração e qualificação, o salário mínimo se torna uma política pública basilar para construção e manutenção de um patamar

mínimo de cidadania no Brasil.

Hipólita: Quando se estuda o mercado de trabalho brasileiro, em termos do nível de rendimentos, é comum afirmar que o salário mínimo é um “farol” para os rendimentos dos trabalhadores. Com base nesta constatação e considerando o percentual da população que recebe o piso mínimo, durante os governos de Lula, houve um intenso debate envolvendo sindicatos, políticos e academia sobre a necessidade de implantação de uma política de valorização do salário mínimo. Esta política de valorização foi transformada em lei mais recentemente. Quais foram seus impactos para o rendimento médio dos trabalhadores brasileiros?

Mahatma: Para falarmos da política de valorização do salário mínimo é preciso retomar a história do seu valor. O salário mínimo, com exceção dos anos 1950, nunca recuperou o poder de compra do momento de sua criação, em 1940. Como foi essa trajetória histórica? Iniciou-se com uma queda de cerca de 50% em seu poder de compra, entre a data de sua criação e os primeiros anos de 1950. A partir de 1952, o salário mínimo experimentou forte valorização, alcançando seu maior valor real histórico ao final da década de 1950. Após o golpe civil-militar de 1964, no entanto, o valor real do salário mínimo foi severamente rebaixado até 1974, quando voltou a valer o equivalente a 50% do seu poder de compra original, ainda que no final do período militar houvesse uma leve recuperação do seu poder de compra. Na década de 1980, o salário mínimo experimentou, novamente, expressivo rebaixamento de seu poder de compra, chegando a cerca de 20% de seu valor original em 1993. A partir do Plano Real, nota-se um período contínuo de valorização do salário mínimo, até 2006, como uma política de governo e desde então como política de Estado. Segundo os cálculos do IBGE e do Ministério do Trabalho, o salário mínimo registrou valorização real de 142%, entre 1994 e 2016.

Hipólita: Na segunda metade dos anos 1990, a valorização do salário mínimo teve a ver com a política de estabilização econômica. Mas, durante os governos Lula, foi crucial a adoção de uma política deliberada de valorização desse rendimento.

Mahatma: Sim, isso é fruto também do processo de estabilização econômica, mas, sobretudo, fruto de uma política de Estado e de um momento de crescimento econômico. A partir de 2003, com a entrada do governo Lula e do Partido dos Trabalhadores no governo federal, percebemos que houve uma expan-

são do espaço institucional e da participação da sociedade civil na formulação de políticas públicas. Neste momento, o debate com diversos setores sociais, sobretudo, com as centrais sindicais amplia-se. E é nesta conjuntura institucional que se cria um ambiente propício pra discussão de uma política de valorização do salário mínimo.

A Política de Valorização do Salário Mínimo é produto de uma negociação quadripartite – trabalhadores, aposentados, empresários e Estado –, resultante de uma série de cinco marchas à Brasília, organizadas de maneira unificada por seis centrais sindicais. Esta mobilização ficou conhecida como a “Marcha da Classe Trabalhadora” e iniciou-se em 2004. Uma das suas principais reivindicações foi uma política institucional de valorização do salário mínimo. Após 2006, foi implementada a política de valorização do salário mínimo, que, ao menos na minha interpretação, foi resultado de uma pressão organizada do movimento sindical, somada a uma abertura institucional maior no governo à época. É preciso destacar que a força política necessária à efetiva implementação dessa política foi resultado da organização de maneira unitária de grande fração do movimento sindical nacional, a qual o Dieese considera como um momento histórico singular. Um dos poucos momentos em que houve uma unidade na formulação e ação das centrais sindicais em torno de uma política pública de valorização do salário mínimo. Desde 2006, o salário mínimo nacional registrou valorização real – acima da inflação – de cerca de 77%, quando comparado ao INPC-IBGE. E os ganhos nos rendimentos do trabalho são notáveis.

Hipólita: Os resultados das medidas dos governos do PT no Brasil fomentaram um intenso debate sobre as políticas de transferência de renda, como o Bolsa Família, e outros programas sociais que foram importantes para a redução da pobreza e das desigualdades de renda. Mas há vários estudos mostrando que não foi só isso: a política de valorização do salário mínimo teve grande importância no que se refere à redução da pobreza e à minoração das desigualdades de renda, bem como para a melhoria da dinâmica econômica.

Mahatma: O salário mínimo, para além desta característica de definir o preço mínimo da mercadoria trabalho e, consequentemente, os patamares mínimos de cidadania, também cumpre importante papel na dinamização e no crescimento econômico, principalmente, do mercado interno de consumo. Nos últimos anos, a valorização do mínimo, associada à maior formalização do mercado de trabalho, foi fator indutor do crescimento econômico e do desenvolvimento regional, guardadas as singularidades de cada

região. Por exemplo, em 2015, cerca 47 milhões de brasileiros tinham rendimentos – salários ou benefícios previdenciários e assistenciais – referenciados no mínimo nacional. Em um país com o padrão de distribuição de renda tão desigual como do Brasil, a importância de garantir a vinculação dos benefícios previdenciários ao mínimo é fundamental para milhões de chefes de família, principalmente naqueles domicílios chefiados por aposentados. A renda proveniente de aposentadorias ou outro benefício regular e garantido pelo Estado tem forte peso no comércio local, nível de consumo das famílias e na sobrevivência dos dependentes desses aposentados.

Hipólita: O Dieese presta importante serviço à sociedade brasileira fazendo cálculos sobre o “salário mínimo necessário”, vinculado à cesta básica. Gostaria que você falasse um pouco sobre como é feito este cálculo e quão distante nós estamos, ou não, deste salário mínimo necessário.

Mahatma: O movimento sindical e o DIEESE veem o salário mínimo necessário como um instrumento político e de denúncia. Primeiro, devido ao baixo valor do próprio salário mínimo e, segundo, dos baixos patamares de remuneração no Brasil. Como é calculado o Salário Mínimo Necessário no Dieese? O Dieese, desde 1959, realiza pesquisa da cesta básica, que hoje abrange 18 capitais no Brasil. O cálculo do salário mínimo necessário se baseia na prescrição constitucional de que o salário mínimo deve atender as necessidades básicas do trabalhador e de sua família, e no Decreto 399, que define que o gasto com alimentação de um trabalhador adulto não deve ser inferior à Cesta Básica de Alimentos. Partindo da hipótese de que a família média no Brasil é composta de dois adultos e duas crianças, e que estas duas crianças consomem o equivalente a um adulto, a família brasileira, para o Dieese, portanto, teria, em média, 3 adultos. A partir daí multiplica-se o valor da maior cesta básica apurada no mês de referência por 3 e, por fim, considera-se que o valor dessas três cestas deve representar 35,71% do gasto total de uma família – com base na Pesquisa de Orçamento Familiar realizada pelo DIEESE em 1995. Ao cabo, o valor do Salário Mínimo Necessário equivale ao custo total de uma família de três pessoas, do qual 35,71% deve equivaler ao seu custo total com alimentação. A título de exemplo, a maior cesta básica apurada em novembro de 2016 foi a de Porto Alegre (RS) e seu custo era de R\$ 469,04. Com isso, o valor do Salário Mínimo Necessário deveria ser de R\$ 3.940,41, ou seja, 4,48 vezes maior que salário mínimo atual – R\$ 880,00.

Hipólita: No que se refere aos impactos da valori-

zação do SM para os gastos governamentais não há uma correspondência direta, uma vez que esse não é um gasto direto do Estado. Porém, como você comentou, os benefícios da Previdência Social estão vinculados ao salário mínimo. O Dieese tem feito análises sobre a PEC 55 e seus impactos na política de reajuste do salário mínimo? Como ele seria afetado?

Mahatma: O Dieese tem uma forma de publicação denominada de nota técnica. Neste ano, o Dieese já produziu notas técnicas a respeito da PEC, da reforma orçamentária e fiscal do União e também sobre a Reforma da Previdência. Inclusive, o Dieese assessoria as centrais sindicais na discussão destes temas. O que está em debate no Brasil é o papel do Estado no desenvolvimento do país, o qual se revela a partir da disputa em torno do orçamento público e distribuição da riqueza nacional. Para o Dieese, o ajuste fiscal promovido pela PEC 55, que passa a vigorar a partir do ano que vem e cuja lógica já foi incorporada à proposta orçamentária de 2017, não é uma solução para a retomada do crescimento e do desenvolvimento econômico do Brasil. A solução proposta de ajuste fiscal revela um diagnóstico errado do governo em relação ao problema fiscal. Do ponto de vista de parte do movimento sindical, essas políticas de ajuste estruturais, quando restritas às despesas primárias, isto é, quando desconsideram as despesas financeiras – despesas com a dívida da união e o custo do seu serviço de rolagem – não resolvem o problema da estagnação e desemprego. Na verdade, o aprofundam e reduz a capacidade do Estado de fornecer serviços públicos de qualidade.

Hipólita: E qual seria o impacto disso na política de valorização do salário mínimo?

Mahatma: Primeiro, a política de valorização do salário mínimo, implementada em 2006 e que começou a vigorar em 2007, tem validade prevista até 2023. Desde 2011, esta política deixou de ser determinada por medidas provisórias e transformou-se em lei (12.382/2011). Em 2015, tal lei é revalidada e ainda é prevista nova revisão para 2019. A política de valorização do salário mínimo estabelece uma fórmula de reajuste acordada entre as entidades de representação patronal, o governo e as representações laborais, em negociações quadripartites, entre 2004 e 2006. Ela estabelece que o valor do salário mínimo seja reajustado de acordo com a variação do INPC do exercício anterior, ou seja, do ano anterior, acrescido, a título de ganho real, da variação do PIB de dois anos atrás. Por exemplo, como nós estamos numa conjuntura de recessão econômica pelo segundo ano



consecutivo, não haverá ganho real no reajuste do salário mínimo em 2017. Isto permite que o atual governo afirme que essa PEC 55 não afetará a política de valorização do salário mínimo. Isto porque, na prática, como não houve crescimento em 2015 e 2016, não haverá ganhos reais no salário mínimo até 2018, quando finda seu governo, respeitando-se a fórmula vigente. O salário mínimo será reajustado apenas pela inflação, exatamente como limita a PEC. A PEC 55 limita os gastos com despesas primárias do governo e a criação de despesas obrigatórias no caso de descumprimento do limite estabelecido. Os benefícios previdenciários – despesas obrigatórias – são vinculados ao salário mínimo, isto significa que todos os beneficiários da previdência não precisarão ser reajustados acima da inflação. Contudo, o atual governo de Michel Temer foge ao debate sobre qual será a política de reajustes do salário mínimo a partir de 2019, tampouco se ela será revalidada e continuará a existir até 2023. E chegou a afirmar que a PEC não impactará na política de valorização do salário mínimo, o que é mentira no longo prazo. Apesar de ser impossível projetar a variação do PIB para os próximos anos, sabe-se que políticas de ajustes fiscais são recessivas e, por isso, deverão impactar negativamente todas as políticas sociais do Estado brasileiro, inclusive essas de renda mínima.

Hipólita: As medidas de ajuste fiscal constantes nessa PEC nunca foram testadas em nenhum outro país, é algo inédito no mundo. Caso tenhamos um período de 20 anos de não recuperação do poder de compra do salário mínimo, quais serão os segmentos da população mais afetados?

Mahatma: Bom, quando olhamos para o mercado de trabalho no Brasil – mercado de trabalho formal e informal –, os dados da PNAD revelam que, em 2015, cerca de 25% dos ocupados percebiam remuneração de até 1 salário mínimo, e aproximadamente 37% dos ocupados no Brasil tinham rendimento entre 1 e 2 salários mínimos. No mercado formal de trabalho – no qual encontra-se cerca de metade

dos trabalhadores brasileiros, segundo dados da RAIS (Relação Anual de Informações Sociais) –, nota-se, em 2015, um quadro pouco melhor: apenas 5,4% percebem salários de até 1 salário mínimo, enquanto, aqueles que percebem entre 1 e 2 salários mínimos representam 49% dos vínculos formais. Estes dados revelam, primeiro, os baixos salários praticados no mercado de trabalho formal (e, por consequência, no mercado informal), e, segundo, a necessidade de valorização do trabalho através da melhoria de suas condições, o que inclui elevação do valor real da remuneração média. Na ausência de políticas públicas neste sentido, a deterioração dos níveis salariais será ainda maior.

Hipólita: E também há uma conjuntura muito desfavorável ao dinamismo do mercado de trabalho. Desde 2015, os indicadores demonstram que estamos vivendo uma forte retomada do desemprego.

Mahatma: O cenário mais recente de aumento do desemprego afetou as negociações dos reajustes salariais e também dos pisos salariais. O maior nível de desemprego reduz a capacidade de mobilização dos trabalhadores. Aquele trabalhador que continua empregado e percebe a deterioração da conjuntura, sente-se mais fragilizado, o que, independente do seu nível de conscientização, dificulta sua participação em mobilizações, sejam elas restritas à sua categoria ou mais gerais. O crescimento do desemprego é sinal negativo para aquele trabalhador do mercado formal, pois aumenta o exército de reserva e a rotatividade, dois fatores que normalmente contribuem para queda na remuneração média do trabalho. O cenário é ainda pior para o trabalhador informal, cujo nível de precarização é maior. O ajuste fiscal promovido pela PEC aprofunda esse cenário negativo. Os beneficiários da seguridade social, principalmente os aposentados, também serão penalizados. A alta da inflação de alimentos e a desvalorização do real frente ao dólar, vista em 2015, elevaram o custo de vida e empobreceram os aposentados e outros beneficiários da previdência. Além disso, é preciso destacar entrada da Reforma da Previdência como prioridade na pauta do atual governo.

Hipólita: Pensando especificamente na proposta de Reforma da Previdência, que é catastrófica em termos sociais, gostaria de finalizar esta entrevista discutindo um pouco mais sobre essa relação entre salário mínimo e benefícios previdenciários, já que a proposta é a de desvincular o salário mínimo, por exemplo, de benefícios como o BPC – Benefício de Prestação Continuada. Com a desvinculação, esses beneficiários não receberiam nem o salário mínimo, e isto seria

muito negativo pois estes são benefícios importantíssimos para a redução das desigualdades de renda e para o aumento da solidariedade social. Quais seriam as implicações de uma proposta como esta?

Mahatma: O que fica evidente é o desmonte do Estado e a tentativa de ampliação do espaço dos agentes privados no fornecimento de serviços à população. A Reforma da Previdência representa uma redução de uma das principais frações do orçamento público e maior despesa obrigatória da União. A partir do momento que você desvincula os benefícios da seguridade social do valor do piso mínimo, fere, por princípio, um acordo social em torno do patamar mínimo de cidadania e remuneração da população inativa. A Previdência Social no Brasil é um mecanismo de solidariedade entre aquelas pessoas economicamente ativas e os inativos, de maneira que os primeiros garantam um patamar mínimo de vida aos últimos. Ela difere da lógica dos regimes de previdência privada, nos quais o contribuinte receberá uma renda futura de acordo com sua contribuição presente, e somente se ele tiver recursos para poupar no presente. Ao deslocar do atual modelo de previdência social da lógica da solidariedade para lógica financeira, fundamenta-se a obtenção de lucro. No limite, transfere-se um fundo de riqueza social e pública para gestão privada, sem qualquer contrapartida. Com isto, essa proposta de reforma reduzirá a capacidade de arrecadação do Estado, pois, ao ampliar a idade mínima para aposentadoria de homens e mulheres e o tempo mínimo de contribuição para de 25 anos – 10 anos a mais que o atual modelo –, o governo inviabilizará a aposentadoria de milhões de brasileiros, bem como incentivará que milhões de pessoas físicas não contribuam para previdência pública ou aceitem condições informais de trabalho para obter maior renda no presente, como o contrato como pessoa jurídica (pejotização). Aquela parcela da população que tiver condições financeiras migrará para o sistema de previdência privada ou contribuirá paralelamente para a previdência social pública e a privada. A minha impressão é que, no curto prazo, a percepção dos impactos destrutivos decorrentes da PEC 55 será menor do que da Reforma da Previdência. Isto porque a população associará a deterioração do Estado e serviços públicos à corrupção e crise econômica no longo prazo, enquanto a Reforma da Previdência, por destruir imediatamente a possibilidade de aposentadoria de parcela da população, sensibilizará mais a opinião pública. Por isso, o atual governo federal deve ter maior dificuldade de implementar esta reforma, e deve enfrentar maior resistência dos setores organizados da sociedade civil, que, tal como o movimento sindical, possuem vasta experiência nesse debate. ■

Gabriela Fauth

Reflexiones sobre el territorio de la (in)justicia en las ciudades

El libro objeto de recensión de autoría del geógrafo y teórico urbano Edward Soja aborda el tema de la justicia espacial desde la visión de la geografía y de la espacialidad en seis capítulos, seguidos de extensas y completas notas y referencias con bibliografía y comentarios. El autor explana sobre el concepto de justicia y de qué manera tanto la justicia como la injusticia se construye socialmente y repercuten en el territorio. Aun así, la obra aborda las repercusiones de la ley y del derecho en un contexto muy actual, conformando lo que se entiende por justicia en la ciudad.

El autor fallecido recientemente fue considerado un geógrafo político posmoderno y urbanista ya aclamado por sus aportaciones a los aspectos espaciales de la teoría social, la globalización y la economía política urbana y regional, sin embargo, en esta obra se dedica especialmente en aclarar el término justicia espacial, siempre desde una perspectiva espacial crítica. A par-

tir de la visión de un geógrafo, el autor es capaz, de forma muy oportuna, de hacer una importante explicación sobre la espacialidad de la justicia social o, según el propio autor resalta, de la espacialidad de la (in)justicia social.

El centro del debate está en dar mayor importancia a las geografías como medio, es decir, cómo éstas afectan activamente a los procesos y a las formas sociales y no solamente el revés, que consiste en cómo los procesos sociales dan forma a la geografía. En este sentido, *“el espacio está activamente involucrado en generar y mantener la desigualdad, injusticia, explotación económica, racismo, sexismo y otras formas de opresión y discriminación”* (p. 36).

Siendo así, el libro relata una dialéctica socio-espacial de las ciudades, agudizada por una acelerada globalización, entendida como la urbanización de la (in)justicia, incluyendo el derecho a la ciudad como la búsqueda por una justicia espacial y por los derechos democráticos al espacio urbano.

Gabriela Fauth

é doutora em Direito e pesquisadora do Laboratório de Direito e Urbanismo da UFRJ.

gabrielaauth@hotmail.com

Obra resenhada: EN BUSCA DE LA JUSTICIA ESPACIAL, Edward W. Soja, Traducción de Carmen Azcárraga, Ed. Tirant Humanidades, Valencia, 2014, 317 p., ISBN 978-84-16062-00-3

“Las relaciones entre el espacio y el tiempo, lo social y lo espacial se interrelacionan dialécticamente, son mutuamente (y en ocasiones, problemáticamente) formativos y relevantes” (p. 51).

Para SOJA el concepto de justicia espacial o la búsqueda por la justicia espacial no debe estar desvinculado de la búsqueda por justicia social, económica o ambiental. Sino que debe ser un medio que amplifique y extienda estos conceptos a nuevas áreas del conocimiento y práctica política. Por tanto, dentro de esta postura, todo lo social, incluyendo la justicia, será simultánea e inherentemente espacial, de la misma manera que todo lo espacial está, simultánea e inherentemente, socializado.

En síntesis, el capítulo 1 detalla el concepto de justicia espacial utilizando como plan de fondo la ciudad de Los Ángeles, EE.UU. El autor aclara que está habiendo un cambio de paradigmas dentro de la geografía y que a través de un giro espacial ocurre una expansión sin precedentes del pensamiento crítico espacial a través de la expansión del tema para más allá de las ya tradicionales disciplinas espaciales, como son: la geografía, arquitectura, planificación urbana y regional o la sociología urbana. Ahora hay una absorción de materias como la antropología, los estudios culturales y el derecho, entre otras. De este importante giro espacial, se están interpretando de otra forma los conflictos geopolíticos en el mundo y buscando vías de actuación política que contribuye en la reducción de la pobreza, del racismo, de la discriminación sexual y de la degradación del medio ambiente. Más allá del mundo académico, en los contextos urbanos y regionales se difunde transversalmente la visión crítica, dando forma a una nueva conciencia espacial que tiene como objeto cuestiones claves de los derechos humanos, exclusión social, ciudadanía, democracia, pobreza, racismo, crecimiento económico y políticas medioambientales. Por fin el autor sitúa Los Ángeles dentro de esta dimensión espacial. Un espacio que no es vacío, pero que está lleno de políticas, ideologías y otras fuerzas que socializan justamente o (in) justamente el espacio.

El capítulo 2 versa sobre la producción de las geografías injustas. Sobre el resultado y el proceso de producción de la injusticia espacial asociada a la condición urbana, no se limitando a una escala territorial concreta, sino a geografías multiescales (como el desarrollo desigual de la economía global). El capítulo está dividido entre Geografías exógenas y organización política del espacio, contextualizadas a través de los *banlieues* de París; las geografías coloniales y postcoloniales; el *Gerrymandering*; el *Apartheid* sudafricano; la ocupación de Palestina; el urbanismo obsesionado por la seguridad y, espacio público x

espacio privado. Por otra parte, está lo que el autor denomina Geografías endógenas de discriminación espacial, subdividida a su vez por las desigualdades en la distribución y geografías discriminatorias; discriminación espacial y Derecho; raza, espacio y justicia ambiental; segregación y justicia espacial. Y por fin, las Mesogeografías del desarrollo desigual que contempla apartados sobre el desarrollo desigual a escala global; el regionalismo supranacional y la Unión Europea; desigualdades regionales dentro de las naciones; hacia una teoría geográfica del desarrollo desigual y, justicia espacial y nuevo regionalismo.

En el capítulo 3 se desarrolla los preceptos de una teoría espacial de la justicia a partir de expertos que han abordado el tema de modo a construir dicha teoría. Para tal aporte el autor empieza resaltando la importancia de los estudios empíricos y de la aplicación práctica del conocimiento (la praxis) para transformar el conocimiento en acción. La teoría en práctica. Dentro de este contexto SOJA aclara que la construcción teórica es muy importante, en especial a partir de métodos epistemológicos concretos.

Son hechas dos abordajes, la primera oriunda de la versión *Lefebvriana* y la segunda de acuerdo a los preceptos de David Harvey. Ambas teorizaciones de la justicia parten de perspectivas geográficas y sociológicas de origen marxistas en el sentido de crítica a la versión liberal e igualitaria de justicia de John Rawls.

El urbanismo y el derecho a la ciudad entran en esta discusión a partir del surgimiento de corrientes de pensamiento sobre la geografía, la justicia y la condición urbana por influencia de la crisis de los años sesenta. En este sentido y a partir de los años de 1990 surgen nuevos teóricos que estimulados por los ya mencionados padres de la teoría espacial crítica desarrollan sus ideas dentro del concepto del derecho a la ciudad, sin embargo, ahora con aportes más radicales de la conceptualización del espacio y la espacialidad de la vida social. Edward Said y Eric Swyngedouw son ejemplos de las nuevas caras, responsables por el citado giro espacial ocurrido a finales del siglo XX.

El capítulo 4 comprende la busca por justicia espacial y derechos democráticos esenciales al espacio urbano a través de la lucha por el derecho a la ciudad a la luz de la crisis financiera de finales de los años 2000. Es la búsqueda por justicia en un mundo globalizado.

En el penúltimo capítulo, el 5, el autor detalla los trabajos del *Urban Planning* de la Universidad de California en la práctica y sus vinculaciones académicas e institucionales. Relata la creación de la escuela de postgrado para activistas, abordando temas como el movimiento por los derechos de los inquilinos; feminismo espacial y justicia ambiental y la investigación

innovadora sobre reestructuración urbana y regional.

El capítulo 6, más a modo de conclusión, está basado en los aportes anteriores, especialmente de los capítulos 1 y 3, SOJA contextualiza el movimiento por justicia en los EE.UU a partir del 11 de septiembre de 2001. Aunque el título del capítulo retrate el 11 –S, en el desarrollo del capítulo el teórico urbano de California discute a modo de consumir el trabajo lo que él considera un breve comentario sobre la crisis de 2008 y cómo ésta puede verse afectada y afecta la teoría y práctica de la búsqueda de la justicia espacial.

Es prácticamente una complementación del libro con la actualísima temática tras la crisis mundial de 2008. En este sentido, el autor desarrolló todo un debate, citando especialmente David Harvey sobre las perspectivas del mundo después de la llamada crisis explosiva del capitalismo de finales de la última década. Así, impulsar el giro espacial pasará por el surgimiento en la actualidad de ideas sobre la importancia de la urbanización, del regionalismo y de la interrelación de las escalas geográficas desde lo global hacia lo local.

En la presentación del libro, Josep Vicent Boira indaga sobre ¿Cuándo los derechos espaciales estarán tutelados como son los derechos sociales?

Ante la realidad de la dominación del espacio y de las relaciones sociales urbanas por el modelo de mercado globalizado, parece oportuno que no se trate de separar dichos derechos, sino entenderlos dentro de un mismo contexto. Tanto el espacio a través de construcciones normativas y planificación urbana conforman los procesos sociales, como los procesos sociales se materializan en el espacio, en la geografía o en el paisaje, etc.

La obra reseñada aquí es un legado de Edward Soja con contribuciones muy importantes para los debates urbanos y regionales, asumiendo vital importancia no solamente para investigadores, estudiantes y profesionales de urbanismo, sino para todos aquellos que pretenden posicionarse ante la sociedad para discutir multidisciplinarmente sobre democracia y espacialización de la justicia en las ciudades.

Por fin, se trata de una obra bastante completa e imprescindible en los días actuales. ■

REALIZAÇÃO



APOIOS

